



VIDA CONTEMPORÂNEA

REVISTA MENSAL DE ESTUDOS
ECONÓMICOS, FINANCEIROS,
SOCIAIS E LITERÁRIOS

DIRECTOR

CUNHA LEAL

— 1934 —

ADMIRE
ESTES
DENTES!



São tratados com a

PASTA BENAMÔR



Custa apenas 3\$00

A que tem maior percentagem de elementos activos. Basta uma pequena porção para a perfeita limpeza e conservação dos dentes.

A mais poderosamente antiséptica.
A mais económica

VIDA CONTEMPORÂNEA

Revista mensal de estudos económicos, financeiros, sociais e literários

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: CUNHA LEAL

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PROVISÓRIAS:

R. Cidade da Horta, 49, 1.º
LISBOA — PORTUGAL
— PREÇO 5\$00 —

REDACTOR PRINCIPAL

Vasco da Gama Fernandes

EDITOR E SECRETÁRIO DE REDACÇÃO
Victor Júdice da Costa

ADMINISTRADOR

António Casanovas Augustine

COMPOSTO E IMPRESSO

NA

Imprensa LUCAS & C.ª

R. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 61

LISBOA

SUMÁRIO

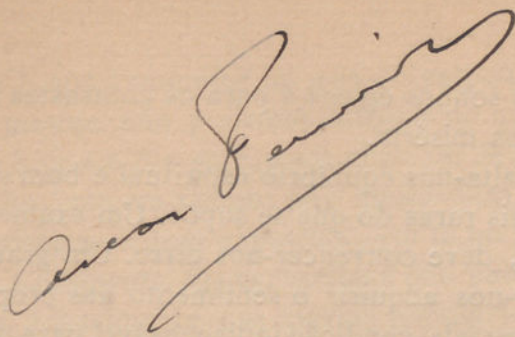
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MUSEU NACIONAL DA CIÊNCIA
E DA TÉCNICA

1732

- I — *No comêço da nossa jornada.*
- II — *A família e a economia doméstica*, pelo Dr. Albano Moncada.
- III — *Algumas reflexões sôbre a crise*, pelo Dr. João Pinheiro.
- IV — *A defesa do espírito*, pelo Dr. Anselmo Vieira.
- V — *Liberdade e democracia*, pelo Engenheiro Cunha Leal.
- VI — *Do ensino do direito*, pelo Dr. Nuno Rodrigues dos Santos.
- VII — *Divagações científicas*, pelo Engenheiro Pires de Carvalho.
- VIII — *Estudos coloniais*, pelo Engenheiro Vicente Ferreira.
- IX — *As colónias portuguesas nos bastidores da política internacional*, pelo Dr. Kemp Serrão.
- X — *Noticiário internacional.*
- XI — *Uma viagem à Phobolândia*, pelo Dr. Fidelino de Figueiredo.
- XII — *O romantismo de Maurice Barrès*, pelo Dr. A. Rocha Peixoto.
- XIII — *Crítica de teatro*, pelo Dr. Castanheira Lobo.
- XIV — *Notas sôbre a função das classes sociais*, por A. A. Freitas da Silva.
- XV — *A moral no desporto*, por Rebêlo de Almeida.

Est. 6 Tab. 6 N.º 19





No comêço da nossa jornada

A alma portuguesa caracteriza-se por uma doentia sensibilidade, que se manifesta por formas aparentemente contraditórias: por um lado, a exaltação hiperbólica das glórias do passado; por outro lado, a apreciação pessimista das misérias do presente. Somos como os velhos fidalgos excessivamente maltratados pelo destino, que se comprazem em exagerar a grandeza da sua queda, fazendo para isso subir o nível do ponto donde vieram e baixar o nível do ponto aonde chegaram. Somos ainda como o mendigo que, ao receber do transeunte parcamente caritativo a magra esmola, tem uma chama estranha a iluminar-lhe as pupilas e lhe diz com voz rouca e misteriosa: Ah! se o senhor pudesse adivinhar o homem que eu já fui!

Há uma explicação plausível para êste modo de ser espiritual. A nossa história tem, como as histórias dos outros povos — nem mais, nem menos do que elas — altos e baixos, acções nobres e acções reles, façanhas heroicas e manifestações de poltronaria. Quiseram, porém, os fados que a trajectória portuguesa tivesse influenciado sobremaneira a evolução da civilização mundial e que, em grande parte, os nossos empreendimentos colectivos não estivessem em proporção com a nossa capacidade material, com as nossas possibilidades práticas de execução. Desta maneira, a história de Portugal surge como um fogacho, que se erguesse muito alto para logo quási se extinguir. Isto criou em nós a

propensão para os sonhos épicos e para os contrastes bruscos da suma grandeza e da suma miséria.

Assim, pois, falta-nos equilíbrio espiritual e bom senso — qualidades aliás muito mais raras do que se supõe. Um exame de consciência, mesmo superficial, deve convencer-nos disso. Um grande esforço intelectual pode fazer-nos adquirir o sentimento das proporções, a noção das realidades universais, condição indispensável para que sejamos mais comedidos em quebrar a paz e sossêgo de que gozam nos sarcófagos das catedrais os «barões assinalados» dos tempos idos e para que possam tornar-se menos desageitados e mais eficientes os homúnculos fabricados em série pela fraqueza genética da era contemporânea. Oxalá as gerações presentes e futuras ousem lançar ombros à obra de resgate espiritual e de renovação material, requerida imperativamente pelas circunstâncias !

Que probabilidades de sucesso terá um empreendimento desta natureza ? Carecemos de fôrça capitalista, carecemos de capacidade técnica, carecemos de preparação intelectual. A-par dêste passivo, muito para considerar, podemos inscrever no nosso activo alguns valores que não são também despiciendos. Temos um vasto domínio colonial, que nos permite esperanças de reabilitação económica. Por outro lado, estamos assistindo neste momento, por êsse mundo além, ao curioso espectáculo dum capitalismo ou em transes de falência ou em via de mudar de pele, como os osídeos. E, sobretudo, vivemos em época em que a consciência e a sensibilidade individuais e colectivas estão rompendo com os moldes clássicos. À primeira vista dir-se-ia que não poderia oferecer-se-nos melhor oportunidade do que esta para nos compenetrarmos dos interesses, das paixões, das ideas e dos métodos de acção do homem contemporâneo, para nos aproximarmos dêle, galgando de vez a distância que dêle nos vem separando há muitas décadas.

O primeiro grande objectivo de qualquer programa de acção nacional tem de ser precisamente êste de conseguir a sincronização da mentalidade portuguesa com a dos povos civilizados. Todos os outros objectivos empalidecem e se tornam secundários em face dêste. Educar os elementos selectos da nossa sociedade, de modo a que se possam tornar depois os grandes apóstolos e propulsores da educação das massas, da sua europeização — tal é a idea que hoje se está enraizando em todos os sectores da vida portuguesa.

Se o acôrdo é quasi unânime no que diz respeito ao enunciado do problema, já o mesmo não podemos afirmar no que se refere ao seu conteúdo. É que hoje em dia carece em absoluto de importância o tipo do europeu médio, que em tempos não muito distantes predominava, sob o ponto de vista espiritual e material, em tôdas as sociedades civilizadas do velho Continente. Os extremistas não passavam então de falanges reduzidas. Actualmente, nas massas populacionais da Europa o papel principal cabe a dois tipos irreductíveis, diametralmente opostos, a que correspondem duas mentalidades entre as quais não é possível estabelecer nenhuma espécie de contemporização.

Qual destas mentalidades deve ser tomada, como modêlo? Dividem-se, como é natural, as opiniões. E, no meio da pugna acesa, quasi não há lugar para os que, timidamente, pretendem entrincheirar-se em posições ideológicas intermédias. Há, de facto, que constatar, com resignada calma, que, momentâneamente, é insignificante a função de todos quantos, não pondo limites à sua curiosidade intelectual, se não deixam, em todo o caso, arrastar pelo desejo de acção desordenada e frenética, característico da época contemporanea, e aspiram a que nem as suas idéas deixem de ter fôrça impulsora, nem o seu dinamismo deixe de ser sempre norteado por idéas consentâneas com «a eminente dignidade da natureza humana» — expressão que, a-pesar-de velha e revelha, não tem perdido em beleza com o uso.

Claro está que a onda do desvario há de ir perdendo em altura, à medida que se vá acalmando a tormenta económica que se desencadeou por êsse mundo além. A sucessão vertiginosa dos fenómenos económicos provocou a ruptura do equilíbrio espiritual e material que nos fôra legado pelo século transacto. Há que reconstituir novo equilíbrio com os materiais que a tempestade deixar amontoados no solo de civilizações que só podem renovar-se inteiramente pela acção providencial dêstes cataclismos. E a hora dos juízos calmos, que é preciso não confundir com juízos tímidos, há de voltar. A sua função educadora terá então a plena eficiência de que hoje, infelizmente, carece.

Teve a *Vida Contemporânea* a boa sorte de juntar em tôrno de si um escol de homens cultos, que estudam os acontecimentos do seu tempo com imparcialidade e interêsse. Alguns nomes eminentes do nosso reduzido sector intelectual deram já ao primeiro numero desta Revista a honra da sua colaboração. Outros virão juntar-se a êles, animados

uns e outros de profundo amor pela sua terra, não o exibindo, porém, com gritos ou afirmações de incómoda estridência, mas com actos dignificadores da sua condição natural de portugueses.

Estamos assim colocando as primeiras pedras dum edificio, que virá, porventura, a ser modesto, mas a que a nossa paixão quereria emprestar linhas sóbrias e harmoniosas. O passado será evocado de quando em quando, com calma, sem histerismos patrioteiros, mas com a consciência do valor da continuidade histórica no país que, dentro da velha Europa, há mais tempo soube estabilizar as suas fronteiras, defendendo-as eficazmente sem o auxílio de invencíveis obstáculos naturais. O presente será encarado como é, com as suas misérias, que não pretendemos ignorar, mas também com as suas possibilidades, que importa não desconhecer. O futuro será idealizado como se nos afigura que deva ser.

As portadas do nosso lar estão escancaradas para todos os portugueses de alma lavada e aberta ao progresso, que queiram vir trazer-nos, para a obra educativa do agregado nacional, a sua contribuição, grande ou pequena que seja, porque esta Revista não é feita para registar apenas as opiniões dos consagrados. Aqui confraternizaremos, aqui sonharemos em comum as prosperidades duma pátria rejuvenescida, dentro da qual o homem tenha a consciência de que possui uma forte individualidade, curvando-se, em todo o caso, às exigências da solidariedade social. E, quando os acontecimentos e os homens pareçam apostados a desanimar-nos, recobramos alento na contemplação de panoramas mais distantes, de perspectivas mais sedutoras.

A *Vida Contemporânea*, grata aos bons portugueses que acamaradaram nas suas primeiras páginas, aguarda confiadamente a visita dos muitos que ainda hão de vir.

CONTINUAÇÃO

A FAMÍLIA E A ECONOMIA DOMÉSTICA

Necessidade da sua protecção como principal elemento do nosso progresso económico

O agregado familiar exerceu outrora entre nós uma grande influência política. Tinha essa influência por base os privilégios políticos.

O direito moderno libertou as pessoas e as terras de tôdas as desigualdades originadas em tais privilégios.

Desapareceu assim completamente o caracter político da família.

A primogenitura e masculinidade de natureza feudal foram abolidas, estabelecendo-se e garantindo-se a igualdade entre os herdeiros.

Com a queda do regímen absoluto e a abolição dos morgados, a organização familiar sofreu uma transformação tão profunda como a do Estado.

A vida doméstica das nossas famílias e a vida de relações entre elas estão assim absolutamente democratizadas.

A direcção dos negócios domésticos foi imprimido, com liberal e inteligente firmeza, após a queda do absolutismo, um carácter de superior igualdade.

Não é portanto sôbre o aspecto político, de interêsse meramente histórico, que desejamos falar da família.

As relações de ordem patrimonial na vida familiar e a sua influência na economia nacional são o objecto das considerações que se seguem.

Não se pode conceber a família sem a propriedade privada.

A ligação indestrutível entre êstes dois institutos e a impossibilidade de, sem uma rápida coacção permanente, substituir as iniciativas individuais dos governados pelas dos governantes, constituem o maior obstáculo à marcha do comunismo.

O que a isto possa opor a confiança dos satisfeitos, que todos os regímenes possuem, não destroi a realidade que encerra o que fica afirmado.

A protecção da economia familiar é o primeiro e mais importante factor do fomento da economia nacional no regímen em que vivemos.

Não é fácil portanto encontrar justificação para a realização de obras de fomento de envergadura, quando o esforço financeiro, para esse fim imposto à nação, possa vir a ter, como consequência mais ou menos próxima, a ruína da economia doméstica das famílias.

É certo que obras e empreendimentos de grande vulto pela sua espectacularidade põem em destaque quem as realiza, atraindo a admiração dos satisfeitos cujo barulho consegue abafar os gemidos dos que sofrem.

Sem justificação possível, assim pode tristemente explicar-se tudo o que tem criado a situação em que se encontra a economia doméstica da grande maioria das famílias entre nós.

O grupo familiar que maior influência tem na nossa vida social é o que se dedica à exploração da propriedade rural.

Grandes proprietários, dirigindo o trabalho de assalariados ou dando ocupação a famílias de rendeiros, pequenos proprietários, amanhando com suas famílias a terra, constituem, como é sabido, entre nós cerca de sessenta por cento dos consumidores.

A vida forte do campo, a moralidade ainda sadia das aldeias e o amor à terra dos seus habitantes são a maior força vital da nação.

Do bem estar deste grupo familiar depende o da restante população do país.

A decadência da classe rural arrasta a baixa dos salários dos operários das indústrias.

Desde que à gente que vive da agricultura se criem condições económicas que lhe não permitam alimentar-se e vestir-se convenientemente, as matérias primas e os produtos manufacturados ficam em armazém, os seus preços baixam, a crise surge.

Começam então capitalistas, industriais e respectivos operários a sentir os efeitos económicos do definhamento da agricultura.

É o que entre nós está sucedendo.

A economia doméstica está gravemente ameaçada.

A sua ruína começou já.

Isto está oficialmente reconhecido — «o povo vive uma vida sem conforto, tocando aqui e além a miséria» — disse-se já ;

— «São de todos conhecidos os motivos que o ano passado levaram à redução de dez por cento na contribuição predial».

Pois bem, há que arrepiar caminho.

Chegou-se já, todo o país o sente, à convicção de que a obra de fomento mais inadiável é desonerar a economia doméstica pela redução dos encargos que, segundo se reconheceu, ela não pode suportar.

São eles :

- A contribuição predial ;
- O imposto sobre sucessões e doações ;
- As custas dos inventários orfanológicos.

Os factores mandados aplicar para actualização do valor antigo das matrizes têm feito surgir injustiças tremendas. Casos há em que tais valores, com a aplicação das actuais taxas, produzem uma contribuição predial que chega a absorver mais de metade do rendimento dos prédios. Isto tratando-se da pequena propriedade. Conheçemos alguns destes casos demonstrados pelos resultados de avaliações requeridas por contribuintes.

É sabido que entre nós existiu a isenção do imposto sobre sucessões em favor dos descendentes. Ainda hoje há defensores dessa isenção. Pelo menos em relação a fortunas medianas nós somos pela isenção. Pois bem, ultimamente esse imposto foi sucessivamente aumentado, atingindo esse aumento presentemente cinco por cento que incide, não como adicional sobre a própria contribuição, mas sim sobre o valor das cotas herdadas. Em alguns casos tal imposto em relação a pequenas heranças foi assim aumentado em duzentos e cinquenta por cento.

As custas dos inventários orfanológicos são outro grande flagelo da economia familiar. Os louvados, porque nisso são interessados, avaliam por alto os bens. As custas que são desproporcionadas em relação aos rendimentos dos bens das heranças obrigam os herdeiros a contrair dívidas que raro podem ser pagas sem venda de parte dos bens, vindo por vezes, em virtude dos juros caídos, a levar à venda de todos. Os inventários orfanológicos, cuja razão de ser é a defesa dos interesses dos menores, tornam-se em causa da sua ruína. Uma forte redução de custas nestes inventários impõe-se com a maior urgência, não havendo interesses que num futuro próximo a ela se possam opor.

Em conclusão :

A vida das famílias que se dedicam ao amanho da terra é amargurada pelo exagêro da contribuição predial que principalmente se faz sentir em relação à pequena propriedade.

A morte do pequeno proprietário rural é a ruína dos bens da sua família.

As más condições económicas do grupo familiar agrícola têm como consequência a crise económica de todos os ramos de actividade nacional.

Há obras de fomento ou quaisquer empreendimentos cuja necessidade possa justificar a continuação do estado a que chegou a economia doméstica da quasi totalidade das famílias portuguesas ?

15-5934.

ALBANO MONCADA.



Algumas reflexões sôbre a crise

De vez em quando, e de diversas origens, a Imprensa dá-nos a consoladora notícia de que a crise entrou já na curva descendente, anunciando-se para um prazo relativamente breve a normalidade económica do Mundo.

Quero crêr que todos aqueles que lançam estas previsões o fazem de boa fé e com boas intenções, mas levados por uma errada visão dos acontecimentos.

Até agora os homens ainda não conseguiram dominar as circunstâncias que originaram o mal, antes, cansados pelo insucesso da luta, tendem a adaptar-se a ela, criando novos problemas e novas preocupações.

E o êrro de visão provém da resignada impotência com que cada um vai suportando a sua cruz, privando-se da satisfação de necessidades essenciais à sua vida e ao progresso da civilização, dando, assim, aos outros a impressão errada do regresso ao bem estar anterior à Grande Guerra.

Se examinarmos um pouco mais profundamente o fenómeno, verificaremos que as necessidades materiais e as comodidades espirituais indispensáveis à conservação e progresso do indivíduo se reduziram de tal maneira que corre sério risco o desenvolvimento normal das raças, prejudicadas na sua robustez física e perturbadas na sua psicologia e na sua moral, que vão baixando para um nível inferior, impossível de prever e de fixar.

Tuberculosos e psicopatas serão os frutos naturais destes tempos, se aqueles que têm a função de dirigir e resolver se limitarem a observar e a decidir-se simplesmente pelas aparências.

Nunca, como agora, se verificou e constatou a falsidade da lei de Malthus, e nunca, como agora, a situação se dispôs a produzir os mesmos efeitos, como se êles entrassem no campo das realidades práticas. A sua efectivação não produziria mais trágicos resultados do que os gerados por circunstâncias diferentes e até opostas.

Aniquilado o sonho de Briand na tentativa de realização dos Estados Unidos da Europa, nascido do alto e generoso pensamento de criar uma vasta unidade económica, em que o espírito de cooperação se substituiu ao perigoso egoísmo que tem caracterizado as sociedades e contagiado os indivíduos, impedindo a boa solução do problema que a todos interessa e que por todos tem de ser resolvido, voltou-se ao sistema de experiências.

A Inglaterra forma, conjuntamente com os seus Domínios e com as suas Colónias, um bloco defensivo, e prepara-se para salvar da luta a sua hegemonia em risco de perder-se, exactamente no momento em que ela supunha que ninguém poderia de futuro disputar-lha, depois de vibrado o golpe mortal na concorrência alemã.

A Itália tenta ampliar o pacto de Roma, celebrado com a Áustria e a Hungria, à pequena «Entente», formando o bloco económico do Danúbio, no intuito de organizar a autonomia económica dos Balkans, edificando entre todos os países contratantes um régimen de trocas que garanta a todos êles mercado para os seus produtos sobrantes.

Por toda a parte, na Europa, como na América, como na Ásia, as grandes potências tratam de escolher posições que lhes assegurem a posse de elementos necessários para não sucumbirem na luta travada. E conjuntamente com o problema da produção e do consumo surge o problema monetário para a resolução do qual se tem lançado mão de todos os artifícios, e integra-se nêles o problema político em volta do qual outros artifícios, porventura mais perigosos, se têm experimentado também. Abandonada a convertibilidade da moeda pela Inglaterra, procedimento seguido pouco depois pelos Estados Unidos da América, com o fundamento de baratear o preço da mercadoria pela diminuição do custo da mão de obra, o ouro emigra constantemente de umas para outras Nações à procura de uma estabilidade difícil, mal repousando nos cofres fortes dos grandes Bancos da Europa ou da América.

Esquece-se que a causa principal da oscilação da moeda tem de procurar-se sobretudo no desequilíbrio das balanças económicas dos países de inconvertibilidade, mais do que na razão alegada, — que pode, num dado momento e enquanto se não restabelece o equilíbrio pelo aumento do custo da vida, justificar a decisão de abandonar o padrão ouro — mas que não pode determiná-la principalmente e exclusivamente.

A moeda como qualquer outra mercadoria está sujeita à lei da oferta e da procura. Sendo assim, por maiores que sejam as reservas metálicas que a valorizem, o ouro escoar-se-á em pagamentos exteriores se houver *deficit* na balança de pagamentos. Ao contrário, se a balança económica acusar um saldo contínuo, o ouro acudirá em pagamentos internos, aumentando progressivamente a garantia da moeda.

No primeiro caso a convertibilidade é impossível. No segundo caso a convertibilidade é automática.

Ainda há pouco, o presidente do Banco Emissor alemão, solicitado para aconselhar a inconvertibilidade do marco, respondeu que, comprando a Alemanha as matérias primas, estas subiriam de preço com a desvalorização do marco, não aumentando o lucro industrial por tal medida, e diminuindo e perturbando as economias

particulares capitalizadas. Isto é exacto quando tôdas as matérias primas são transformadas em produtos industriais de exportação, ficando no país transformador os lucros do trabalho, que não aumentariam, abandonada a convertibilidade, e sem o perigo de reflexas depressivas na acumulação dos lucros realizados pela economia particular.

A solução da crise económica mundial tem de repousar em regras gerais, observadas por todos, e em princípios de cooperação e auxílio a que todos tenham de sujeitar-se.

Enquanto as Nações não abandonarem os acordos particulares defensivos, limitados a núcleos de população mais ou menos extensos, para se contraporem a núcleos de igual natureza, o problema continua de pé, com prejuízo do desenvolvimento e conservação de comodidades conquistadas através dos séculos, e que alicerçam uma civilização em perigo de retrocesso.

Enquanto os orçamentos de despesas improdutivas de quási tôdas as Nações do Mundo forem sobrecarregados com gastos insuportáveis, para a compra de armamentos e manutenção de exércitos colossais em pé de guerra, a expectativa do futuro será pavorosa, e a boa vontade dos homens de boa fé e de robusta inteligência quebrar-se-á de encontro a obstáculos intransponíveis.

Uma onda de loucura percorre o Mundo, provocando catástrofes sucessivas e carregando o futuro de nuvens negras, que a geração presente não soube dissipar em benefício das gerações vindouras.

A humanidade aproximar-se-á do ponto de partida no círculo regressivo traçado por Tarde, para o qual caminha a passos agigantados, depois de atingir o ponto luminoso, máximo limite de uma civilização que ameaça perder-se.

Dentro da Economia livre do século passado, o homem criou a máquina para sua tranquilidade e, no dizer de Gustave Le Bon, a máquina expulsou o homem.

As grandes descobertas lançadas e aperfeiçoadas pelo homem do século XX vão sendo organizadas em gigantesca catadupa para a destruição do criador.

E, entretanto, as Nações em sociedade banqueteam-se tranqüilamente e comovedoramente, exteriorizando sentimentos fraternais em brindes estudados e fabricados nos Protocolos.

JOÃO PINHEIRO.

A defesa do espírito

A propósito do livro de Fidelino de Figueiredo

«Menoridade da Inteligência»

(Continuado do n.º 1)

IV

Creio ter justificado a afirmação de que a decadente cultura da grei portuguesa é de certo modo um fenómeno geral. Verificamo-lo até nos povos que, depois da Renascença, maior impulso deram ao incessante progredir da humanidade. De volta registei que os períodos históricos, em que se realizam as grandes transmutações sociais, são épocas de decadência, caracterizadas por factos da mesma natureza.

Não importa rastrear as causas. Tôdas as considerações que, a êste propósito, eu houvesse de estadear, frisariam pelo transcendente mais ou menos obscuro do inconsciente dinâmico e do inconsciente automático, com o seu trabalho lento de infiltração social, genético de transformações psíco-fisiológicas.

Ninguém pode negar que a Europa atravessa um período de decadência ou, se não aceitam semelhante expressão, um momento histórico de radicais alterações, que affectam principalmente a base económica das sociedades. Para espirítos simplistas, a Grande Guerra, como soi dizer-se, foi a geratriz de perturbações patogénicas, que vieram atacar os aglomerados humanos. Não perfilho semelhante diagnose.

Quando se desencadeou na Europa o pavoroso conflito, em que até os povos de além-Atlântico houveram de se envolver, já neste continente os organismos sociais se arrastavam no desequilíbrio funcional dos seus órgãos ; quere dizer, já os povos se encontravam em estado patológico. O tragador incêndio que alastrou por tôda a parte, resultante dinâmica do choque violento de ilimitados egoismos colectivos, não foi mais que o prosseguimento de uma hipercrise, pródromos, que ainda se prolongam, da revolução que há de dar-se inevitavelmente, para se abrir um novo período histórico. São fenómenos naturais da fisiologia social a evolução e a revolução : são êles que determinam o processo regular das transformações.

A guerra é normalmente o produto de causas económicas, escreveu algures

Achille Loria. A frase ressumbra a doutrina do materialismo histórico, calorosamente apostolada pelo notável sociologista italiano, no seu belo trabalho *As bases económicas da constituição social*. Em verdade, a teoria que afirma o predomínio do facto económico sôbre os outros factos sociais, bosquejada no século XVIII, tomou sucessivas e variadas formas e robusteceu-a Karl Marx no seu enunciado: *o modo de produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual*.

Os marxistas ampliaram a proposição do autor do célebre manifesto comunista, e alguns dentre êles pretenderam applicá-la à explicação de todos os fenómenos históricos. Materialismo histórico, materialismo económico, determinismo económico, monismo económico são expressões sensivelmente equivalentes, sintetizando a mesma doutrina — o primado do facto económico sôbre os restantes factos sociais. É tese que não se ajusta nem à índole dêste arrasoado nem ao propósito que o dita. Para a versar, teria de me socorrer da classificação dos factos sociais, elaborada por Guilherme De Greef, que se apoiou no princípio aplicado por Comte à classificação geral de todos os fenómenos do Universo.

Isto pôsto, parece-me procedente a afirmativa de que a vasta mobilização militar, — a maior de quantas a História regista, — que, em 1914, convulsionou todos os continentes, foi produto de causas económicas e como tal tinha de exercer a sua acção demolidora nos órgãos fisiológicos das colónias humanas. Se nem tôdas as guerras emergem da base económica das sociedades, tôdas lhe são funestas, porque determinam destruição de capitais, de instrumentos de produção e de fôrças fecundas.

É êste um postulado que a História autentica, e de igual passo alicerça o critério de eminentes sociólogos, que pretendem ver na guerra poderoso factor da evolução. Entendem que ela torna mais evidentes e mais intoleráveis os contrastes de uma constituição económica envelhecida e provoca-lhe ou acelera-lhe a decomposição. Reconhecem ainda que, pelos seus resultados, a guerra constitui um índice aparente de uma constituição económica que se derrancou e precipita-lhe a dissolução.

Assim, segundo Loria, a guerra dos trinta anos contribuiu poderosamente para o desenvolvimento económico da Alemanha. Apressou a dissolução da propriedade feudal e a sua conversão na propriedade burguesa. A guerra da Criméa, opina Tchernitchenski, impulsou a abolição dos servos de gleba na Rússia, dando origem a uma forte corrente da opinião contra o regime feudal ali dominante, ao qual atribuíam a causa da derrota do império moscovita.

Não menos importantes, a meu juízo, foram outras consequências da expedição à Criméa, que terminou pela tomada da torre de Malakoff. A economia da Europa e até da América foi violentamente abalada. Pela primeira vez, no ano de 1857, uma crise financeira e económica irradiou do seu foco inicial e se distendeu à economia de povos de aquém e de além-Atlântico. À falência do primeiro banco da América seguiram-se as falências dos bancos da Inglaterra, o desemprego, a baixa de preços e de salários. Pouco depois, a crise atingiu Hamburgo. Dali passou à Prússia e à Escandinávia, e voltou novamente a flagelar a cidade do Elba.

Para ratificar a doutrina que proclama a guerra poderoso factor da evolução, extensas e prolixas houveram de ser as citações de juízos e critérios sôbre a Revolução Francesa e suas conseqüências. Vastíssima e opulenta é a bibliografia atinente ao magno acontecimento, coordenada que marca o trânsito da idade-moderna para a idade contemporânea. Compreende-se e justifica-se que tão notável trecho da vida do homem tenha sido causa de assombrosa produção científica, histórica e literária, cristalizando lucubrações de engenhos excelsos, consagrados à interpretação e relação dos fenómenos sociais.

Vão volvidos quasi cento e cinquenta anos depois que a ideologia política do racionalismo fêz arder a cratera por onde golfou o magma de cóleras e reivindicações que transformou em coiraça o peito dos mártires do novo ideário, repungidos pelo espectáculo das desigualdades e privações sociais, e eis que, a tão grande distância do tempo, outra vez o mesmo espectáculo, ainda mais sombrio e mais mortificante, exibem as colónias humanas onde enormíssima legião proletária, de braço mirrado, coração enraivecido, hasteando o estandarte da miséria, vulcaniza paixões e descaverna tormentos.

É que, no berço da igualdade civil e política, também o socialismo soltou os primeiros vagidos de igualdade económica, que, a tempo, não foram escutados pelo feudalismo capitalista. Não os atendeu então, nem ouviu depois os uivos da fome, despreocupado da indigência que tuberculiza, na face da terra, milhões de criaturas, energumenizadas pelo contraste da sua penúria com as opulências babilónicas de uns centos de privilegiados que dominam e governam os destinos da humanidade.

Patrícios e escravos, senhores e servos, patrões e operários, exploradores e assalariados, são sempre duas classes distintas em que se têm dividido as sociedades humanas. Através do tempo apresentam o mesmo fenómeno — a cisão absoluta entre duas classes, uma das quais, sem fazer nada, amontoa rendimentos, enormes e sempre crescentes, enquanto que a outra, muito mais numerosa, trabalha tôda a vida para angariar uma côdea de pão; *uma vive sem trabalhar e a outra trabalha sem viver, pelo menos uma vida humana.*

Ora, em presença de um contraste tão acentuado e tão doloroso — pondera Achille Loria,—um problema se apresenta imediatamente a todo o espírito que reflecte: semelhante estado de coisas é o produto de uma necessidade natural, inseparável das condições orgânicas da natureza humana, ou é antes o resultado de causas históricas, destinadas a desaparecer numa fase ulterior da evolução?

Longo itinerário intelectual, através do vasto campo da sociologia económica, levou o brilhante escritor italiano ao convencimento de que a verdade se encontra na segunda solução e de que a divisão da humanidade em duas castas, uma de capitalistas outra de trabalhadores, ou, por outras palavras, a existência da propriedade capitalista não foi o produto de condições inerentes à natureza humana, mas de poderosas causas históricas, que, num período ulterior, devem desaparecer necessariamente.

De facto, o capitalismo moderno tem a génesis em causas históricas. É, a um tempo, produto da constituição social derivado do racionalismo e das incalculáveis ri.

quezas que a inteligência humana desemaranhada de qualquer espécie de teias, absolutamente livre, criou na investigação e estudo dos mistérios da natureza. Ora, essa constituição estabeleceu uma forma económica própria, com a sua moral correlativa, comum a todos os povos. Descreveu a sua trajectória e, como tudo que existe, chegou àquela fase em que a transformação é inevitável.

O fenómeno que hoje oferecem à nossa observação os agregados humanos onde a civilização tem florescido, é a dissolução da forma económica e, portanto, a dissolução da moral correspondente. Em todos os povos e em tôdas as épocas a crise económica determinou sempre uma crise moral. É o que se está dando à hora presente. A forma económica quebrou-se. Tem de se lhe seguir a respectiva reconstrução.

A Revolução Francesa, como todos os magnos factos históricos, tem dado assunto às mais ardentes controvérsias, às mais veementes e apaixonadas avaliações e aos mais discordantes pareceres. E contudo êsse horrível acontecimento, como lhe chamou Macaulay, fêz do XIX século o mais assombroso período de prodigiosa transição na vida das colónias humanas.

A ponto vem repetir agora algumas palavras de Quinet : — «A Revolução Francesa é um facto humano e não sobrenatural. Assim podemos examiná-lo sem nos acoimarem de seu adversário ; digamos adversário das ideas nobres e justas de que ela se prevaleceu. A questão é saber se foi digna dessas ideas e se devemos aclamar ou condenar a sua obra. Atingiu ela o seu fim e não podia alcançá-lo por outra forma ? Eis o que é necessário conhecer».

Os partidários de uma evolução social, rematando fatalmente num determinado fim, pretendem que as transformações políticas e sociais, se não se tivessem operado tão rapidamente pelo processo revolucionário, realizar-se-iam em todo o caso. Sob o influxo dêste critério, Molinari escreveu : — «Se a Revolução não se tivesse dado, as reformas que se lhe atribuem teriam prosseguido pacificamente no que elas tinham de útil e essas reformas teriam sido definitivas». Interminável teria de ser a série de individualidades de remontado mérito, se eu pretendesse convocá-las agora, para lavrarem depoimento acolhedor da tese referida : — Aimé Cherest, Babeau, Lavergne, Joseph de Maistre, Clamageran, Tocqueville e até M.^{me} Staël, todos até os de mais recente data, Taine e Mazel, abonariam, mais ou menos claramente, o princípio enunciado. Em contraposição, longo haveria de ser também o rol de testemunhas a depor no processo, aplaudindo a expressão de Hamel : — «a Revolução foi o laboratório prodigioso, onde se preparou o futuro do género humano».

Sigamos, quanto possível, a linha equidistante dêstes pólos opostos. O destino do género humano prepara-o a própria Humanidade na sua marcha contínua, mas flexuosa, por entre grandezas e ruínas, vitórias e catástrofes : — evolução, revolução. E por mais que evolucionistas doutrinários prêguem o princípio de se excluir dos organismos sociais a revolução como elemento genético das grandes transformações, não o conseguem, porque não é possível eliminar dos povos a revolução, que é um fenómeno próprio de todos os seres orgânicos. Tomadas em conjunto, não são outra coisa as nacionalidades.

Tôdas as revoluções são produtos do espírito humano, da sua mobilidade onstante, da sua instabilidade radical. É nele que reside a actividade criadora do ideal, base de toda a volição. Quando esta se eleva à sua última fase, sem ter sido possível realizar a idealização que a gerou, a revolução transita da esfera do pensamento para o vasto campo dos factos. Desenvolve-se então em actos de violência extrema, a desordem orgânica profunda, inexorável, que precede a transformação ou a destruição. Só depois da acção destruidora é que vem a reacção construtiva. Não há parto sem sofrimento. Sem grandes dores, as sociedades não se desapressam de velhas ideas, de hábitos inveterados, de vícios consistentes, de erros patogénicos. São horríveis as revoluções operadas pelas fôrças físicas e químicas do Kosmos, que alteram a crosta da Terra, a morfologia dos continentes, o curso das águas, e modificam as condições mesológicas. Também aí a natureza não realiza as suas transformações sem esmagar milhares de vítimas. São igualmente horríveis as grandes revoluções sociais, que alteram e transformam a vida dos povos, quando não é possível levá-las a bom têrmo sem recorrer a requestas sangrentas. Há sempre resistências a vencer e instituições caducas que é mister convelir.

Parece-me poder afirmar que, desde a mais remota antiguidade, tôdas as grandes metamorfoses sociais resultaram de uma revolução no vulgar significado do vocábulo ; isto é, idea e movimento, doutrina e acção, e o movimento é tanto mais profundo e intenso quanto mais enraizados forem os erros, os vícios e as anomalias, que mais fazem sofrer o agregado social, e quanto mais vivo e mais ardente fôr o ideal psico-motor que impulsa a acção revolucionária. É à luz dêste critério que a Revolução Francesa deve ser considerada, sem perder de vista as palavras de Quinet : — devemos aclamar ou condenar a sua obra ? É o que veremos noutra ocasião.

ANSELMO VIEIRA.



Liberdade e Democracia

Em artigo publicado no n.º 1 da *Vida Contemporânea* sob o título de — *Economia Livre ou Economia Dirigida?* — sustentámos que a evolução dos factores materiais dos agregados humanos força os Estados a assumirem uma função simultaneamente fiscalizadora e dirigente das economias nacionais. Dêste modo, a intervenção do homem na regulação da sua própria actividade material, se não é inteiramente suprimida, em todo o caso fica sujeita a um condicionamento assás restritivo. A liberdade económica deixa assim de ter a amplitude que lhe fôra atribuída quer pelos homens da Revolução Francesa, quer pelos teóricos que haviam inspirado a sua acção.

Quando focámos êste aspecto do problema económico mundial, tivemos ensejo de enunciar outra questão conexas com aquela : queremos referir-nos à sorte que estará reservada no futuro ao princípio da liberdade individual. Que amputações terá êle, de facto, que sofrer por virtude da nova organização a atribuir à actividade produtora e comercial das sociedades ? E' a esta interrogação que nos propomos responder com as considerações que vão seguir-se.

Sempre que o Estado regulamenta a actividade humana, seja no campo económico, seja no campo intelectual, restringe automaticamente os graus da liberdade individual. Esta afirmação é evidente de per si. Se, com efeito, o Estado concede a uma entidade particular ou se reserva para si próprio o monopólio da produção de qualquer género ou artigo, suprime a liberdade individual de produzi-los. Se, sem chegar a êsse extremo, o Estado estabelece regras apertadas para a instalação e funcionamento de certa indústria, não suprime uma liberdade, mas restringe-a mais ou menos. Se o Estado não consente que os portadores da fôrça de trabalho a aluguem a quem quiserem e nas condições que entenderem, reduz a amplitude da liberdade individual. Se o Estado condiciona a expressão do pensamento, igualmente condena o homem a uma diminuição de liberdade.

Notemos, porém, que, tanto nas democracias, como nas autocracias, o Estado considerou sempre cada indivíduo ligado aos outros membros do agregado nacional por laços de interdependência. Não é lícito a ninguém praticar actos contra a solidariedade social — eis um dogma comum a tôdas as formas políticas de organização do Estado. E' verdade que essa solidariedade é concebida por elas de modo diferente.

Nasce dêste conceito básico a necessidade de fazer suportar à liberdade individual certas diminuições. A democracia procura, porém, não as exagerar, preocupação com que se não incomodam as autocracias. E, assim, parte-se em geral da hipótese de que necessariamente numa democracia a liberdade individual tenha de ser mais ampla do que numa autocracia. De modo que, a cada nova quebra da liberdade dos cidadãos, os democratas perguntam, com ansiedade, a si próprios se se não estará em riscos de ver soçobrar a democracia.

Há, pois, no espírito dos homens a idea de que em matéria de liberdade individual existirá, ainda que mal definida, uma espécie de linha divisória, que constituiria a fronteira ideológica da democracia e da autocracia. Transpô-la teria para um democrata o mesmo significado que teve para César a passagem do Rubião : era cidadão da república antes da travessia, ficou sendo depois dela o instaurador e chefe duma autocracia perdurável. Se ao menos pudessem aspirar a ser Césares, talvez alguns democratas — poucos, queremos crê-lo — encontrassem nessa idea possibilidades de consolação !

Conviria, porventura, penetrar os arcanos dum problema, que não tem merecido aos tratadistas contemporâneos a necessária atenção. Às vezes, coisas aparentemente muito complexas acabam por mostrar-se extremamente simples. Assim sucede, em boa verdade, com êste problema. Tentemos, pois, solucioná-lo à luz de princípios elementares, concretizando, antes de mais nada, o que deva entender-se por autocracia e democracia.

Autocracia é a forma política dos Estados em que o poder soberano é atribuído a um ou alguns indivíduos cujos partidários os supõem ou fingem supor predestinados para isso por uma ordem sobrenatural ou superpositiva, de tal sorte que os restantes membros do corpo nacional são olhados como meios para que o governante ou governantes atinjam os seus fins, confundidos com os fins do próprio Estado. Ao contrário, democracia é a forma política dos Estados em que nenhum membro da colectividade goza do privilégio especial de mandar, por virtude do reconhecimento duma ordem superpositiva, em que todos os homens são considerados como fins em si e não como meios, e em que o poder soberano é atribuído a todos, embora só alguns o exerçam em representação da maioria da colectividade.

O grande professor da Universidade de Viena, Hans Kelsen, é de parecer que quem tiver orientação metafísica deve, lógicamente, ser partidário da autocracia, ao passo que quem tiver orientação positivista e realista deve arregimentar-se nas hostes da democracia. Sejam quais forem os desvios que na prática se verifiquem em relação a êste postulado, não resta dúvida de que a autocracia e a democracia correspondem a duas tendências opostas da consciência humana cujas raízes penetraram nesta tão

profundamente que impossível se torna extraí-las por completo. E' dêste facto que resulta a surprêsa de inesperadas reviviscências de velhas doutrinas e de velhas práticas, que se supunham mortas.

Postas estas definições fundamentais, revertamos ao assunto de que nos vínhamos ocupando.

A democracia respeita a autonomia individual porque o homem, considerado como um fim em si, prestigiado pela circunstância de ser igual a todos os outros membros da colectividade e de ser, com êles, o portador do poder soberano, entende que à dignidade da sua natureza importa reduzir ao mínimo as limitações da sua liberdade individual no duplo aspecto material e espiritual. E, se aceita essas limitações, é porque sabe que, só vivendo em sociedade, pode satisfazer as suas necessidades mais essenciais e que a vida colectiva implica forçadas abdições. O homem, porém, luta sempre contra as tendências absorventes do agregado no sentido de manter em cada época a sua autonomia individual no nível mais elevado que as circunstâncias comportam.

Dentro duma autocracia já nada disto sucede. A sociedade é considerada como um ser vivo, real, a cuja conservação e desenvolvimento devem ser implacavelmente sacrificados os interesses individuais. Aos misérrimos sêres humanos só são deixados, como osso esburgado, aquelas poucas liberdades de cujo uso não possa resultar o mais leve inconveniente para o corpo social. Para o chefe ou os chefes duma autocracia o homem é um meio utilizável a seu bel-prazer sem remorsos, nem preocupações, como se fôra simples animal doméstico. Também a êste não são roubadas tôdas as liberdades: o gato passeia em liberdade pela casa, contanto que cumpra a sua obrigação de papar os ratos; o cavalo retoíça à vontade pela pastagem nas horas que para isso lhe são destinadas, se cumprir o seu serviço a contento do dono; a galinha pode espanejar-se e cantar, desde que ponha ovos.

O que é que separa, pois, o conceito de liberdade individual nas democracias e autocracias? E' que nos regímens democráticos a liberdade individual é, em princípio, absoluta e tem, na prática, aquelas restrições que resultam duma abdição voluntária da maioria dos cidadãos activos, ao passo que nos regímens autocráticos constitui uma concessão graciosa dos detentores do poder soberano, dependendo os limites dessa concessão das conveniências dêstes.

Outra característica da liberdade individual nas democracias é que a sua amplitude deve ser a mesma para todos os cidadãos, sem distinção de raças, castas sociais ou grupos económicos — coisa que não acontece nas autocracias. A democracia é o regímen por excelência da igualdade política e da negação de privilégios. Decretar, por exemplo, o extermínio político dum sector populacional, a pretexto de judaísmo, como fizeram na Alemanha os nacionais-socialistas — é vulnerar o princípio fundamental das democracias. Neste caso particular a lesão foi ainda agravada com a estranha confissão de impotência intelectual por parte dum povo que, sendo constituído por 65 milhões de unidades e supondo-se portador de qualidades excepcionais, vem.

declarar ao mundo que fôra vencido na luta pela vida pela concorrência de escassos 500.000 judeus, enquistados no seu seio.

Fôsse, porém, qual fôsse o pretexto invocado para a criação de categorias de ilotas ou de privilegiados no seio da massa nacional, a democracia não o poderia nunca acatar como bom ou legítimo. Quando a maioria de um país, directamente ou por delegação, manifesta em regimen democrático a sua vontade no sentido da deminuição de certos graus de liberdade, sabe-se que êsse enfraquecimento da autonomia individual tem de atingir por igual todos os cidadãos, tanto aqueles que concordaram com essa medida, como os que emitiram vozes dissonantes.

Se o indivíduo, para a democracia, constitui em si um fim, de nenhum modo pode ser considerado, como na autocracia, meio de atingir fins estranhos à sua própria personalidade. A autocracia, essa sim, é que, dentro dos seus conceitos peculiares, ousa rebaixar o homem à categoria de instrumento de que o chefe ou chefes usam à sua vontade e a que atribuem direitos mais ou menos latos, consoante as vantagens que disso lhes poderão advir.

A casta faz parte da própria essência da autocracia. Pode variar, com o decorrer dos tempos, o fundamento para a divisão da população em castas. Podem, para êsse efeito, ser relegados a condição subalterna certos factores, ontem de considerar, e hoje destronados por outros de carácter preferencialmente económico. Embora. O princípio básico — a desigualdade decretada arbitrariamente pelo poder soberano — mantém-se inalterável nas autocracias do passado e nas do presente.

E' certo que os autocratas não cessam de conclamar que na democracia existem desigualdades em matéria económica, que anulam, praticamente, os efeitos da igualdade jurídica dos homens. Isso demonstra apenas que a democracia política é, quando muito, a ante-câmara da democracia social e que não é sinceramente democrata nenhum homem que se assuste com a evolução, lá porque ela nos deva conduzir desde aquela até esta.

A democracia, na realidade, tem um conteúdo de regras que é preciso ir modificando por forma a que a igualdade de direito se transforme em igualdade de facto. O democrata consciente não deve desesperar nem do seu próprio destino, nem do valor das suas ideas. E' que o homem contemporâneo, por mais que tente repelir do seu espírito a noção fundamental de justiça, tem-na no sangue. Ela é a maior criação espiritual que o reduzido sector hebraico legou ao mundo inteiro. Podem muitos viver injustamente, podem ferir profundamente a justiça, mas na intimidade do seu ser, lá muito dentro dêles, existe um juiz implacável e paciente, que espreita a primeira oportunidade para abrir brecha na sua consciência. A democracia quere a igualdade por mandato imperativo da justiça. A autocracia é o episódico e transitório domínio da injustiça. Cremos piamente que chegará um dia em que os homens não só serão iguais à face da lei, mas serão também colocados em condições materiais idênticas em face das contingências da vida. Numa única coisa êles não serão nunca iguais : nas suas virtualidades e potencialidades intrínsecas. Não será, porém, dêles a culpa disso : será de Deus.

Arrastou-nos longe de mais esta divagação sôbre o conceito de igualdade na democracia, fazendo-nos perder de vista o nosso objectivo principal. Fechemos, pois, o parêntesis e voltemos a retomar o fio interrompido do raciocínio.

Na democracia há auto-restrições à liberdade individual plena, que é considerada aliás como apanágio do homem — dizíamos nós. E acrescentávamos que na autocracia há concessões de certos graus de liberdade ao homem, que é privado, em princípio, de todos êles. Ora pode muito bem acontecer, sequer ao menos em teoria, que o número daquelas restrições e o destas concessões sejam tão grandes respectivamente em determinado Estado democrático e em certo Estado autocrático que o régimen de liberdade individual seja menos lato naquele do que neste. Num Estado democrático, o número de restrições deve ser normalmente proporcional ao seu índice de civilização ou de potencialidade. Num Estado autocrático, o número de concessões deve ser, por via de regra, inversamente proporcional ao seu índice de civilização. De modo que os cidadãos de um Estado democrático super-industrializado podem ser levados pelas circunstâncias a privarem-se, voluntariamente, de gozar tantas liberdades effectivas, como as concedidas aos seus súbditos pelo Chefe ou Chefes de um Estado autocrático de carácter agrícola.

Assim, pois, o que importa para a caracterização de determinada forma política não é bem o volume da autonomia individual. Não merece a pena que os democratas se assustem acêrca dos destinos da democracia, quando se põem desoladamente a calcular as reflexões que sôbre o problema da liberdade pode ter a instauração dum régimen económico de direcção estatal. Enquanto fôr reconhecido ao povo o direito de fazer variar aquele volume, de harmonia com as suas conveniências, não haverá eclipse da democracia.

Um pequeno exemplo bastará para nos elucidar sôbre a diferença de critérios a que podem obedecer estas amputações da liberdade individual. Imaginemos que numa capital dos séculos idos, quando ainda não existia a profusão de veículos dos tempos correntes, um monarca tiranete ordenava que se não pudesse atravessar as ruas senão em determinados pontos. Estaríamos evidentemente em presença duma arbitrariedade a que os homens só se sujeitariam sob a coacção do poder soberano e que não teriam forma de derrogar.

Em compensação, no momento presente, todos os habitantes das grandes cidades se sujeitam, voluntariamente, a limitações daquela natureza por duas ordens de razões :

1.^a — porque compreendem a necessidade delas, quer no interêsse da circulação dos veículos, quer no interêsse da vida dos cidadãos ;

2.^a — porque, em régimen representativo, estariam sempre em condições de fazer caducar essas e outras medidas, quando as reputassem exageradas e importunas.

A República Romana não se deve classificar como democrática, por isso que os habitantes da *urbs* eram divididos em dois grupos principais — cidadãos e escravos, sem contar os peregrinos ou estrangeiros — os primeiros dos quais gozavam do *status civitatis*, do *status familiae* e do *status libertatis*, ao passo que aos segundos nenhuns direitos eram reconhecidos. Se fizessemos, contudo, abstracção da existên-

cia de escravos, poderíamos classificar a República Romana como um govêrno democrático directo.

Ora na sua Constituição havia uma sábia instituição — a *ditadura* — que é um exemplo típico de amputação voluntária de direitos e de auto-limitação de liberdades individuais. Vendo a pátria em perigo, o orgulhoso *cives romanus* reconhecia a necessidade da concentração de todos os poderes num só homem, para que êste tivesse a possibilidade de tomar as rápidas decisões requeridas pelas circunstâncias. A instauração da ditadura era da iniciativa dos cidadãos, nascia de uma necessidade reconhecida por todos, além de que a instituição tinha limitações no tempo. Tanto bastava para que o mais austero republicano da velha Roma se não sentisse chocado pelo eclipse das suas prerogativas. Em compensação, veja-se o barulho provocado, no próprio período da agonia das instituições republicanas, pela tentativa extra-legal de Catilina, considere-se o sobressalto dos Brutos e dos Cássios, quando a espada de César suprimiu as liberdades romanas.

Já pertencemos ao número daqueles que consideravam as democracias impotentes para a organização da sua defesa contra os ataques dos seus inimigos irreductíveis. Meditando mais atentamente no problema, chegámos, porém, à conclusão de que a verdade é muito outra, de que a democracia tem, de facto, condições de defesa, mas que não tem sabido defender-se. Ora o campo de visão alarga-se extraordinariamente, quando nos situamos neste outro ponto de vista. Torna-se, pois, indispensável a justificação do que vimos de afirmar.

Épocas excepcionais, como aquela que vimos atravessando, requerem, sem possibilidade de dúvida, procedimentos excepcionais. A democracia deve restringir o quadro das suas liberdades, sempre que isso se torne indispensável para a conservação e desenvolvimento dos factores do progresso e para garantia da dignidade dos cidadãos. Desde que essas reduções sejam feitas com a sancção da colectividade e com carácter de generalidade, desde que se não situe o poder soberano noutra entidade que não seja a nação, desde que se não suprima o carácter representativo do régimen, a democracia — repetimos — não é afectada na sua essência.

Assim, em cada época as restrições da liberdade individual poderiam ser de duas categorias :

- 1.^a — aquelas que teriam carácter de permanência, porque corresponderiam a exigências da solidariedade social, variáveis com o nível da civilização de cada povo ;
- 2.^a — aquelas que teriam carácter temporário, porque corresponderiam a necessidades nascidas de circunstâncias excepcionais de momento, devendo desaparecer logo que se alterasse o condicionalismo do meio.

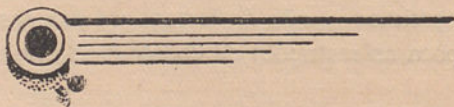
Dentro do critério que vimos de esboçar, a democracia pode premunir-se sempre da autoridade suficiente para se defender e para, ao mesmo tempo, impulsionar o progresso colectivo. Com a vantagem ainda de que, dentro dos régimens democráticos, não poderá dar-se o caso de que a tendência para o refôrço do Poder Central exceda os limites do que seja necessário e justo, porque automaticamente se lhe oporá a tendência dos indivíduos para não consentirem excessivas reduções da sua autonomia. Da conjugação destas tendências pode nascer um tipo de equilíbrio so-

cial, que deixe à colectividade condições de desenvolvimento, sem humilhar ou esmagar os seus elementos componentes.

Aos velhos republicanos que, educados na escola do liberalismo novecentista, transportaram para o século presente a sua mentalidade, sem as indispensáveis acomodações às realidades da vida contemporânea, é possível que algumas das nossas afirmações se afigurem heresias inteiramente reprováveis. Todos aqueles que nos tempos actuais teimosamente cerrem os olhos e tapem os ouvidos, para não verem nem ouvirem, são, porém, galhos secos, que a primeira ventania forte se encarregará de arrancar à árvore da vida e arrastará para onde quer que seja. Não têm verdadeiro interesse social, muito embora sejam exemplares humanos dignos de observação e estudo.

Não é para êsses tais que escrevemos. Escrevemos, sim, para aqueles que, tendo uma orientação intelectual positivista, pensam que as formas políticas e sociais e a existência das colectividades têm, como fim supremo — aligeirar o fardo da vida a êsse batalhador infatigável que é o homem. Escrevemos para aqueles que não querem ver sacrificado o homem a nenhum Moloch odioso e insaciável. Os que assim pensam hão-de compreender-nos.

CUNHA LEAL.



Do ensino do Direito

(Como êle se faz...)

Tôda a nossa Universidade está, por certo, carecida de ampla e profunda reforma. Tantos o dizem e tão poucos o contestam que não vale talvez a pena transportar para aqui os têrmos um pouco confusos e muitíssimo abstractos da discussão a tal respeito travada. Importa escutar o clamor público e surpreender a justiça que lhe assiste. Após o que, importa abandonar as generalidades do problema aos que delas se ocupem e, com mais modéstia, senão com mais senso prático, descer às partes dêsse todo, para, directa e imediatamente, delas cuidar.

Não deveria pertencer esta tão grave e delicada missão a quem, como nós, há algum tempo já, se arredou de pugnas desta ordem e jamais dispôs e revelou nelas a competência que seria de exigir. Mas ai de quem espere, em Portugal, o aparecimento, em público, dos competentes! Ou porque os adormente o Saber, tão vastamente acumulado, ou porque os sufoque imoderada modéstia — raro sua voz ecoa de modo que se oiça e, sobretudo, se compreenda. Daí o impender sôbre todos nós o dever de os substituir; daí o sentirmo-nos nós, simples cidadãos curiosos, com a obrigação moral indeclinável de intervir enèrgicamente no debate das questões de alto interêsse nacional.

.....
Determinar a importância do ensino do direito, especialmente em nossos dias, quando a complexidade da vida social e os inúmeros factores que a condicionam começam escapando à observação mais atenta e meticulosa — não é, realmente, obra fácil.

Em todo o caso, basta recordarmo-nos de que o direito ainda hoje continua sendo, por si só, um índice rigorosíssimo do grau de civilização do povo, para compreendermos o interêsse que a qualquer povo deve merecer o seu ensino. Para que o direito permanentemente evolucione e se equilibre (entre o desabrochar nas cons-

ciências e o inverter-se, escrito, nos textos legais), importa acompanhá-lo de perto, amparando-o a todo o instante e a todo o instante penetrando na sua essência mais íntima. Assim tem de fazer-se, antes que êle mais se negue e desminta. Mas questão de dignidade nacional apenas? Bom seria que o fôsse. Outras razões, porém, fundamentam o assêrto. É que a Ordem interna, o prestígio de instituições sociais basilares, a satisfação das mais rudimentares necessidades dos homens, a justificação da própria existência, organizada com autonomia, da colectividade nacional — só no direito e através do direito podem e devem assentar e revelar-se.

Entre nós, então, no momento que atravessamos — já porque urge proceder a uma reforma do nosso direito positivo, desactualizado, excessivamente disperso e contraditório, carecendo-se, para isso, directa ou indirectamente, de pessoal habilitado; já porque as nossas faculdades de direito estão absorvendo anualmente, quasi um têrço da população escolar saída dos liceus, o que vinca o seu interêsse; já porque se estão multiplicando, também, os lugares públicos, exclusivamente preenchíveis pelos licenciados naquelas escolas superiores — o ensino do direito tem de começar a ser vertido em moldes novos e a ministrar-se por forma que redobre e amplie o seu rendimento.

Mas em face da organização actual das nossas Faculdades de Direito e dos programas por que se rege o seu ensino — qualquer ensaio de reforma a propor-lhes tem de partir duma questão prévia fundamental: estabelecimento rigoroso da finalidade do ensino jurídico oficial. Por outras palavras, em demanda de maior clareza: que produzem as Faculdades de Direito? Que devem elas fazer dos que lhes passam por entre as mãos afeiçoadoras? Criar bacharéis, simples licenciados, providos, tão sómente, duma vaga e muito geral cultura jurídica? Enveredar, antes, pela especialização, preparando advogados, magistrados, diplomatas, secretários de Governos Civis, etc., através, respectivamente, a prática mais intensa do Direito Privado Positivo, o conhecimento mais profundo dos Direitos Económico e Internacional, a assimilação mais completa dos Direitos Político e Administrativo? É necessário tomar aqui uma posição.

Anteriormente à Reforma de 1928, o ensino do direito nas Faculdades parecia propor-se, claramente, o primeiro objectivo: fabrico, em série, de bacharéis. Era a cultura jurídica geral que se ministrava. Tinha, pois, uma feição concreta, definida, o ensino de então. Sabia-se que era aquilo e que era no sentido de obter aquilo (bacharéis, apenas bacharéis) que tôdas as reformas e alterações deveriam ser feitas nos programas. Estava bem? Estava muito mal! Mas muito mal, porque nem êsse objectivo, praticamente, se atingia. Trazia-se a história do direito dispersa e esfarelada, sem a menor sombra de critério, por inúmeras cadeiras, apenas com certa unidade e ordem no «Direito Romano» e no «Direito Português». A Filosofia do Direito, base indispensável da mais comensinha cultura jurídica, distribuia-se, também, por tôdas as cadeiras, desordenadamente, incògnitamente, sob a forma caprichosa de pequenas introduções, repetidas e quasi inúteis, às matérias diversas. As Legislações Comparadas, tão necessárias a uma sólida cultura jurídica, referiam-se, apenas, ao «Direito Civil» e confinavam-se na estreiteza dum pequeno curso — realizado normalmente, entre bocejos de mestres e alunos — com todo o carácter duma excrescência incómoda

e destituída do menor interêsse. Por outro lado o «Processo» figurava nos programas com uma cadeira anual (4.º ano) e um curso semestral (5.º ano), e o seu ensino ora revestia aspectos rigorosamente práticos, ora incidia, mais logicamente, sobre a sua parte puramente teórica, segundo o critério preferido por cada professor.

Mas o vício fundamental não residia, certamente, nestas contradições e nestes erros, facilmente sanáveis com uma reforma enérgica e decidida. Êle pairava mais longe e verificava-se, sobretudo, no próprio sentido, na própria essência, portanto, do ensino. Ê que o aluno atingia, por intuição, a inutilidade evidente dos conhecimentos obtidos. Não frequentava a escola por diletantismo ou simples curiosidade intelectual; procurava, antes, ali apetrechar-se convenientemente, para explorar, depois, com êxito, uma profissão: e daí o reagir permanentemente contra o carácter teórico dêsse ensino; e daí o marcar sempre, com acentuada nitidez, a sua legítima preferência pelos estudos de sabor mais prático. De tudo isto resultava, como é de prever, êste mimoso absurdo: os bacharéis nem dispunham daquela larga e bem ordenada cultura jurídica que o programa apetecia, nem obtinham, como desejavam, o adestramento necessário no manejo dos textos legais.

Em 1928 surge, porém, nova reforma — de tal modo violenta e profunda que logo o alarme se estabelece, através a eclosão de grèves académicas importantes e de protestos aflitivos dos professores. O Legislador julga ter apreendido o vício fundamental das reformas anteriores e aparenta dispor-se a extirpá-lo duma vez para sempre.

Eliminam-se matérias (como «Legislação Civil Comparada» e «Cultos»); altera-se a ordem do ensino das cadeiras e cursos; estabelece-se um exame de admissão às Faculdades que inutiliza quasi o exame final dos Liceus e que importa esquisitices como o conhecimento perfeito do latim — regime êste, afinal, jamais iniciado, por influência dos homens e por força do próprio Bom-Senso; extingue-se uma das épocas de exames (a 2.ª, em Outubro); cria-se o Bacharelato e a Licenciatura (com quatro e cinco anos, respectivamente); modificam-se, a puro capricho, as médias oficiais (a nota de dez impede a conclusão do curso, realizando-se a transferência do quarto para o quinto ano mediante, apenas, a média de doze, obtida nos anos anteriores); aumenta-se o período de estágio dos candidatos à advocacia, de seis mezes para dezoito (ano e meio!); cinde-se o quinto ano em dois quintos anos, distintos e bem caracterizados, num esboço feliz de especialização: um destinado ao estudo das Ciências Político-Económicas, outro atribuído ao estudo das Ciências Histórico-Jurídicas; revoluciona-se tudo e dá-se, assim, ao público a impressão gostosa de que um vendaval renovador atravessa e agita as seculares escolas.

Mas que resulta, afinal, de tudo isto? Verdaderamente pouco ou nada! E agora por sobre todos os males preexistentes alevanta-se um novo, mais vasto e grave: o de se tornar praticamente incerto o sentido do ensino. A reforma o que determina aí? Leva-nos, por um lado, a crer numa tendência para a especialização — através, sobretudo, a nova conformação do 5.º ano. Arrasta-nos para a suspeita oposta, por outro lado, reservando a especialização autêntica, aos estágios post-Faculdade. Além disso, o Curso Geral, hoje Bacharelato (constituído pelos quatro primeiros anos), permanece idêntico ao Curso antigo, eivado dos mesmos defeitos dêste e ferido pelos mesmos

erros. A especialização dos 5.^{os} anos é vaga e praticamente nula — como o demonstra o facto de inúmeros ramos e especialidades jurídicas (Direito Marítimo, Inquilinato, Questões de Posse e Propriedade, Sucessões, etc.) continuarem absolutamente desconhecidos pelos recém-licenciados. Se fôssemos a aceitar, como boa, a opinião mais generalizada, cometeríamos a grosseria de supor uma apenas a intenção do legislador : reduzir o número dos licenciados, complicando, dificultando, confundindo, encarecendo as licenciaturas de Direito — em prejuízo, embora, da Lógica, do Bom-Senso, do prestígio do Estado e da sua Instrução, dos mais rudimentares interesses nacionais, enfim. Não o faremos, portanto. E entendemos, em princípio, que o objectivo que se pretendeu atingir — foi o da especialização do curso, que as circunstâncias de hoje, mais do que nunca, impõem.

Realmente todas as ciências estão caminhando abertamente para a especialização — e só por absurdo admitiríamos que o direito não acompanhasse tal movimento ; a luta pela vida (o *struggle for life*) reveste, em nossos dias, aspectos de gravidade jamais excedida e só por loucura aceitaríamos que se continuasse a fabricar bachareis, inteiramente incapacitados para o exercício das profissões adequadas ao seu diploma e suficientemente rendosas ; por último, o próprio Estado, vai exigindo, no recrutamento dos funcionários públicos, as mais diversas e justificadíssimas especializações jurídicas (Diplomacia, Magistratura, Notariado, Conservadores, Cargos Administrativos, etc., etc.) e só por completa cegueira compreenderíamos que êle não providenciasse no sentido das Faculdades de Direito lhe fornecerem, com prontidão e segurança, o pessoal habilitado de que carece.

Se outras não houvesse, estas razões chegariam, por si sós, para nos convencerem de que foi intenção do legislador, adoptar o critério da especialização. Tão mal o fêz, porém, que consentiu dúvidas, hesitações e embaraços — tornando legítimas as mais diversas e contraditórias suposições. E isto porquê ? Porque não teve a coragem, a nobre e decidida coragem de romper com preconceitos e de atacar, de frente, o pêso morto do Passado. Em face do problema fingiu procurar uma solução ecléctica, susceptível de satisfazer os gregos e troianos desta interminável questão. Com a manutenção do Curso Geral, do Bacharelato, resultante dos quatro primeiros anos e com a criação da Licenciatura especializada dos dois 5.^{os} anos — obtinha-se, hipoteticamente, a conservação do curso jurídico antigo, todo teórico e geral, para os que o quisessem, e a preparação dum curso especializado, essencialmente prático, para os que o preferissem. Ninguém, assim, poderia protestar. Mas como se trata dum simples simulacro — o seu sabor artificial acentua-se à medida que o tempo passa. E a Verdade revela-se uma e só uma para além das habilidades mesquinhas e ingénuas dos homens : é que foi e é o sentido da especialização que, consciente ou inconscientemente, se tem marcado e se continuará a marcar. Que se impõe, portanto ? Reformar o programa, infeliz e contraproducente, ainda em vigor, de modo a harmonizá-lo com o fim que êle demanda e se propõe atingir. As correções e emendas de que carece, para isso, procuraremos expô-las, clara e sucintamente, em futuro artigo.

NUNO RODRIGUES DOS SANTOS.

Divagações científicas

II — A Relatividade e o Éter

As novas teorias da relatividade vieram lançar a desordem, sob o ponto de vista filosófico, na mente de muita gente, incluindo os próprios criadores dessas teorias.

Nos fins do século passado, todos os grandes homens de ciência acreditavam na harmonia do Universo, que, segundo êles, obedecia a leis consideradas basilares, duma exactidão absoluta, e que se fundavam em axiomas que pertenciam ao senso comum de tôda a Humanidade. Ora, últimamente, a geometria de Galileu e as leis de Newton receberam um rude assalto da parte dos físicos relativistas, em especial de Einstein. Com efeito, pelas novas teorias, o Universo apresenta-se-nos confuso: as rectas, pròpriamente ditas, não existem, os corpos deformam-se com a velocidade, as medidas que empregamos variam conforme a maneira de as utilizarmos, a velocidade maior que existe é a da luz, e, para cúmulo da confusão, essa velocidade permanece constante, mesmo que lhe adicionemos qualquer outra velocidade!

Assim, numa física, que se aproxima muito do mundo dos espíritos, onde tôdas as noções basilares se esbateram, é difícil chegar a pôrto seguro.

Procuremos contudo interpretar o que se passa realmente na experiência de Michelson, da qual se tirou o maior argumento experimental para o estabelecimento da teoria da relatividade de Einstein.

Examinemos o caso da onda luminosa que se reflecte no primeiro espêlho do esquadro de Michelson. O encontro de uma onda luminosa com um ponto material do espêlho provoca o aparecimento de um fotão. Êsse fotão, ou, o que é o mesmo, a onda luminosa que lhe corresponde, obedece às leis da atracção universal, e, como se fôsse um cometa, descreve uma cónica em tórno dum dos elementos componentes do primeiro sistema atómico que encontrou. Se êste sistema planetário atómico pertencer à primeira camada molecular do corpo (superfície reflectora), o fotão seguirá uma órbita que corresponderá às leis da reflexão. Se o fotão só encontra no seu ca-

minho um sistema planetário atómico duma camada profunda do corpo, o fotão antes de chegar à superfície encontrará outros sistemas planetários e poderá mesmo perder-se, isto é, não chegar a emergir; dir-se-á, neste caso, que a luz foi absorvida.

Se o fotão foi reflectido pela primeira camada de átomos, êle afastou-se da superfície reflectora com uma velocidade que é a componente — segundo a mecânica racional — das duas velocidades, a que o fotão trazia e a velocidade própria do espelho, que é transportado pela terra através dos espaços.

A luz terá, se os fenómenos se passam assim, uma velocidade variável segundo fôr reflectida ou não, e as ondas luminosas resultantes não serão esféricas, mas elípticas (Bessière, *Calculs et Artifices de la Relativité*, pag. 9).

Se c_1 é o valor da velocidade da luz no tracto directo da experiência de Michelson e c_2 o valor da mesma velocidade em sentido oposto, a constância experimental das medidas de ida e volta permite escrever:

$$\frac{K}{c_1} + \frac{K}{c_2} = \text{Constante}$$

em que K é o comprimento invariável dos braços do esquadro, donde

$$\frac{1}{c_1} + \frac{1}{c_2} = \text{Constante}$$

Sendo $c_1 \neq c_2$, o logar geométrico das extremidades destes vectores variáveis é um elipsoide, tendo por foco a origem dessas ondas.

A secção dêste elipsoide por um plano passando pelo seu eixo maior dá uma elipse cujos vectores variam de $c - v$ a $c + v$ e cuja equação polar é:

$$V = \frac{c^2 - v^2}{c - v \cos w}$$
, onde v seria a velocidade relativa do éter e V a velocidade da luz em relação à origem. Esta velocidade teria, como valor médio, c , que se aproximaria muito duma constante a uma distância muito grande de qualquer corpo material.

O efeito do movimento da fonte luminosa ou da superfície reflectora, em relação ao éter, é de mudar as ondas esféricas em elipsoidais.

Vistas as coisas dêste modo, não temos necessidade de supor que os corpos sólidos se deformam com o movimento no éter. Einstein pensa precisamente o contrário, mas a verdade é que, quer se aceite a primeira hipótese, quer a segunda, os resultados, sob o ponto de vista matemático, são precisamente os mesmos.

Poincaré diz mesmo que «Lorentz teria podido explicar os factos supondo que a velocidade da luz é maior na direcção do movimento da terra que na direcção perpendicular» (*Science et Méthode*, pag. 100).

E de facto assim deve ser, se supusermos os fotões sujeitos às leis da gravitação, que na verdade é bem universal.

Bessière demonstra que se pode chegar ao grupo de equações a que Lorentz chegou partindo da igualdade $c = \text{constante}$, sem recorrer ao princípio da relatividade,

sito é, supondo c variável, e que tôdas as nossas actuais medidas de tempo e de espaço precisavam de sofrer correcções precisamente iguais aos efeitos de Lorentz, mas em sentido contrário, ou seja $\frac{1}{2} \cdot \frac{v^2}{c^2} x$ para os comprimentos e $\frac{1}{2} \cdot \frac{v^2}{c^2} t$ para os tempos.

Desta forma, tôdas as deducções de ordem matemática ou física que se têm tirado da teoria da relatividade subsistem — elas aliás têm tido várias confirmações — mas as conseqüências filosóficas das explicações de Poincaré, Becquerel e Bessière são completamente outras :

O éter e o espaço não são precisamente a mesma coisa, e todos os fenómenos da natureza não passam de manifestações das propriedades dêsse éter, que ocupa a maior parte do espaço de que nós temos conhecimento. Sendo assim, voltaríamos desta forma às conclusões filosóficas de Newton, que considerava o espaço e o tempo como entidades absolutas.

O princípio filosófico de que distincções que não podem ser observadas não devem ser tomadas em consideração pela física deu um grande impulso aos trabalhos sôbre relatividade, mas a verdade é que nem mesmo a teoria da relatividade geral fica isenta de críticas a êste respeito. Não é mesmo possível construir física sem infringir êste princípio. A física de Einstein e de Newton são realistas e ambas, por isso mesmo, têm de admitir uma boa dose de filosofia. A física, como ciência exacta e empírica, não passa duma pretensão nossa : a única coisa possível é adoptar um método de trabalho que exclua quási completamente a filosofia. Esta, porém, pode-nos conduzir a hipóteses férteis em descobertas e, portanto, ser de grande utilidade, sem falarmos da satisfação natural de podermos formar uma concepção do Universo, que não será certamente a mesma para todos os indivíduos.

Com a concepção do Espaço-Tempo, não euclidiano, de Einstein desapareceram as forças, que são substituídas pelas propriedades locais dêsse Espaço-Tempo : «Um logar onde existe matéria é um logar na vizinhança da qual o espaço está de qualquer forma como que arrepanhado» ! (Russell).

Mas, se substituirmos a palavra espaço pela palavra éter e reservarmos aquela para designarmos onde o éter existe, compreenderemos melhor que o éter possa estar arrepanhado em determinados locais, originando a matéria.

Na geometria diferencial de Rieman, um elemento de recta é representado por $ds^2 = dx_1^2 + dx_2^2 + \dots + dx_n^2$, o que levou Rieman à noção da curvatura do «manifold», a que chamou tensor, que é expressa por muitos números, como no caso da pressão dentro dum corpo elástico, ou dos esforços no interior dum corpo sólido.

Rieman, com a sua geometria, leva-nos pois à conclusão de que tudo se passa como se o éter fôsse um corpo sólido e elástico, sendo tôdas as leis da Natureza resultantes das suas propriedades físicas.

E chegamos desta forma às mesmas conclusões a que já tínhamos chegado, mas desta vez com o auxílio de considerações de ordem matemática.

PIRES DE CARVALHO,

ENGENHEIRO.

Um livro de actualidade

A técnica e as transformações
sociais contemporâneas

POR

CUNHA LEAL

PEDIDOS A ESTA REDACÇÃO

Estudos coloniais

Acusam-nos, a nós portugueses, de, em matéria colonial, enchermos a bôca com o «glorioso passado» e «os inauferíveis direitos históricos», pouco falando ou escrevendo sôbre o que realizámos ou somos capazes de realizar na actualidade.

Num livro recente de autor estrangeiro, a que demos em Portugal mais notoriedade do que merecia, esta crítica apareceu repetida em termos duros: «Les ouvrages de source portugaise manquent souvent d'impartialité. Ils ont trop tendance à négliger les faits et les évènements actuels, pour mettre en relief un passé glorieux, mais qui n'a qu'une valeur purement historique».

E' certa a balda e fundada a crítica.

Nos congressos, nas exposições internacionais, nas revistas da especialidade, em suma, onde quer que tenhamos de exhibir provas da nossa actividade colonial, avançamos para o lugar proeminente «o glorioso passado histórico».

E lembra-nos a propósito, com reavivado pesar, que na Exposição de Paris, onde as provas da acção civilizadora de Portugal nos seus domínios ultramarinos teriam retumbância em todo o mundo, a maior preocupação dos organizadores foi a construção do lindo pavilhão de estilo manuelino (século XVI, portanto), cujo ornamento externo, mais aparente, era o painel de azulejo com as caravelas de Bartolomeu Dias a dobrarem o Cabo das Tormentas, e cujo principal atractivo interno era o grande mapa luminoso com as rotas dos antigos navegadores.

Já se vê que para o architecto, — aliás illustre —, que delineou o pavilhão, a idea colonial apenas despertou a evocação do período áureo dos descobrimentos e das formas de architectura *metropolitana* que o celebraram *aqui*, em Portugal.

Quanto à exhibição de factos actuais, não cometeremos grave injustiça dizendo que o valor documental do recheio do pavilhão português era muito inferior ao das Índias Neerlandesas (o melhor de todos, a nosso ver) e mesmo ao do Congo Belga.

È todavia, em Angola e Moçambique, pelo menos, a acção colonizadora dos portugueses é muitíssimo mais vasta e fecunda do que se depreendia dos magros documentários apresentados. «Falta de verba», talvez... Mas supomos que menos pavilhão e mais recheio teriam correspondido melhor aos interesses da política colonial portuguesa e da sua propaganda.

Mas a « vaidade histórica » não basta, parece-nos, para explicar esta aparente obcecação do passado, que assim exibimos pelo mundo fora. Há, por certo, outras causas de natureza social e psicológica que nos inibem de apresentar, em apropriado relêvo, os resultados de tantos esforços e sacrifícios como temos feito nos últimos 50 anos, para tornar úteis para nós e para a civilização em geral o que hoje chamamos com mal-havida pompa o Império Colonial Português.

Nunca os portugueses tiveram grande propensão para fazer inventários ou coligir estatísticas, nem para a observação paciente e minuciosa dos objectos da natureza, incluindo o homem, tendo aliás excelente memória para anotar os seus feitos e aguçado espírito crítico para os comentar. Isto dá talvez razão de ter havido em Portugal tão poucos homens ilustres nas ciências naturais e sociais e contarmos tantos cronistas e historiadores notáveis.

Esta conformação especial do espírito português, que por falta de cultura se não corrige, ainda hoje nos faz relegar para um plano inferior, como secundário ou supérfluo, tudo quanto representa no campo dos conhecimentos a investigação científica, e no campo das actividades individuais ou colectivas a organização racional e a actuação sistemática.

Daí resulta, por um lado, a sobrevivência, nos processos de administração e exploração das Colónias, de certos empirismos, já em tôda a parte regeitados por obsoletos e anti-científicos; por outro lado, o desdém pela recolha e colecção sistemática dos resultados, em monografias e estatísticas, que sirvam para elucidação nossa e dos estranhos. E sucede então que, tendo de falar das nossas coisas, preferimos em regra, como notam os críticos, evocar o passado em frases altissonantes ou declamar sôbre o presente, denegrindo-o ou exaltando-o apaixonadamente, consoante os intuitos e impulsos do momento. No que seguimos, apenas, a conhecida lei do menor esforço.

A injustiça dos críticos começa, porém, quando pretendem deduzir da vacuidade das palavras ou da pobreza dos documentos, a carência de acção civilizadora; no que procedem ou com ridícula leviandade ou com tendenciosa malícia, como fêz o autor citado.

Não só para os estrangeiros, mas também para nós portugueses, os estudos coloniais oferecem uma dificuldade, muitas vezes insuperável e outras só removível com farto dispêndio de tempo e dinheiro: — a documentação. E como a função de publicista colonial está longe, muito longe, de ser remuneradora em terra portuguesa, não é de estranhar que tão pobre seja a nossa literatura colonial de carácter científico ou informativo.

Poucas revistas conseguem vingar, por falta de colaboradores e de leitores, e tão

raros são os trabalhos de algum valor e extensão que tratem cientificamente da natureza, dos homens e dos valores materiais das províncias do ultramar, que chega a duvidar-se, fora de Portugal, se os portugueses realmente as conhecem, a-pesar-de as possuírem há mais de quatro séculos.

Em lamentável compensação, a fauna, a flora e as raças humanas de Angola foram estudadas, ainda há poucos anos, por uma missão francesa (missão Rohan-Chaubat), subsidiada pelo Ministério da Instrução Pública de França, e o melhor e mais documentado conjunto sobre a mesma colónia, publicado nos últimos anos, é do Dr. H. Marquardsen (alemão), que também publicou diversos estudos sobre a geologia e a climatologia de Angola. Outros viajantes e investigadores ingleses, alemães, franceses, belgas e italianos, têm escrito com significativa frequência, trabalhos científicos, por vezes valiosos, sobre as Colónias portuguesas.

Já se vê que nós, portugueses, conhecemos melhor os cantos à casa do que os estrangeiros que visitam as nossas Colónias e à-cêrca delas escrevem, e que seríamos tão capazes como êles, — ou mais do que êles —, de as estudar e de sobre elas escrever, se a tanto nos dispusessemos. Todavia não o fazemos. — Porquê?

Êsse é o ponto capital do problema.

Já apontámos a razão psicológica ou atávica. De feitio aventureiro e ambicioso, o colonial português não emigra para cultivar a ciência, mas para trabalhar e enriquecer. Para isso não lhe falta nem energia, nem perseverança, nem constância no esforço; é um colono modelar. Falta-lhe, porém, a propensão para o estudo paciente e desinteressado do meio, e entende, com lógica irrefragável, que não emigra para escrever tratados, preencher registos ou coligir estatísticas. Quando muito, se os pruridos literários o agitam, narra-nos as suas aventuras, ou atormenta-nos com lamentos e recriminações. É Fernão Mendes Pinto, ou Samuel Usque ou panfletário violento. A última modalidade é a mais freqüente.

Quanto aos homens das classes cultas, aos universitários e intelectuais de diversas categorias, podemos dizer que até ha pouco tinham sido excluídos da colonização. O meio era demasiado rude para os atrair, e o interêsse científico era sufocado pelas dificuldades materiais da deslocação e, — digamos tudo —, pelo desdém e mesmo hostilidade da burocracia dirigente, ignorante ou ciosa do seu fraco saber colonial. Salvo raras excepções, como as de um dr. Lacerda, um Freire de Andrade, um dr. Júlio Henriques, um Kopke, ou, em tempos recentíssimos, de um dr. Carrisso, poucos universitários portugueses visitaram as nossas Colónias de África, com objectivos puramente ou sobretudo científicos. Não falamos, já se vê, nem dos missionários religiosos que, porventura, são também cultores de ciências profanas, nem de investigadores estrangeiros ao serviço do Estado português como o dr. Welwitsch, nem tão pouco de alguns médicos, agrónomos, engenheiros e geógrafos, que ao lado dos seus trabalhos profissionais, realizaram estudos verdadeiramente científicos, de interêsse geral. A primeira e recente carta geológica de Angola, por exemplo, é devida mais à dedicação pela ciência de dois ilustres engenheiros, os senhores O'Donnell e Mouta, que ao propósito sistemático da administração pública de enriquecer o património científico da nação, com o estudo das formações do solo de Angola.

O problema dos estudos coloniais carece, portanto, de solução urgente, porque não basta, para que nos acreditem, clamar que possuímos, mais do que outros, capacidades inatas de colonizadores, se não as demonstrarmos, exercendo-as em toda a plenitude e em todas as modalidades em que a acção colonial se deve exercer, segundo o conceito moderno e lato, que se lhe dá, de «civilizar». Se a colonização portuguesa não é apenas teimoso capricho de certa minoria exaltada; se representa, como sinceramente cremos, uma grande obra nacional, as universidades portuguesas têm de participar nela.

A ocasião é mais do que nunca oportuna. Por um lado, todo o trabalho preliminar de ocupação e pacificação está concluído, e com elle aberto o caminho aos obreiros pacíficos da civilização; por outro lado, a ciência portuguesa demonstraria singular impotência e subalternidade, se continuasse abandonando aos estranhos o vasto campo de investigações que o destino assim lhe proporcionou em terras do ultramar.

A mata da ignorância a desbravar é tão vasta e cerrada, como a da própria selva tropical: geografia, hidrografia, geologia, fauna, flora, antropografia, etnografia e linguística, tudo está por estudar ou mal estudado.

Como os outros podem, também nós devemos poder organizar missões subsidiadas pela Metrópole. O estudo científico e o reconhecimento das possibilidades económicas das Colónias, porque são de interesse nacional, constituem função e encargo incontestável de soberania; e não se arruinariam, por certo, as finanças metropolitanas, se pelos Ministérios da Instrução Pública, do Comércio e das Colónias se desviassem anualmente alguns centos de contos para subsidiar missões de estudo e publicações coloniais.

Não faltam nas universidades portuguesas, nem mestres insignes que orientem esses estudos, nem moços entusiastas, para quem as expedições longínquas e a possibilidade de se notabilizarem no culto das ciências que professam e no serviço do país, constituam sufficiente atractivo para se alistarem nessas missões. E é, por outro lado, um dever social urgente proporcionar à multidão de diplomados, que saem das escolas superiores de Portugal, outras carreiras mais dignas e proveitosas para o bem comum, que a de assaltarem, por astúcia e subserviência, os lugares do amanuensado metropolitano. E talvez até, quando as carreiras científicas tiverem nas Colónias uma utilização assegurada, se consiga aliviar as faculdades de direito da frequência excessiva que as assoberba, com o que todos teremos a lucrar.

Mas a acção colonial não reclama, apenas, o estudo e classificação dos objectos da natureza, incluindo o homem, que constituem o meio físico-biológico em que ella tem de se exercer; não basta portanto organizar expedições científicas, como as referidas, para resolver o problema dos estudos coloniais.

Como todas as actividades peculiares dos agrupamentos humanos, a acção colonial subordina-se a certas regras e preceitos de grande complexidade, cuja análise e sistematização é objecto de um pequeno número de ciências autónomas, embora

inter-dependentes, que formam o grupo, relativamente moderno, das ciências morais e políticas. A Sociologia, o Direito, e a Economia Política pertencem a êste grupo, e, quando applicadas à acção colonial, constituem a ciência da Colonização. É uma ciência lógico-experimental, porquanto applica, simultâneamente, os métodos das ciências matemáticas ou de lógica pura, e os das ciências naturais : a experimentação e a observação.

A Etnografia, por certos aspectos, e a Sociologia são fundamentais para o estudo do «contacto das raças», questão vital para o estabelecimento de relações pacíficas entre dominadores e tutelados, de mentalidades diferentes, e formação do direito indígena. A Economia Política, como é óbvio, fornece as regras de valorização, distribuição e consumo das riquezas coloniais ; isto é, as regras de exploração económica das Colónias.

A etnografia das populações indígenas das nossas Colónias é quasi desconhecida, pois que só raras e isoladas tentativas têm sido esboçadas para o seu estudo, a-pesar-dos 400 anos de contacto entre portugueses e nativos. O estudo dos usos, costumes e mentalidade dos povos primitivos exige, como primária condição, o conhecimento das línguas indígenas, e, em regra, os funcionários e administradores coloniais ignoram-nas ; reclama, além disso, contacto permanente e demorado com os indígenas, e a permanência não é virtude da nossa administração ultramarina.

A Sociologia, como ciência geral das sociedades, talvez se estude ainda nas universidades portuguesas ; mas, applicada à Colonização, supomos que é inteiramente desconhecida.

Quanto à Economia Política applicada à Colonização parece que é ensinada teòricamente e com brilho em algumas escolas superiores ; faltam-lhe, porém, os instrumentos essenciaes de observação e de applicação utilitária : — as estatísticas.

E eis porque, ao consultarmos as bibliografias inseridas nas obras estrangeiras que se occupam das Colónias portuguesas, encontramos com frequênciam, e mais ou menos brutalmente expressa, esta accusação : — «que os portugueses não sabem administrar as suas colónias». Accusação mal fundada, sem dúvida, e tendenciosa ; mas que o empirismo dos nossos métodos parece justificar.

Bem sabemos, pelo que diz respeito às estatísticas, que algumas se publicam de quando em quando ; todavia, nem os métodos seguidos nem, sobretudo, a regularidade e oportunidade se podem considerar as suas qualidades dominantes.

Como atrás dissemos, a maior difficuldade que se depara ao publicista colonial é a da *documentação*, porque não só os elementos de estudo são raros e incompletos, mas de acesso ou de aquisição difficil.

As estatísticas exigem uma despesa constante, que não se afigura aos empiristas, nem imperiosa nem remuneradora, sendo esta a razão, supomos, porque elas não se organizam nem se publicam com a necessária regularidade. Não é boa a razão, porque à míngua delas a administração pública e os negócios particulares têm

de se apoiar em apreciações subjectivas, quási sempre falsas, insuficientes e perigosas. Mas é uma razão ou, pelo menos, uma explicação.

O mesmo se não pode dizer da velha prática de ocultar ou sumir nos arquivos os estudos, relatórios ou monografias, que funcionários competentes redigem com muita dedicação e inteligência e que, dêste modo, ninguém lê nem aproveita.

Se quisermos, — como supomos indispensável e urgente —, organizar os estudos coloniais para desenvolver, pelo menos entre as classes mais cultas, uma mentalidade colonial, duas instituições devem ser criadas: uma Academia ou Instituto Colonial e um Centro ou Biblioteca de Documentação Colonial.

O Instituto, — como o Instituto Real Colonial Belga —, seria o órgão de coordenação e de impulsão do estudo das Ciências Coloniais; o Centro representaria a oficina devidamente apetrechada para a realização dêsses estudos. O primeiro dar-nos-ia a sua Revista de Estudos Coloniais; o segundo forneceria periódicamente o boletim bibliográfico das obras gerais e especiais relativas à Colonização em geral e às nossas Colónias em particular.

A mentalidade colonial da nação carece, porém, para se desenvolver cabalmente, de outro alimento mais digerível pelas inteligências de mediana cultura que os machos tratados, servidos por especialistas à mesa das Academias.

É função que pertence às obras de vulgarização, quer se trate de descrições de conjunto, enciclopédias ou monografias; quer de revistas de informação geral, que sejam ao mesmo tempo tribunas livres, onde os problemas coloniais possam ser tratados com elevação, mas sem o formalismo obrigatório das publicações oficiais. Isto quer dizer, sem mais rodeios, que o Boletim Geral das Colónias, — aliás utilíssimo e excelente como órgão das doutrinas ortodoxas, não é o tipo de publicação periódica mais adequado para a vulgarização e menos ainda para a discussão das doutrinas coloniais de interêsse geral e criação daquela mentalidade a que, linhas acima, nos referimos.

Abril de 1934.

VICENTE FERREIRA.

Nota da Redacção — Êste artigo está em nosso poder desde 30 de Abril, não tendo sido publicado no primeiro número por êste se encontrar já a imprimir. Pedimos desculpa do facto ao nosso ilustre colaborador.

As colónias portuguesas

Nos bastidores da política internacional

O grande ideólogo que foi o Presidente Wilson, na sua mensagem de 8 de Janeiro de 1918, estabelece, em catorze pontos, as bases da organização da paz a realizar, após o armistício da Grande Guerra, referindo-se de início ao repúdio dos acordos internacionais secretos para terminar na criação duma Sociedade Geral das Nações.

Doravante, a diplomacia procederia franca e públicamente. Era mais uma vitória da democracia; já os governos não poderiam dispor dos interesses dos povos, sem seu conhecimento, e, implicitamente, sem sua autorização.

Como consequência dêste princípio, alguns países publicaram não só as convenções secretas, como, também, as respectivas notas trocadas entre os governos e os seus representantes acreditados em outros países.

A leitura dessa documentação esclarece-nos sobre os interesses e ambições dos diferentes povos e sobre a emaranhada urdidura tecida pela intriga diplomática para a sua realização. E' o abrir, às escâncaras, das janelas das chancelarias, encerradas pelo silencioso sigilo das conveniências à curiosidade de estranhos.

O conhecimento de toda essa documentação é proveitoso ensinamento para o dia de amanhã; a guerra, conquanto tenha modificado as relações entre os povos, não alterou os seus interesses, tão pouco as suas ambições.

Portugal, mercê do seu vasto domínio colonial, tem sido motivo de vigilante atenção nos bastidores da política internacional; a cada passo se nos deparam referências nas notas diplomáticas que estão sendo publicadas; nelas se sente palpitar a cobiça, o desejo ardente de usurpação, para alargamento de outros poderios, que nem sequer se encobrem, capciosamente, com direitos mal forjados, nem tão pouco procuram ocultar a única razão que os anima — a ambição baseada no poder da força.

Em 30 de Agosto de 1898, a Grã-Bretanha e a Alemanha assinaram uma convenção secreta, na qual marcavam a posição destas duas potências, no caso dum possível empréstimo a fazer a Portugal, caucionado pelo rendimento das províncias ultra-

marinhas de Angola e Moçambique e ainda de parte da ilha de Timor, que é domínio português.

Não curemos de saber quais os motivos que levaram a velha aliada de Portugal a tomar esta atitude, mas a ela não devia ser estranha a conveniência de satisfazer a Alemanha, depois do telegrama do Kaiser ao Presidente Kruger, nas vésperas do incidente de Fashoda, que se ia dar pelo encontro das expedições de Kitchener e de Marchand.

Tôda a convenção está condicionada, na hipótese dum futuro empréstimo, pela aquiescência de Portugal, que não aceitou; e é de notar que foi assinada, não por Lord Salisbury, que se tinha retirado para a sua casa em Dieppe, mas por seu sobrinho, Balfour, a quem fôra entregue a gerência do Foreign-Office.

Passado pouco mais dum ano, em 14 de Outubro de 1899, Lord Salisbury e o Ministro de Portugal, Soveral, assinaram, em Londres, uma declaração secreta, imprópriamente conhecida pelo nome de Tratado de Windsor, na qual se confirma o art. 1.º do tratado de 29 de Janeiro de 1642 — realizado entre D. João IV e Carlos III de Inglaterra — isto é, «uma boa, verdadeira e firme paz e amizade» e se estabelece que não se «fará ou tentará coisa alguma, já por si, já por outrem, contra um e outro, ou seus Reinos, em terra ou mar, nem se consentirá ou aderirá a guerra alguma, conselho ou tratado em prejuízo do outro.»

E mais se confirma o artigo final do tratado de 23 de Junho de 1661, assinado em Whitehall, por ocasião do casamento da infanta D. Catarina, artigo secreto, no qual a Grã-Bretanha se «obriga a defender e proteger tôdas as conquistas ou colónias pertencentes à Corôa de Portugal, contra todos os seus inimigos, tanto no futuro como no presente».

Esta declaração veio modificar os receios que pudessem advir duma hermenêutica malévola no tocante à convenção de 1898. E, para maior aquietação dos ânimos, em Dezembro de 1900, uma esquadra britânica, comandada pelo almirante Rawson, visitava Lisboa. Nos discursos proferidos pelo ministro inglês H. Mac Donnell e pelo almirante, mais uma vez se confirmou a velha aliança anglo-portuguesa.

Muito embora a convenção anglo-alemã de 1898 e o tratado de Windsor de 1899 fôssem secretos, zumbiam rumores da sua existência nos meios oficiais que eram estranhos às chancelarias respectivas, e assim é que, várias vezes, êste assunto acode à correspondência diplomática, numa ânsia de obter a sua confirmação e, ainda, o conhecimento de todo o seu alcance político.

O ministro de França, em Lisboa, Saint-René Taillandier, em nota confidencial de 11 de Dezembro de 1911, informou o seu govêrno das preocupações do sr. Vasconcelos, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, acêrca da Convenção franco-alemã sôbre o Congo, dizendo que o seu art. 16.º manifestava ambições alemãs que não visavam exclusivamente o Congo Belga; que a linguagem da imprensa pangermanista era significativa a êste respeito e que as palavras pronunciadas pelo Chefe do govêrno francês faziam prever novas modificações na Carta de África e, finalmente, que Sir Ed. Grey considerara a possibilidade de mudanças territoriais em África.

Ao que êle, Saint-Taillandier, retorquira que o referido art. 16.º não era uma

ameaça, mas sim uma garantia, acrescentando que, para as Potências, como Portugal, seria de tôda a conveniência tirar o pretexto às terríveis cobiças, valorizando as colónias, e prosseguindo com nova actividade na sua missão civilizadora.

Diz que o sr. Vasconcelos concordara e falara com satisfação dos resultados já obtidos, principalmente em Moçambique, e do esforço que as colónias portuguesas se propunham fazer, para o seu desenvolvimento.

No decorrer da conversa, ao sr. Vasconcelos ensejou-se-lhe a ocasião de mencionar os compromissos da Inglaterra, quanto à defesa eventual das colónias portuguesas, que vieram tranquilizar a opinião pública sôbre os boatos que tinham corrido acêrca dum acôrdo secreto em 1898, a respeito das mesmas colónias, entre a Inglaterra e a Alemanha.

Acrescenta Saint-Taillandier : «aproximando esta indicação do silêncio guardado pelo antigo colega de Inglaterra, um dia que eu falara neste acôrdo, não posso duvidar de que a Inglaterra e a Alemanha se tenham pôsto efectivamente de acôrdo, em 1898, sôbre uma eventual partilha dos territórios portugueses».

Nesta mesma nota, o Ministro refere que o sr. Vasconcelos lhe falara dos compromissos da Inglaterra, como um «homem que, ligando-lhe um grande valor não se autoriza a abandonar-se a uma segurança sempre perigosa. Êles o tranqüilizavam certamente muito menos do que as ambições alemãs o inquietavam». E acrescenta :

«Esta inquietação é partilhada pelo país. A nação portuguesa está apaixonadamente ligada aos restos do seu império colonial. Êles são para ela, primeiro que tudo, a recordação das suas glórias antigas, o testemunho do grande papel que representou na descoberta da África e das Índias. Ê sobretudo pela história do seu papel colonial que êste povo tem tomado consciência da sua personalidade nacional. Daí uma singular susceptibilidade do espírito público, em relação a tudo que respeita às colónias.

Um official ligado à Republica dizia-me, há poucos dias, que o govêrno, qualquer que êle fosse, que deixasse perder as colónias, seria imediatamente derrubado pelo exêrcito».

E, depois de se referir aos incitamentos e estudos realizados pelos nossos escritores sôbre as questões coloniais, termina : «Um futuro proximo nos dirá se das perpicazes e patrióticas palavras se saberá passar à acção e se as colónias portuguesas virão a defender-se pelo respeito que elas inspirarem».

Passados dias, em 18 de Dezembro do mesmo ano, o Ministro de França, em «informação reservada — Confidencial» comunica ao seu govêrno que o sr. Vasconcelos o visitara e voltara ao mesmo assunto «com mais serenidade» e que chamara a sua atenção para uma passagem do discurso de Sir Ed. Grey, que o *Tempo* traduzia nestes termos : «Sem dúvida há certas partes de África, contíguas às possessões inglesas, principalmente nos territórios da União Sul-Africana, onde não podemos admitir que regiões passem a outras mãos que não sejam as nossas. Se grandes mudanças se realizarem nestas paragens, o território britânico poderá então estender-se, por meio de rectificações de fronteiras, mas não pode chamar-se a isso uma política de expansão».

O sr. Vasconcelos respondera que tinha feito sentir a sua estranheza a Sir Artur

Harding e que êste lhe assegurara que, no pensamento de Sir Ed. Grey, tratava-se apenas de grandes modificações territoriais que se poderiam realizar nestas paragens por *efeito de negociações amigáveis*.

O sr. Vasconcelos mostrou-se satisfeito com esta explicação, acrescentando que «Sir Ed. Grey não podia dizer mais». O Ministro francês comenta que «o Presidente do Conselho português deve estar menos satisfeito do que diz».

Na mesma informação, o Ministro transcreve do *Diário de Notícias* o seguinte: «Ouvir o que se diz na Europa a nosso respeito e ficar de braços cruzados, entregando a defesa das nossas colónias a tratados e convenções que as variações da política internacional envelhecem prematuramente, seria uma ingénua e desastrosa utopia».

Em Janeiro de 1912, Poincaré, Ministro dos Negócios Estrangeiros, pedia, por telegrama, aos seus Embaixadores em Londres e Berlim e Ministro em Lisboa, para o informarem, o mais breve possível, sôbre o que pudessem saber relativamente às tentativas feitas pela Alemanha, junto do govêrno português, para o levar a vender territórios coloniais.

Paul Cambon respondeu, dois dias depois, por telegrama, dizendo que no Foreign-Office se ignorava que se tivessem feito tais tentativas, e que Sir A. Nicolson considerava que, muito embora os tratados anglo-portugueses não impedissem o govêrno português de ceder territórios coloniais, todavia não acreditava na possibilidade de os ceder, sem prévio aviso à Inglaterra.

E acrescenta: «êle está ao corrente da acção dos alemães em Lisboa, para substituir a sua influência à da Grã-Bretanha».

René Saint-Taillandier, ainda em Janeiro, igualmente comunica por telegrama que numa conversa com o Presidente do Conselho aludira à venda de terrenos coloniais à Alemanha, ao que êle respondera, sem hesitar, que tal atitude acabaria com as boas relações com aquele país. «Nenhum govêrno português poderia escutar propostas dessa natureza; asseguro-lhe que nenhuma tentativa foi feita nesse sentido. Trata-se de utilizar os nossos portos para o comércio alemão e de nos entendermos sôbre a construção de certos caminhos de ferro, em condições que não prejudicariam a nossa soberania».

E comenta o Ministro de França: «O sentimento do povo português pelas suas colónias é ainda muito vivo para que um govêrno possa contrariá-lo impunemente. Todavia a baixa evidente do espírito nacional neste país pode tornar possível um dia o que seria impossível hoje, e a questão do futuro das colónias portuguesas deve ser seguida com vigilância».

O Embaixador Jules Cambon, em 3 de Fevereiro, informou o seu govêrno, que, em Berlim, é assunto tão versado que o govêrno imperial desmentiu, officiosamente, que a viagem a Londres de Solf, Secretário de Estado das Colónias, tivesse por fim tratar dêle, e que o Encarregado de Negócios de Portugal declarara, numa entrevista dada a um jornal, que o seu país não pensava em desfazer-se de qualquer parte do seu Império de Além-Mar.

Mas a campanha para a aquisição dum vasto Império na África Equatorial con-

tinua activamente, e cita os jornais *Post* e a *Gazeta de Brunswick*, um dos jornais de província que recebe, às vezes, artigos inspirados. Êste último jornal chega a dizer que Angola estava fatalmente destinada a cair nas mãos da Alemanha, que poderia alcançar a Katanga (Congo belga), um dos territórios mais ricos do mundo em mineral, através de Angola, para o que bastaria prolongar, até à fronteira, o caminho de ferro de Benguela ao Lobito, uns 600 kilometros. E todos os minerais viriam para a Europa pelo pôrto de Benguela.

E finda o artigo : «Desde que Angola e Lobito sejam alemães e esteja terminado o caminho de ferro à Katanga, próximo do lago Tanganika, poderíamos dar a mão aos nossos compatriotas do Este Africano alemão. Êste facto abre uma vasta perspectiva para o futuro».

O Embaixador comenta, dizendo que estas ambições são as de um grande número de alemães.

Êste mesmo Embaixador, em 18 de Fevereiro, relata ao seu govêrno que uma personagem, ocupando uma situação importante no meio colonial alemão, lhe dissera que a opinião política do seu país estava ligada à idea da anexação de Angola ; e entendia que o govêrno imperial teria tôda a vantagem de deixar a Portugal a soberania nominal nesta região e obter simplesmente, para os seus nacionais, concessões destinadas a fazer dela uma dependência económica da Alemanha. E acrescenta : «mas é preciso contar com a vaidade nacional que quere ver na carta grandes territórios çom as côres da Alemanha».

É interessante a conversa havida entre Paul Cambon, Soveral e o Encarregado de Negócios de França, Fleurian, que transmitiu ao seu govêrno, em 2 de Abril de 1912 : Soveral contou que Portugal, atravessando uma crise financeira muito grave, procurava assegurar-se do apoio da Inglaterra. O govêrno inglês, conquanto presidido por Lord Salisbury, estava sob a influência do Ministro das Colónias, J. Chamberlain, que o arrastava para uma política contra a República sul-africana do Transvaal. Aproveitando estas circunstâncias, Soveral negociava, em Junho de 1898, com Lord Salisbury, uma convenção destinada a reforçar a aliança existente entre Portugal e a Grã-Bretanha, cedendo a êste país certas vantagens nas colónias portuguesas : o direito, por exemplo, de utilizar o pôrto de Lourenço Marques, em caso de guerra com o Transvaal. «Nós damos aos ingleses tudo o que êles podiam desejar» — disse Soveral — e considerava o negócio como terminado, quando, pelo fim de Julho de 1898, as conversações com o Marquez de Salisbury foram bruscamente interrompidas.

Entretanto, financeiros alemães tinham vindo a Londres discutir com os financeiros ingleses a situação dos credores de Portugal : fizeram compreender que o govêrno imperial estava disposto a conversar com o govêrno inglês sôbre questões coloniais.

Neste momento, as relações entre Paris e Londres estavam muito tensas, e o Gabinete Saint-James aproveitou a oportunidade para restabelecer com o gabinete de Berlim uma cordialidade quasi desaparecida depois do famoso telegrama de Guilherme II ao Presidente Kruger.

J. Chamberlain procurou realizar uma aproximação anglo-alemã, que facilitaria

a intervenção armada da Grã-Bretanha no Transvaal, e da qual Portugal faria as despesas.

Balfour conduziu rapidamente as negociações com o Embaixador alemão, Hatzfeldt, e a convenção relativa às colónias portuguesas foi assinada.

Em 1 de Outubro de 1898, os representantes da Alemanha e da Inglaterra, em Lisboa, anunciaram ao Ministro dos Negócios Estrangeiros o acôrdo de Londres e ofereceram o concurso dos seus governos para reconstituír a sua situação financeira, por meio dum empréstimo garantido pelas potências, e por certos rendimentos das colónias portuguesas. O oferecimento não foi aceite.

Foi a única atitude tomada pela Inglaterra e Alemanha, em virtude desta Convenção.

A Inglaterra não se associou à acção, por vezes cominatória, do Conde de Tattenbach, então Ministro da Alemanha em Lisboa, nem à demonstração naval que a Alemanha quis realizar no Tejo, em Maio de 1899.

Transmitido o relato da conversa, acrescenta o informador que Soveral não vira o texto desta convenção, todavia êle julgava-se autorizado a afirmar que as cláusulas previam a partilha das colónias portuguesas de África.

Respigámos desta correspondência diplomática, tão sòmente o que nos pareceu mais interessante, muito embora a colheita fôsse abundante em demasia. Mas ficámos no conhecimento, baseado em documentos oficiais, da cobiça e intriga de que foi alvo a posse dos domínios portugueses em África.

O estudo do que se passou no dia de hontem deve ser ponderado no de hoje, e mal vai a quem dêle não aproveitar.

A publicidade dêstes documentos vem dar foros de visão política aos que defenderam a intervenção de Portugal na Grande Guerra em França, porque era ali que seria resolvido o grande prélio, e onde as côres da nossa bandeira deviam clamar o nome de Portugal.

Ali íamos defender as nossas colónias, porque defendíamos princípios que nos garantiam a sua posse.

Àqueles que, teimosamente, ainda acudam a sofisticos argumentos para a contradita, lembramos que as desmedidas ambições ainda não cessaram e que, a-pesar-de todo o esforço português, dos sacrificios feitos em vidas e haveres, impõe-se uma política inteligente, acima de mesquinhos interesses ou vaidades, para mantermos impoluto o brio nacional.

É preciso levar ao conhecimento público os perigos que nos podem ameaçar, para se conjugarem os esforços de todos e enfrentarmos as dificuldades que possam ocorrer, criando aquela calma e serena tranquillidade dos fortes, dos que podem e sabem querer. Uma política de verdade, de verdade e de franqueza.

Se, para estranhos, «o futuro das colónias portuguesas deve ser seguido com vigilância», é mister que os governantes sopesem, cautelosamente, a sua acção, e os seus próprios dizeres; que lhes não ofereçam, levianamente, elementos que possam servir de pretexto ou fundamento às criticas norteadas por maquiavêlicos desígnios.

KEMP SERRÃO.

Noticiário internacional

ESPAÑA

Na nossa última crónica sobre a situação da política espanhola deixámos umas perguntas em aberto.

Para onde seguiria a Espanha ? Humildemente na pegada de Gil Robles ou, pelo contrário, resoluta e firme na senda duma Democracia, capaz de a levar a novos destinos ?

Não seria inconsciência absoluta da nossa parte se, um mês decorrido, acabássemos este arrazoado com as mesmas inquietadoras interrogações.

O quadro da política espanhola não oferece aos olhos estudiosos novos aspectos. A mesma lamentável confusão, ainda acrescida de certos quixotismos ridículos que vão duma infantil adesão à República de Gil Robles até à penúria duma defesa das finanças riveristas pela bôca de Calvo Sotelo.

Àparte o gesto desassombrado de Prieto no seu vibrante ataque à obra de Sotelo, mais nada há digno de registo nas falanges da massa republicana e socialista.

O Govêrno Samper constitui neste momento e deverá constituir para o futuro como que o microfone por onde falarão Lerroux e os seus correligionários e, consequentemente, todos quantos veem nesse chefe político o homem providencial, apto pela sua pertinácia para a realização daquela obra de *negativismo democrata* que proporcione aos encobertos inimigos do régimen algumas horas de possível e meditado triunfo.

Samper é uma figura apagada no panorama da vida espanhola. Sem acção nem vontade, nunca as suas mãos trémulas e inexperientes se poderiam adaptar aos difíceis lemes da governação pública, em especial num país como êste em pleno transformismo social. É um autómato nas mãos do caudilho que encontrou nele a tábua por onde passarão — se o destino não lhe fôr adverso — todos os Átilas encobertos que queimarão com as ferraduras dos diabólicos corceis as flores da Democracia, tão auspiciosamente nascidas num momento de sublime inspiração do povo espanhol.

Nem mesmo a honrada atitude de Barrios conseguirá demover Lerroux.

Para êle, cego por uma idea servil e instigado por numerosa coorte, os gestos, como o de Barrios, formarão à retaguarda dos seus inabaláveis propósitos.

Só resta à Democracia espanhola um caminho: agarrar-se, raivosamente, à sua própria Inteligência, activá-la com o espectáculo degradante dum mundo em decadência e fazê-la lembrar as tempestades dum passado ainda bem próximo.

O problema da Espanha resume-se a isto: um problema de intelligência.

Porque não será esta, por si só, sufficiente para honrar, no campo das realizações práticas, a memória, sempre estremecida, de Galan e Hernandez?

ESTADOS UNIDOS

Vivia o povo norte-americano horas de angústia, amarrado a uma crise tremenda, asfixiante, quando no cenário da vida nacional surgiu a prometedora figura de Roosevelt.

O seu discurso inaugural, proferido, com sinceridade e entusiasmo, no Capitólio de Washington, trouxe para os desiludidos *yankes*, ainda combalidos da política títubeante de Hoover, alguns momentos de esperança. Aqui e ali já se notavam, então, prenúncios graves de fermentação revolucionária.

O povo americano, nomeadamente as classes trabalhadoras, tão divorciado das leituras e das realizações práticas no campo social, afastado por psicologia do choque veemente das lutas de classe, começava a querer enfrentar, violentamente, a possibilidade de conquistar, num tempo mais ou menos rápido, o direito de viver menos em desproporção com a irritante opulência dos magnates da Wall Street.

Era o atear dum pequeno vulcão, julgado extinto.

Roosevelt, assumindo a chefia do Estado, nessa hora intranquilha, e alcançando, pelo seu prestigioso desembaraço, as simpatias imediatas de milhares de americanos, formou, por si só, uma barreira onde sucumbiriam as investidas raivosas das multidões necessitadas, convictas estas de que, atrás dessa barreira, trabalhava alguém apto a salvar a pátria de Wilson duma hecatombe económica e moral.

A série de medidas propostas ao Congresso pelo presidente ainda mais animaram os desiludidos filhos de Monroe. Em fins de Junho do ano passado era Roosevelt autorizado a gastar nove mil milhões de *dollars* além do orçamento ordinário. Seguia-se uma série de medidas legislativas destinadas a integrar no Estado toda a complexa maquinaria económica.

O *National Recovery Act*, o *farmers bill*, etc., constituíam a guarda avançada dessa estatização da economia, isto é, d'este novo ensaio de economia dirigida que o povo recebia alegremente, confiante numa inevitável salvação próxima. Em especial o *National Recovery Act* triunfava, completamente, nos meios exaltados do *chô-*

mage, persuadidos de que bastava uma determinação liricamente legislativa para submeter e sistematizar toda a rede industrial dos Estados Unidos.

Na sua última mensagem ao Congresso, Roosevelt pede ainda a concessão de 1.322 milhões de *dollars* para imprimir novo dinamismo à sua obra reconstrutora.

Ao lado disso a descrença começa a invadir certas camadas, ansiosas duma rápida reviravolta da vida nacional. Os banqueiros, a gente de Wall Street, os grandes rendeiros, os magnates da alta finança cerram fileiras e avançam de encontro à Casa Branca.

Roosevelt, entretanto, não desanima.

Promete um orçamento equilibrado para 1936. Assegura a possibilidade duma regulamentação geral de toda a economia sob a suprema direcção do Estado. Rodeia-se de colaboradores novatos, já que os experimentados julgam um sonho de grandeza o propósito firme do Presidente.

A nosso ver Roosevelt começou mal.

Um sistema de economia dirigida não perdurará num país de orgânica social defeituosa. Passe Roosevelt uma vista de olhos pela Wall Street, percorra os infindáveis campos dos multi-milionários rendeiros, e só assim o seu sonho honrado poderá transformar-se numa duradoura realidade para a Norte-América.

FRANÇA

Ao fim de três meses de exercício o governo francês, ante a expectativa do mundo inteiro, preso dos acontecimentos, acaba de declarar que a França equilibrou o seu orçamento e se dispõe a enfrentar a magnitude dos seus problemas económicos, não descurando a sua situação internacional, ligada à qual se encontra a própria situação da latinidade.

Que consolação espiritual nos traz este vivificante exemplo da grande França !

Na hora em que todos julgavam impossível conter em respeito as investidas e as ameaças das hordas inquietas, manejadas por Daudets, a Democracia francesa, aureolada pela sua própria dignidade, acarinhada pelas multidões das cidades e dos campos, estribada no apoio dos combatentes, liberta-se dum pesadelo enorme, tomando as rédeas do seu próprio governo, dirigida pelo sacrifício dum ancião respeitável, surgido das bandas do Midi para cumprir o seu sagrado dever de francês.

Continuarão os Daudets a insultar impunemente as grandes figuras da Democracia.

Certas camadas avançadas ligar-se-ão, inconscientemente, aos manejos da camarilha internacional que quer activar imperialismos.

Mesmo em certas camadas republicanas, como no caso do congresso do partido radical-socialista, reinará uma certa e desculpável inconsciência.

O que é verdade — grande verdade — é que a Democracia salvou de novo a França, como a salvou no Marne.

Na hora em que a França fôsse tocada pela loucura nacionalista que sacode a Alemanha e que a desorienta — mal iria à civilização.

A Democracia em França não se contém a dentro das suas fronteiras. Projecta-se até tôdas as consciências sedentas de Paz e de Progresso.

INGLATERRA

O problema inglês é dos mais curiosos da actualidade.

Mr. Chamberlain, ministro das Finanças, apresentou o seu orçamento com um *superavit* de 39 milhões de libras.

Constituiu o facto, como era de esperar, um notável acontecimento nos meios ingleses e assumiu foros, também, de grande acontecimento internacional.

Na realidade o labor de Chamberlain e as directrizes de Mac Donald imprimiram à vida da Grã-Bretanha uma fisionomia diversa.

Falha 'as as tentativas de Snowden para a solução da crise financeira e para o melhoramento das condições da vida, os resultados a que chegou Chamberlain merecem, na realidade, alguns momentos de atenção.

A Inglaterra esbracejava, em Julho, com a multidão ululante de 2.700.000 *chômeurs*. Aumentavam-se, num crescendo assustador, as taxas sôbre a cerveja, sôbre o tabaco e sôbre o petróleo.

A questão indiana agigantava-se à medida que os jejuns de Gandhi prosseguiam. O conflito com a Irlanda bloqueava a economia britânica.

Com um panorama desta natureza, a vida da Grã-Bretanha mostrava-se inquieta, perturbada ainda pela transformação dos mercados internacionais em expectativa atraente para o despertar dum Japão superprodutor e voluntarioso.

Chamberlain não desanimara, entretanto.

Com paciente solicitude conseguiu êle o triunfo da sua hora.

A Inglaterra tem, na realidade, o seu orçamento equilibrado e livremente discutido.

Estaria, naturalmente, indicado que a paz política reinasse em todos os sectores da vida inglesa.

Mas, pelo contrário, quando mais perfeita parecia a vitória do conservantismo inglês, as eleições municipais e algumas parlamentares eram ganhas, na sua maioria, pelos candidatos trabalhistas. Liberais e comunistas alcançavam, também, notáveis progressos.

À inferior compleição psicológica de certa gente parecerá o facto um tremendo antagonismo.

A nós não nos surpreende essa insatisfação.

A humanidade anda sedenta de Justiça social, procura-a, anseia-a, vive e morre por ela, embora, em contrapartida, lhe ofereçam proveitosas vantagens materiais.

É isso que a leva a desafiar as nuvens pardacentas do futuro na procura dum sol mais alto que ilumine, igualmente, todos os homens e que os aqueça num único e igualitário calor.

JAPÃO

Falar do problema japonês é falar de todo o problema do Extremo-Oriente.

O Japão, país novo, rompendo em acelerada marcha, concentra, em si, neste momento, as atenções dos pacifistas e dos homens de boa vontade.

As condições de trabalho nesse país, onde homens e mulheres vivem numa promiscuidade incalculável e a questão social ainda não sacudiu a mentalidade misteriosamente quieta do trabalhador, a formação duma rápida *élite* de técnicos, europeizados e possuídos duma forte vontade de vencer, atiraram o Japão para as culminâncias de potência dirigente da economia internacional. O seu inquietador *dumping* é produto em especial das condições de trabalho nesse país. Carreiras de navegação são estabelecidas para levar a todos os cantos da terra a novidade japonesa.

Por toda a parte arremetam-se os interessados para a luta comum.

Em Lyon, por exemplo, venderam-se sedas japonesas mais baratas do que as sedas produzidas nas suas fábricas.

Inglaterra, entre outros países, vigia atentamente o avançar do monstro oriental.

Na parte económica, já a sua orgulhosa vaidade fôra ferida pelo desejo, manifestado por ela de chegar a um acôrdo com o govêrno de Tóquio, segundo o qual se distribuiriam mutuamente os mercados coloniais. A queda das exportações britânicas era catastrófica ao contrário do progressivo aumento das vendas nipónicas.

Os tecidos japoneses invadiam a Nova-Zelândia, as Antilhas, a Índia e a África do Sul.

A reacção da Inglaterra será tardia a nosso ver. Nem as barreiras aduaneiras mandadas levantar contra a invasão dos produtos japoneses conseguirão resolver tão magna questão. Restará à Inglaterra o recurso duma estreita união com os Estados Unidos. Mas êstes também se lembrarão dos ouvidos de mercador da Inglaterra quando chamada para a defesa da China.

O caso japonês é uma das muitas incógnitas da economia contemporânea.

Acresce a circunstância de o Japão, ao mesmo tempo que engrandece o seu prestígio económico, tratar de consolidar o seu poderio militar, ou fortalecendo os seus mares com arrogantes esquadras, ou criando unidades políticas, como o Mandchukuo, submissas e escravas, que, por seu turno, se armam para a pugna próxima.

Violadas todas as regras da comunidade internacional, bombardeadas as muralhas milenárias da China, mortas e chacinadas populações inteiras em holocausto a um imperialismo trágico e criminoso, inundados os mercados mundiais com a miríade incomensurável da produção japonesa — o Extremo-Oriente ocupa lugar preferente nas inquietações do nosso tempo.

Que dias estarão guardados aos restos desta combalida civilização?

Uma viagem à Phobolândia

Madrid, Janeiro de 1929.

Os jornais noticiaram há pouco a morte de Bernhard Wilpert, apenas recordando que êle se celebrizara pelos seus inventos de guerra.

Efectivamente, êste grande químico e fisiologista applicara-se, durante os trágicos anos da guerra, a extrair da atmosfera muitos princípios químicos, dispensáveis ou nocivos à respiração, mas grandemente úteis como correctivos das terras, que nesses dias eram compelidas a uma fecundidade exaustiva. Foram, pois, «inventos de guerra» os seus, mas não dos que aperfeiçoaram a arte de matar, antes dos que aproveitadamente puseram ao serviço da conservação da vida muitos valores perdidos.

Porém, o que especialmente celebrizou Wilpert foi uma sua viagem à Phobolândia. Êle foi, durante uns meses, na imprensa mundial, em grande estilo modernista, «o homem que viu a Phobolândia» . . .

*

Conheci-o a bordo do *Almançora*, em 192 . . . quando regressavamos à Europa, eu do Brasil, êle de Mylesas, a grande ilha maldita do Pacífico, logo crismada em Phobolândia pela ironia dos jornalistas. Notara um alemão altíssimo, de cabeça rapada, rosto ossudo como tôsca escultura de madeira, nos olhos encovados uma chamativa expressão de energia e uns lampejos a alternarem com intervalos de amortecimento, como em farol distante. No «deck», nas longas horas de forçada ociosidade, eu observava preferentemente a êste alemão esgrouviado e a três presidentes de repúblicas hispano-americanas, cessantes ou destituídos, passeadores solitários, que vinham espiares pela estropiada Europa a melancolia das suas decepções do poder. Seguiu-os com a curiosidade artística e desinteressada que dava todos os dias ao ocaso do sol, de imprevisível, riquíssima paleta; e irmanava com os abandonados presidentes o misterioso alemão, que me parecia também algum amargo desenganado.

Já me atraíam menos três presidentes eleitos doutras tantas inquietas repúblicas, que faziam dispendiosas viagens de intenção diplomática e financeira. Os seus grupos de possíveis ministros, possíveis senadores e possíveis directores gerais tinham a reserva solene e contiada das grandes assembleas, em que se pactuam alianças inúteis e se mudam os destinos inalteráveis do mundo...

Uma tarde, um chileno, meu companheiro de mesa e de «footing» pelo convés, inteligência penetrante, formada no neo-espiritualismo yankee, que ainda lia Emerson e que ouvira na Columbia University as lições de Dewey, contou-me a história da viagem famosa de Wilpert, a quem êle vira festejar ruidosamente e logo apedrejar com fúria, nas suas passagens por Santiago...

*

...Depois da guerra, ao fazer-se a desmobilização geral da ciência, o sábio recobrou a autonomia do seu espírito e pudera reatar as suas investigações de química biológica. Os seus estudos applicavam-se principalmente à base física do temperamento e do carácter, não para refutar ou consolidar o cansado paralelismo psicofísico, mas para extrair conclusões laboratoriais que opusesse à profecia decadentista do seu compatriota Spengler. Nunca a razão humana se injuriara a si mesma mais aleivosamente do que nessa obra audaciosa, que vinha racionalizar a barbarização pelo predomínio do instinto e pela incontinência da força! Jamais o animal humano adquirira virtualidades e aptidões tão poderosas e prometedoras como no primeiro quartel deste século, quando um falso profeta o queria submeter passivamente à força dum signo! — objectava o sábio ao evangelista da violência.

Já tinha feito sensação mundial a sua polémica sobre as ideas de Sérgio Voronoff à cerca da conquista da longevidade e do rejuvenescimento do género humano por meio do enxerto de tecido glandular de macaco. Tal enxerto, alegava Wilpert com segurança, só produziria uma revigoração sexual, mas com grave desequilíbrio de toda a personalidade e, provavelmente, faria degenerar o homem em antropeide. A sua argumentação fazia considerar ao revés a árvore genealógica proposta pelos transformistas: as espécies simiescas é que eram descendências degeneradas do homem.

Terminada a guerra e arrefecido o entusiasmo das suas polémicas famosas, o trabalho construtivo de Wilpert foi todo subordinado à tese original, que tão apaixonadas discussões levantou: quem dominasse o quimismo cerebral e hepático do homem teria encurtado a distância que nos separa do enigma da consciência, do seu funcionamento íntimo. Wilpert era assim muito modesto no seu dizer. Era preciso traduzir a sua fórmula para a linguagem vulgar: quem alterasse esse quimismo do cérebro e do fígado, alteraria à vontade a base fisiológica do temperamento e do carácter, e influiria no rumo da vida moral do indivíduo, como um jardineiro dirige, com adubos adequados sobre o terreno e com podas e pulverizações oportunas sobre as frondes, o porte duma árvore. Êste homem tímido passou a vida a dizer modestamente enormidades, a acender no campo das ideas, e não só no das ideas, rastilhos revolucio-

nários. Por isso, o único surpreendido da reacção colérica e do còro de frenéticos aplausos, que suscitavam as suas palavras serenas e mal ciciadas, era êle mesmo, quando ao seu quarto pobre, quási cela de franciscano, anexo ao laboratório, o correio e os discípulos lhe levavam montes de cartas, volumes, folhetos, jornais, revistas e pasquins.

Aquela tese, enunciada com tanta prudência, não deixava de sacudir fortemente a endocrinologia, ainda na sua fase de constituição, mas com tôda a embófia das ciências incipientes; e fazia mais, substituía-lhe uma embófia muito mais ousada, ameaçando a triste humanidade com mais uma tirania, a do homem de laboratório. Os escrúpulos morais de Wilpert e o seu temor das campanhas dos anti-vivisecionistas é que o contiveram; não quis fazer experiencias que produzissem vítimas e privou-se duma resposta triunfal aos seus adversários. Assim, a influência das suas ideas limitou-se ao abstracto campo das doutrinas biológicas e ao róseo mundo da ficção. Alguns pensadores chegaram a architectar sistemas filosóficos sôbre a teoria de Wilpert; durante uns anos, o «quimismo» esteve na moda como o darwinismo. E muitos autores compuseram romances e contos sôbre as conseqüências cómicas e sentimentais da sua tese, no amor e na vida conjugal, na política e nos negócios: aventuras dum homem que se torna invisível, sem deixar de ser vidente; capricho doutro, que extraía o aparêlho eliminatório por inútil para a sua alimentação química; delírio erótico duma nonagenária rejuvenescida nos órgãos sexuais; intimidades dum consultório médico para aquisição de intelligência, cura de paixões e alteração do carácter...

Disse-se, no auge da moda do «quimismo», que o romance de Wells, *The Invisible Man*, era a exemplificação novelada ou ironizada das ideas dum velho artigo de Wilpert sôbre a irradiação luminosa e os limites da receptividade da retina. Ironizada não digo bem, porque o humor do escritor inglês só ampliou o grão de cepticismo risonho, que já estava pronto a germinar do aspecto humano dos trabalhos do sábio. Trabalhando com seriedade impecável, Wilpert tinha o bom senso de não tomar demasiado a sério as conclusões da sua obra. Propunha motes, mas sorria das glosas alheias. Wells veio a público defender o seu romance como sendo muito estranho e talvez anterior ao artigo famoso, mas eu não sei se o público se convenceu da sua absoluta originalidade.

Sorria-se o sábio dos excessos do espírito lógico de via dedutiva e não ousava ir ao fim de incertas tentativas experimentais, que pudessem aumentar o pesado sofrer humano. E de facto êle só uma vez saíu do recolhimento do seu laboratório para fazer uma demonstração, mas essa formidável, um imenso quadro humorístico, como ampliação dum conto de Mark Twain.

*

No meio do Oceano Pacífico, fora de tôdas as derrotas da navegação, está situada a ilha de Mylesas, hoje bem conhecida no mundo inteiro, por causa da trágica experiencia a que serviu de laboratório, pela ilha Maldita ou Phobolândia — nome

erudito, por cada jornalista traduzido a seu modo: Terra do Horror, Terra do Ódio, Terra do Mau Humor...

A amenidade do clima, a feracidade da terra e também a fadiga da raça dos seus habitantes, a esgotar-se numa incessante proliferação entre parentes, mantinham ali um tom de vida tranqüilo, mas improgressivo. Adormecida numa pantanosa imobilidade, nada na ilha se passava. A vida mylesiana era um rasteiro automatismo, sem a vibração de intensas recordações e sem perspectivas de novidade, quasi sem cronologia, um perpétuo presente, à maneira do monge da lenda medieval, em êxtase, a escutar o encantado trilar do passarinho.

Mas um dia o rei Zebú, jovem recém-chegado ao trôno, teve curiosidade de conhecer as terras aonde corriam os raros paquetes transviados, que da praia seguia com a vista. Aproveitando a inesperada escala duma canhoneira inglesa, partiu para a Europa e, deslumbrado pela civilização que descobria, alguns anos se demorou pelo velho mundo, os necessários para fazer estudos de relativa solidez em Oxford e Leipzig. Foi Leipzig que exerceu mais profunda influência sôbre o ânimo do soberano civilizado à pressa. Ali é que ouviu nomear e discutir a pessoa de Wilpert, cujos descobrimentos e hipóteses ocupavam, nos dias de Zebú na Alemanha, todos os jornais e revistas, e todos os centros de conversa. A alteração do carácter humano por meio da intervenção no quimismo do cérebro e do fígado impressionou especialmente o régio estudante, que tinha ambiciosos planos de modernização da sua ilha.

Entretanto chegavam de Mylesas más notícias. Urgia partir. Zebú, já envernizado de cultura germânica e com um horizonte espiritual bem mais amplo que o da vida mylesiana, hesitou um momento. Mas como vale mais ser o primeiro em Mylesas que o último em Leipzig — Cesar nem o segundo queria ser em Roma — sempre voltou ao seu reino, sem esquecer as ideas de Wilpert, nas quais um comentador humorístico lhe fizera ver um importante instrumento de govêrno. Poderia dominar-se um povo com um pequeno laboratório químico, como se domina a mais vasta instalação eléctrica com um pequeno quadro de comutadores.

Para lhe minorar as nostalgias da Europa acompanhava o rei uma graciosa amante, Yolanda, do cabaret Falcão de Ouro, de Leipzig, que o iniciara nos refinamentos do amor europeu. Yolanda pensava também que era preferível ser formosa rainha, mesmo numa esquecida ilha do Pacífico, em vez duma de tantas artistas modestas na culta Alemanha.

Naturalmente, apenas chegado, o rei teve a veleidade de europeizar o seu país, dotando-o com as instituições e coisas que conhecera na sua longa viagem: uma constituição política, um parlamento, a separação e autonomia dos poderes, a soberania da justiça, as garantias individuais, o respeito das minorias, a liberdade de pensamento e de trabalho, a emancipação económica, o incessante cultivo do espírito, tôdas essas coisas do século XIX, que não tornaram o homem mais feliz, mas o fizeram mais digno. E pôs mãos à obra, copiando sem demora o figurino europeu.

Mas tais exotismos, inadapáveis à sua ilha, logo produziram conflitos e dificuldades grandes: a reacção impaciente dos tradicionalistas e o abuso sem freio dos convertidos. A sua alma simples julgou um momento que eram indisciplinas e intrigas

tecidas por um regente ambicioso, que durante a sua ausência governara e que, depois do seu regresso, não ocultava uma desesperada saudade do poder. Procurando na sua experiência europeia solução para os seus embaraços, promulga, para valer ao lado da constituição, uma lei de defesa, que a derogava e que visava só aos adversários. E, em nome da defesa do novo regimen, prende o regente e enforca-o. Porém, como é velho na história, a morte do cabecilha não matou a oposição e a vaga de protestos subiu cada vez mais, como engrossada miraculosamente com o sangue do mártir. Outra vez recorreu à sua experiência europeia. No velho mundo, nos anos dos seus estudos, nascia certa moda prometedora, que tinha seus calorosos apologistas, a das ditaduras. Pareceu-lhe que essa radical medicina política era afinal a simples generalização daquele ineficaz expediente da lei de defesa; era a abolição de toda a estrutura jurídica do Estado, cuja complicada armação êle não lograra nunca perceber muito bem. Zebú não hesita; substitui à constituição o simples instinto de defesa do poder, destrue a sua própria obra, proclama-se ditador e a golpes de despotismo paternal propõe-se restabelecer a ordem e tornar todos os mylesianos bons, ricos e felizes. Mas os mylesianos, como se também tivessem alguma experiência europeia, declaram que da sua felicidade ou da sua infelicidade só êles queriam ser os livres obreiros e opõem à ditadura a revolução. E a anarquia e a fome ameaçam subverter o reino de Zebú.

Escutando um último escrúpulo, o soberano concede em convocar o Conselho dos Anciãos, veneranda instituição só ouvida nas horas aflitas, duas ou três vezes em cada século. E o Conselho dos Anciãos, com unanimidade e laconismo, pronuncia o seguinte veredictum, que o mais velho desses velhos transmitiu com desassombro ao rei perplexo: a causa de tantos males era o espírito maldito que o rei trouxera do mundo dos aventureiros loiros (a Europa) e o remédio estaria na morte dos amigos e acólitos do rei, também possessos desse espírito. O próprio rei — advertia funebremente — tinha de renunciar a essa condenada idea de destruir a civilização dos seus avós e subtraír-se ao enfeitamento da rainha intrusa, se não queria ser chamado a contas por êsses avós lá do mundo das sombras...

Indignado, o rei despediu o mais velho dos velhos, não suportando a ameaça, mas reflectindo nela. Em Mylesas, ser chamado a contas pelos avós do mundo das sombras era um eufemismo político para sugerir e explicar o regicídio. Os mylesianos tinham-se adiantado muito aos europeus na cortesia e no pudor das palavras. A reflexão de Zebú, longa e tormentosa, levou-lhe o repouso de muitas noites e revelou-lhe um dos frutos da vida complicada, à europeia: a insónia, que deprime o sistema nervoso, exagera as proporções das coisas e as carrega dum fatídico negrume.

O mal devia ser um conflito insanável de mentalidades — pensava o rei, de noite, ouvindo o marulhar do oceano —: a sua, com laivos de europeismo, e a do ambiente bárbaro. Um caso análogo ao que depois explodiu no Afghanistan, com o seu colega Amanullah. Se restabelecesse a uniformidade moral, nos pontos de vista e nos critérios de valor, restaurava a paz e a ventura na sua ilha. Os inimigos da sua idea eram infinitamente mais numerosos que os seus partidários. Seria mais prudente e mais fácil, portanto, caminhar ao sabor das fôrças de mal que se haviam desenca-

deado do que contrariá-las e correr o risco de ser chamado lá do mundo das sombras pelos avós indignados... Foi então que se recordou de Wilpert e das conseqüências políticas da sua tese. Com lógica simplicidade, logo lhe acode ao espírito um plano salvador, que estabelece e ordena em todos os seus pormenores de execução, com energia impiedosa. Aqueles consultórios humorísticos para aquisição de inteligência, cura de paixões e correcção de caracteres, que vira pelos cinemas da Alemanha, levam-lhe o pensamento, com instinto dedutivo, para uma idea nova: a dum instituto de estupidez, que suprimisse tôda a ousada heterodoxia e fizesse descer a um nível prudente, para a boa ordem e para a paz social, tôdas as diversidades pessoais quanto à concepção da moral, da política e da religião, e quanto ao poder da inteligência.

Quando todos os mylesianos pensassem e sentissem sôbre tôdas as coisas, do mesmo modo, e quando procedessem do mesmo modo em tôdas as situações, não haveria discordância e reinaria a paz perpétua.

Voltou-lhe a tranqüilidade e as pálpebras cerraram-se-lhe num sono restaurador, que lhe trouxe um grato sonho de antevisão do éden sereno e silencioso, como um cemitério, que iria instalar na sua ilha desventurada.

Regressando à actividade governativa e à luta, faz correr que atenderá o parecer do Conselho dos Anciãos, transmitido pelo mais velho dos velhos. E começa a execução do seu programa. Repudia a formosa Yolanda e os seus encantos voluptuosos, regressando solênemente à poligamia, segundo as veneráveis leis do país, volve a sacrificar aos ídolos locais e, por um emissário secreto que reconduz à Europa a triste Yolanda, manda chamar Wilpert — enquanto a anarquia e a fome continuam os seus estragos.

Grande foi o espanto de Wilpert ao receber, no seu laboratório de Leipzig, a estranha mensagem de Zebú: partir immediatamente para Mylesas e, pelo seu processo químico-biológico, afinar tôdas as rudes almas da ilha pelo mesmo metrônomo, uniformizar o carácter, o gôsto e a ideologia da pequena e turbulenta sociedade mylesiana, perfazer a regressão ao estado de primitivismo bárbaro. Ao sábio não deixava de sorrir a perspectiva duma experiência em grande, das suas doutrinas. Depois, os indígenas de Mylesas eram gente inferior, que podia bem ser sacrificada ao progresso mental da humanidade civilizada; e não estava convencido de que êles merecessem aos anti-vivisseccionistas ingleses a mesma ardorosa simpatia que as suas cobaias e os seus coelhos. E partiu e, adormecidos os seus escrúpulos, pôs mãos à obra, auxiliado por uma pequena expedição de assistentes bem identificados com as suas ideas. Um tratamento químico de todas as águas da ilha, um rigoroso regimen dietético e um curto período febril realizaram o desideratum do soberano: pôr aquela sociedade do avêso, mas em concordância, com uma visão da vida, única, ainda que invertida. Como a verdade fôra o agente da desordem, expulsava-se dos espíritos a verdade.

O meu amigo chileno, homem de letras e conferente de filosofia, não era autoridade em química bromatológica e não soube dar-me pormenores técnicos do processo de Wilpert, que, aliás, a ninguém os confessara. Supunha que também empregara uma vacina intoxicadora e apenas sabia descrever-me o panorama dessa sociedade uniformizada na concordância e na inversão dos seus ideais condutores.

Assim veio a mentira a reinar no pequeno estado de Mylesas, em tôdas as suas formas : omissão, exagêro, vaidade, calúnia, e foi tida por legítima arma do combate social. Aquele rabujento jeremias de Harward, do conto de O. Henry, que lamentava a decadência da arte de mentir, teria de se desdizer, e redondamente, se visitasse o reino de Zebú. A agitação, longe de amortecer, recrudescer e perdeu todo o sentido de movimento colectivo da opinião; tornou-se um método de apuramento de pessoais contas-correntes. Superou-se o espírito de clan, com tôda a sectária intolerância e com os seus ostracismos cruéis por pequenas divergências de gôsto — como os da assemblea dos coelhos contra todos os animais que não eram coelhos, segundo refere Aristóteles na sua *Política* (Liv. III, cap. IX). O patriotismo tornou-se uma hipócrita declamação de autolatría, desceu a narcisismo : todos se estarreciam ante as glórias avitas, mas todos traíam o superior interêsse da pátria sempre que o immediato proveito pessoal o exigia. Procurar por um legítimo descontentamento das inferioridades da pátria promover o seu progresso e a correcção dos seus vícios era desservi-la ; criticá-la era injuriá-la. O culto da leal amizade obliterou-se, mas simulou-se, parodiou-se como expediente ocasional ; buscava-se o apôio momentâneo de momentâneos amigos, que valiam segundo o estado das suas relações com o poder. A maior instabilidade acompanhava, porisso, os juízos da mente mylesiana, sempre dominada por um calculoso oportunismo ; saltava-se da desmedida apologia ao ataque, da simpatia mais cordial ao ódio mais inexorável. Verdadeiramente, os pobres mylesianos perderam a doce capacidade de amar e admirar por muito tempo, cansavam-se depressa dos seus sentimentos, como a atenção se deprime ante um longo filme de cinema. Como o homem do vâlezinho profundo e limitador desconhece ou desadora a embriaguez das altitudes e dos panoramas infindos, e a negaça do mais além, assim os vassallos de Zebú aborreciam todo o espigado da individualidade livre acima da sua baixa estatura média, todo o esfôrço de erguer os olhos para uma esfera superior aos cuidados do seu vegetar e da sua defeza gregária.

A inteligência criadora e a virtude militante, que não temem a opposição da maioria e do poder, nem a dor do isolamento, eram tidas por indesejáveis sobrevivências dos tempos ominosos, os anteriores à chegada de Wilpert, com a sua terapêutica ; e tôda uma legislação perseguia a inteligência livre e a virtude independente como paradigmas ofensivos para o padrão moral e mental que afoitamente se entronizara, desde que a inteligência e a virtude foram mobilizadas como bens públicos e passaram a ser administradas pelo Estado. Lògicamente, no crime a piedade reservava-se ao criminoso, tido como audacioso adversário das injustiças sociais, um pouco à maneira de certa interpretação moderna do *Don Juan* como o grande vingador dos homens. . .

A liberdade no amor tivera conseqüências pitorescas e trágicas, porque entregara aquele povo a um delírio erótico e porque êsse regresso ao primitivismo dera-lhe uma violenta revigoração sexual. Eram de ver as cenas cómicas e repugnantes do instinto à sôlta, velhos e velhas lúbricas, a falta de escrúpulos para possuir o ente desejado com uma apetência indomável e uma luxúria que logo se volvia em ódio. Frequentemente a morte seguia êsses caprichos de antropoide, como num quadro de Romero Torres,

Recordo um passo singularmente impressionante da descrição do meu amigo chileno. A beleza das mulheres foi então apreciada como nunca, no que de mais efêmero e voluptuoso contém. E as mulheres cuidaram da sua conservação e fizeram progressos inverosímeis no «maquillage» artístico. Mas essa beleza, religiosamente cultivada e conservada, essa obstinação de feminilidade fazia um contraste doloroso com a dureza do olhar, másculamente suspicaz, profundo, mas perdido por escaninhos e desvãos, inquieto na defesa e no cálculo de cada hora. Disse-me isto no instante entristecedor do crepúsculo sôbre o mar deserto. E ficámo-nos esquecidamente a meditar nesse drama sombrio das almas feitas para o amor trançuilô e abandonado, que tinham de lutar a cada instante com uma perseguição de cavernícolas. Não me esquecerá nunca a eloquência dessa pintura do olhar das mulheres mylesianas, exuberantes de beleza sadia e prestígio amoroso, mestras na arte de conservar e exalçar os seus encantos, mas com o sobreceño franzido e o olhar caviloso. Um duelo dentro da mesma alma entre a jovialidade parisiense e o negro azedume mylesiano !

Como cada um era apenas um pagador de impostos e uma coisa do Estado, sem fôro privado e sem iniciativa, a pobreza aumentou a proporções trágicas e a mendicidade ergueu-se, no conceito colectivo, a método legítimo de luta pela vida. Tudo se pedia, dinheiro, lugares públicos, reputação, justiça, honras — paródias de justiça e paródias de honras. E, porque os homens precisam sempre de seu culto guiador, ao culto do heroísmo vitorioso opôs-se o culto da derrota e levantou-se a herói nacional um grande derrotado, Zinadim, avô de Zebu, que tivera suas veleidades imperialistas e fôra miseravelmente vencido numa expedição à ilha longinqua de Utandi. Não pude furta-me a uma irreverente associação de temas históricos, quando o meu amigo chileno me contou esta estranha idolatria dos mylesianos, e lembrei-me de D. Sebastião e do sebastianismo.

Insensíveis a tôdas as coisas belas do mundo e da vida, os mylesianos desinteressaram-se da natureza, deixaram de pascer os olhos pelos campos da sua ilha verde e de mirar o oceano, que lhes marulha em tórno ; perderam todo o sentimento do infinito e do sublime. O estrangeiro e o mundo distante dos aventureiros loiros eram coisas só importantes para lisongear a sua sêde supersticiosa de louvores. Tomando a curiosidade dos forasteiros pela sua trágica experiência como uma admirativa confirmação daquele vegetar microbiano, temiam e desejavam ao mesmo tempo andar nas bôcas do mundo...

*

Não ha bem que sempre dure... A sábia providência lançou no seio de tôdas as instituições, ainda as mais justas e perduradoras, o gérmen dissolvente que as há-de matar para contentar a inata necessidade humana da variedade. Muitas vezes, êsse agente mortífero é apenas o exagêro das próprias virtudes.

Em breve o rei Zebú se cansou de governar um povo envilecido, que se debatia em ódios truculentos e estéreis, como vermes numa poça de água suja. E era verdadeiramente difícil o seu papel de rei, porque não se sujeitara ao tratamento de Wilpert e mantinha intactos o seu sentido moral e a sua inteligência, e porque naquele ve-

getar já não brotavam homens capazes sequer para manter a pequena máquina burocrática do seu Estado, embora o assalto dos pretendentes, hiantes, batendo os dentes, fôsse cada vez mais renhido. O pobre rei estudara muito nos livros e nos laboratórios europeus, mas observara pouco a história viva e não sabia uma verdade elementar para todo o governante medianamente experimentado : é que no bem ou no mal não há sociedades paradas, tôdas obedecem a um ritmo ascensivo ou descensivo, vitalizam-se pela impaciência da perfeição ou se envilecem pelo fácil contentamento das suas injustiças e misérias.

Aquêlo rigoroso hermetismo, que seguira o trabalho de uniformização mental de Wilpert, não era afinal hermetismo, nem paralização, porque a vida é movimento num ou noutro sentido. E, como êle asfixiara tôdas as rebeldias generosas, fizera inflectir o ritmo vital do seu povo, que regressava dia a dia a velhos estádios da sua experiência. Era uma massa plástica, animada de movimento circular ; a cessação da força centrífuga produzia a concentração da massa e logo a rotação estéril.

Esta advertência da realidade foi-lhe dolorosa. Êle fizera como um capitão, que na hora do naufrágio do seu navio se pusesse a salvo — porque Zebú não tragara a drogaria específica de Wilpert. A sua serenidade de espectador, as suas curiosidades intelectuais e o seu egoísmo de governante foram, afinal, vencidos por um humaníssimo remorso de governante.

... E um dia Wilpert recebeu ordem para repor as coisas no seu estado anterior. Ordem muito instante, ditada pela impaciência da reparação.

Esta hipótese é que o sábio não tinha previsto. E por mais que pedisse às suas experiências laboratoriais e às suas fórmulas o processo da reversão, teve de concluir tristemente que a sua ciência era impotente para remediar o mal já consumado ; e confessou com amargura ao rei que só do tempo e das reacções lentas da própria natureza se deveria esperar a recivilização do seu povo. Razão tinha êle, via-o agora, quando resistia à tentação da experiência, sabendo que tão radicais metamorfoses biológicas não eram reversíveis. Porisso é que em Leipzig deixara sepultar a sua revolucionária tese sôb as ridículas fantasias proféticas dos seus adversários e, muito no seu íntimo, pensara que devera ter calado as suas conclusões, porque eram diabólicas, como a descoberta dos gases asfixiantes e todos os inventos de guerra de vários compatriotas seus, honrados com o prémio Nobel.

Ora Wilpert, deslumbrado pelos primeiros aspectos da sua experiência em Mylesas, contara-a de maneira discreta em *Prometheu, revista de exposição e crítica das audácias científicas do século XX*, de Leipzig. Daí passara o caso, já vivamente comentado, a tôda a imprensa mundial. Viajantes, filantropos e homens de ciência começaram a interessar se pela Ilha Maldita, dolorosa vítima do enxêrto da civilização europeia numa alma primitiva. E foi êste largo comentário, indiscreto e livre, da imprensa que salvou os pobres mylesianos.

Uma fresca manhã de primavera, quando tomava o seu almôço na esplanada do Hotel del Monte, de Monterrey, na Califórnia, o milionário norte-americano Mr. Morley Johnson leu a narrativa do extravagante caso no *San Francisco Chronicle*, minuciosa e documentada com gravuras, nas quais o jornalista já descobria a degenera-

ção do próprio tipo humano. Como os jornais americanos não poupam pormenores de quanto reputam sensacional, principalmente se à mulher ou aos negócios respeitam, eu indaguei logo, curioso, se lá vinham retratos de mulheres mylesianas com aquele olhar que o meu companheiro me pintara com tão compungida eloquência.

— Não, meu amigo, isso é um pormenor da sensibilidade do narrador, que tem pelas mulheres que sofrem uma piedosa simpatia... Mr. Morley Johnson...

E proseguiu, conduzindo-me ao salão de jôgo, onde havia mulheres formosas de olhar profundo, indulgente, sem as complicações dramáticas das almas mylesianas.

Mr. Morley Johnson apaixonou-se pela tragédia da Phobolândia. Era um filantropo bem humorado, que aproveitava todos os ensejos para ostentar de modo bem patente e ruidoso o seu grande desdém pelas pretensões de certa ciência e certa filosofia. Tinha também sua filosofia e praticava-a corajosamente. Era uma filosofia muito simples, como a expunha com freqüência aos seus amigos e aos seus parceiros de *golf*: hoje sabia-se a respeito dos capitais problemas da mente humana tanto como nos ingênuos dias dos helenos e alexandrios, quando os sofistas de toga vermelha prégavam o cepticismo da razão; devíamos nos contentar com ter mais pão e mais liberdade. Os problemas essenciais do animal humano — fome, amor e morte — estavam cabalmente resolvidos ou iludidos pela civilização americana, com seu tecnicismo, com seu individualismo, com o comedimento da emoção e a supressão da inquietude metafísica.

Neste caso triste de Mylesas, Mr. Morley viu uma feliz oportunidade para alguma nova sátira contra a ciência europeia — que costumava comparar a uma aristocrática dama a ergotizar no seu gabinete, indiferente à miséria e à injustiça do viver da humanidade, obreira ela mesma do seu descrédito entre os ignorantes. E não perdeu essa oportunidade. Depois de poucos dias de sorridente meditação, carregou alguns grandes vapores com dólares, máquinas, provisões de bôca e provisões de alegria, engenheiros e operários, tudo que produz rapidamente abundância e bem-estar — e fêz-se ao mar com aquela frota de novos argonautas, que, ao contrário dos antigos, corriam a restituir o velocino de ouro àquela Colchos envilecida.

... Num só dia a chegada daqueles tesouros realizou todo o trabalho de recivilização, que Wilpert só fiava dos longos séculos. E os mylesianos redescobriram e amaram o mar azul, voltaram a levantar os olhos ao ceu, a sorrir com carinho e bondade, a sentir a beleza, a saber amar as mulheres, a respeitar a velhice, a vibrar de altas aspirações, como se um palpitar de azas potentes levitasse a sua ilha.

A imprensa mundial contou a fácil vitória dum bem humorado americano sôbre o especialismo germânico. E Yolanda, crendo ainda que mais vale «uma hora de rainha» que tôda a vida de bailarina, voltou a sentar-se sôbre o trôno de Mylesas, agora mais estável.

Quási compreendi então, depois da narrativa do meu amigo chileno, por que encontrara no sábio a mesma expressão de melancólico e decepcionado abandono dos pobres presidentes cessantes, que passeavam monòtonamente sôbre o *spardeck* todo o interminável dia de bordo. Êle abandonava o mágico poder dos seus labora-

tórios, que o haviam enganado com desmedidas promessas ; os melancólicos presidentes, fugindo ou exilando-se voluntariamente, deixavam todos a sua Phobolândia particular.

Na verdade, os jornalistas perdem muitas vezes a ocasião de serem louvavelmente indiscretos. O necrológio de Bernhard Wilpert foi ridiculamente sumário. É assim coisa tão banal ter estado na Phobolândia ? Por ventura o fracasso político das suas doutrinas, aplicadas por um príncipe semi-bárbaro, envolveu o seu fracasso científico ?

P. S. — Leio agora nos jornais americanos que Mr. Morley Johnson, o recivilizador da Phobolândia, se encontra a braços com uma aflitiva crise de super-produção, que já está causando no carácter e nos costumes do povo phobolandês o mesmo efeito das drogas de Wilpert. Os técnicos assessores de Zebú e de Mr. Morley Johnson dividem-se em dois campos de opinião, quanto ao caminho a seguir : um quer uma transformação radical do sistema de distribuição, baseado agora na livre circulação e na simples troca de serviços ; outro quer o regimen de equilíbrio entre a produção e as possibilidades de consumo, a economia dirigida pelo Estado, isto é, pelo rei Zebú e pelos engenheiros e peritos de Mr. Morley. E o generoso americano, chupando o seu cachimbo meditativo, sorri dos homens, descontentes quando têm menos do que precisam e não sabem produzir, e descontentes ainda, quando têm mais do que precisam e não sabem distribuir. Acrescentam os jornais que êle vai levar ao próximo congresso dos antigos alunos da sua universidade o problema, que ora o preocupa e põe em risco a sua filosofia : não terá a cultura levado a vida a um nível que o homem médio é incapaz de atingir ?

FIDELINO DE FIGUEIREDO



O romantismo de Maurice Barrès

I

mors-amor...

O grande século XIX francês, que no seu início vira resplandecer sobre o horizonte, quasi faixa anunciadora de toda uma nova aurora, a inquietação orgulhosa de René, essa inquietação que Chateaubriand consigo trouxera do litoral de San-Malo, o espirito para sempre embebido dos cantantes ventos marinhos, o grande século XIX francês não havia de morrer sem que outro vulto, aristocrático e fino, igualmente animado de fervor romântico, erguesse a sua alma intensa por sobre a França, continuando a eterna música indefinida que brota do mais íntimo dos seres eleitos, e desmentindo, pela sua real presença, justamente no meio do fragor da ruidosa batalha, quantos gladiadores, eméritos e eloquentes, se gabam de ter vibrado a morte no terrível monstro do Romantismo.

Não trazia na sua voz os mesmos ecos das ventanias oceânicas, nem, à volta da sua pessoa, os perfumes das misteriosas selvas d'além-Atlântico, porque nascera num pequeno canto limitado da Lorena, onde só há jardins modestos, e os cemitérios são calmos, familiares. Apresentava, porém, no rosto, traços que Jean Moréas caracterizou como constituindo um perfil de proconsul romano, mas — oh, entusiastas do classicismo de Barrès! . . . — mas dum proconsul «*dolent de vivre, un proconsul qui aurait lu Taine et Renan*», como quem dissesse: um proconsul soberbamente fatigado da *acra cura* dos latinos românticos. E porque razão invocar leituras de Taine e Renan, e não dizer francamente: um proconsul que tivesse mergulhado nas páginas fascinadoras da metafísica alemã. . . canalizada por Bouteiller?

Precisamente a acção directa de Renan terminava, quando Maurice Barrès, apenas com 26 anos de idade, conquistava um lugar seguro na arena política. Outros nobres espiritos tinham de vir dominar sobre as inteligências e as sensibilidades. Êle foi, intensamente, um desses novos mestres. Renegando, desviando de vez a influência, a obra de Renan? Não. Em muito Barrès continuaria a acção deste, que êle,

malgré tout, a seu modo, muito apreciava; muito apreciava duma maneira que pode bem ser estudada e reconhecida através daqueles curiosos oito dias fantasiados, que êle nos diz ter passado em casa do Sr. Renan.

Mas é como mestre que sobretudo falou à geração do «caso Dreyfuss», à geração de *ante* 1914, e aos homens que sofreram o choque terrível da guerra mundial, que Barrès é hoje altamente erguido perante nós. A essas multidões, que tantas cousas terríveis viram, falou êle, em certos largos momentos, nas raízes do «Eu» que mergulham dentro da terra sagrada, onde dormem os nossos maiores, só de aí sorvendo vida e fôrça, e o «Eu» então esvai-se — ou melhor: alarga-se e cresce — e o fundo da raça entrevê-se, e ordena. Dá-se um banho de energia... E Maurice Barrès falou em disciplina, no dever da «aceitação», no mal que há em lutar contra os limites impostos, na renúncia ao prazer formoso e altivo da revolta, na renúncia ao prazer soberbo de embriaguez perante a vertigem. Falou nos encantos, nas virtudes lorenas, nas virtudes do rincão natal, na necessidade duma forte consciência nacional: o sentimento de que todo o cantão, por mais modesto que seja, tem um passado ao qual cada um dos seus filhos se deve prender ¹. Colocam-no então sob o signo do *Spartam nactus es, hanc adorna*, que deve ser considerado a «divisa dos clássicos, oposta à inquietação romântica», segundo um dos mais subtis mestres das letras francesas ², porque êsse mandamento ensina o abandôno de todos os sonhos despertados pelos homens de além-fronteiras, semeadores de estranhas ideas vagabundas, e ensina a nos dedicarmos ao cultivo do jardim em que nascemos, e junto ao qual se estende, exalando sempre nova vida, em dádiva à raça, o cemitério onde jazem os antepassados. Assim apostolizou Barrès o nacionalismo, o tradicionalismo, cuja bandeira empunhou; mas não livre, de todo, do *odor di femina*...

E o Sr. Charles Maurras, o magnífico chefe de fila, disse — contestando uma frase dum judeu português ³ — : «*Nous avons eu, et grâce en majeure partie à Maurice Barrès, un retour décisif au goût ancien, au goût naturel et traditionnel, au goût éternel de la France*» ⁴. Ora êsse gôsto antigo, êsse gôsto natural e tradicional, e «eterno» da França, é: o classicismo.

Mas moços e velhos, que essas palavras a Maurice Barrès ouviam, muitos, pelo menos, estavam ainda sob a impressão de magia que lhes viera de páginas com que o mestre, o artista excelso, anteriormente os enfeitiçara; e essas páginas eram cheias de doutrina romântica, cheias dêsse romantismo filho da nebulosa metafísica de Além-Reno. Porque Maurice Barrès fôra na sua adolescência educado à luz dessa filosofia alemã, ministrada por intermédio do seu professor Auguste Burdeau, kantista consciente e tradutor de Schopenhauer, a quem havia de erguer um monumento em certas páginas de *Deracinés*, fazendo-o aparecer aí sob o nome de Bouteiller, e que na França parlamentar veiu a ser ministro e presidente da câmara.

¹ Vid.: Charles Maurras, *La Contemporaine*, 10 de Outubro de 1901.

² Henri Bremond: *Pour le romantisme*, pag. 99.

³ Catulle Mendès.

⁴ *Gazette de France*, 9 de Abril de 1905.

Ensinara-lhe êste a apreender Kant e Hegel, como «un jeune dieu de l'Intelligence». ¹

Foi assim que Maurice Barrès começou a acolher, no mais íntimo da sua inteligência e da sua sensibilidade, os que Henri Bremond chama «zingaros do romantismo»². Depois, como êle próprio confessa em *Amori et Dolori sacrum*³, inebriou-se capitosamente com a poesia dos românticos e dos parnasianos. Sobre uma mesa redonda, no quarto de Stanislas de Guaiata, amontoavam-se duzentos livros de poetas, por entre chávenas de café e os primeiros cigarros. Todo o dia, quasi se poderá dizer toda a noite, liam-se em voz alta versos... E, o que é significativo, já em hora avançada da sua brilhante carreira literária, Maurice Barrès confessava: «... rien de ce que j'ai aimé en suite, à travers le monde, dans les cathédrales, dans les mosquées, dans les musés, dans les jardins, ni dans les assemblées publiques, n'a pénétré aussi profondément mon être»⁴. É assim o Romantismo.

Mas, na verdade, nada mais teria tão profundamente penetrado o seu ser? Nem o delicioso veneno da metafísica germânica, o verbo dèsses geniais constructores dos grandes sistemas? Todavia eu lembro-me de ter visto, numa das suas belas páginas, perfeitamente integrada no pensamento e na prosa do mestre, a seguinte frase, como sendo sua: «... *L'esprit souffle où il veut; nul ne sait d'où il vient, où il va*». Ora quem não reconhece aqui logo um conceito-síntese de Kant, quasi traduzido palavra por palavra — «... o vento (o pensamento divino) sopra onde quer; mas tu não sabes d'onde êle vem» — e com o qual o filósofo poderoso de Königsberg quis secar a nossa curiosidade perante certos movimentos que, de tempos a tempos, no nosso coração sentimos, dirigidos para a moralidade que não se pode explicar? Não é significativo, nada exprime êste plágio inconsciente?... Bem sei que o sr. Charles Maurras, ao referir-se, em certa data, a alguém que chamára a Barrès: «discípulo de Fichte», declarou tal afirmativa uma simples «tolice»⁵, e passou adiante, sobranceira, dignamente, como convem a um chefe de turbas. O mesmo dirá êle a quem alongue as raízes do ser mental de Barrès aos outros mestres do pensamento alemão; no entanto não nos importunemos com isso. Um dia a êste ponto voltarei.

O facto é que, levado pelas tendências, pelas secretas fôrças íntimas, e sob o impulso dessa filosofia e daquela poesia, Maurice Barrès ergueu um forte altar ao culto do «Eu» na sua trilogia célebre: *Sous l'œil des barbares, Un Homme libre, le Jardin de Bérénice*. Começou como sacerdote, turiferário do «Eu». Acusaram-no de ter feito de si mesmo um deus. E nesse caminho prosseguiu. Ninguém ousará negar que muitas das mais lindas paginas iluminadas de verdadeiro romantismo, em prosa francesa, sejam da sua pena privilegiada, porque soube servir-se dessa bela prosa, como um virtuose que, ao som dum instrumento mágico, em nós despertasse as serpentes per-

¹ *Les Déracinés*, pg. 13.

² *Pour le romantisme*, pg. III.

³ Pg. 129.

⁴ *Ibidem*.

⁵ *Action française*, 6 de Dezembro de 1923.

versas inspiradoras da adoração egotista; e assim chegou a entregar-se a um romantismo exasperado. Folheei *Du Sang, de la Volupté et de la Mort*, livro que actua como taça d'ouro onde vinho divino se mistura a sangue ardente, e *Amori et Dolori sacrum* — «*ce livre de gémissements. . .*»¹ — ; embora Henri Bremond, que é subtil e hábil, reconhecendo, aliás, essa verdade, em tais páginas não deixe de encontrar «*vingt chemins de traverse*» conduzindo à tradição clássica.² Mas, que nos importam as veredas incertas perante o horizonte da estrada real?

Se quizermos, porém, apreender dum modo geral todo o romantismo de Barrès, sem analisarmos os pormenores de página por página, nada será mais elucidativo de que focarmos o espírito de vagabundagem com que êle percorreu mundo, porque as paisagens da França eram para êle como as que se estendiam à roda da pálida casa de Bérénice: «*... Terres violettes, étangs d'argent, ... voiles gonflées vers des pays inconnus. . .*»³ Assim apreenderemos de certo modo em conjunto êsse seu romantismo; mas será também essa análise que nos levará a concentrar a nossa observação no foco central, no grande lema para o qual as obscuras fôrças românticas daquele nobre espírito, extremamente sensível, convergiram; o princípio supremo em que o seu romantismo todo se intensificou.

Barrès foi, com efeito, um vagabundo aristocrático por fina eleição. Êle mesmo se confessou: «*Je vais jusqu'à penser que ce serait un bon système de vie de n'avoir pas de domicile, d'habiter n'importe où dans le monde. . .*»⁴ E vagabundou, errou, por tudo quanto tinha soberbia e penetrante beleza mórbida. Pobre Lorena, com teus modestos canteiros alinhados em pequenos jardins e cemitérios familiares, por onde êsse teu filho andou, inebriando-se de sangue, de volúpia, de morte e amor! . . . Foi até à Espanha, até Toledo, «*image de l'exaltation dans la solitude, un cri dans le désert. . .*»⁵ Viu o Escurial, onde há vertigem e ascetismo, e que oferece «uma paisagem propícia a um Pascal que medita.»⁶ Esteve em Granada, e sonhou, porque Granada é «*une tente dans une oasis, et, sous un parasol délicieusement brodé, un des plus mols oreillers du monde.*»⁷ Encantou-se em Córdova, na sua atmosfera excitante de «morte e de volúpias efémeras», porque essa Córdova é sinistra e atraente na história: «*comme une bague dans une mare de sang.*»⁸ Mas foi em Sevilha, à beira do Guadalquivir, onde primeiro se lhe revelou o grande mistério do Romantismo, que se tornou a farça viva do seu pensar e do seu sentir, o mistério do *Mors-Amor*, a voluptuosa união do amor e da morte, de que devem ser sacerdotes, e vestais, os espíritos e as almas eleitas. Foi Sevilha que lhe ensinou a encontrar a

¹ Charles Maurras, *Gazette de France*, 19, Março, 1903.

² *Pour le romantisme*, pag. 133.

³ *Le Jardin de Bérénice*, pag. 67.

⁴ *Um homem livre*, pag. 237.

⁵ *Du Sang, de la Volupté et de la Mort*, pag. 15.

⁶ *Idem*, pag. 24.

⁷ *Idem*, pag. 25.

⁸ *Idem*, pag. 66.

fórmula admiravelmente precisa e clara : «*Une merveille qui est en train de disparaître : voilà le trait qui complique de fièvre toute volupté !*» Então exclama : «*Être périssable, c'est la qualité exquise... Il n'est point d'intensité véritable où ne se mêle l'idée de la mort.*»¹ O amor só se sente verdadeira, grandemente, nos braços da morte !

Mas se foi no ar voluptuoso de Sevilha que Barrès encontrou a fórmula sintética da sua angústia romântica, à Itália ficou devendo o que eu quasi ia a chamar o piedoso breviário do *Mors-Amor*. Porque o delicioso escritor também a Itália percorreu, os jardins da Lombardia, Parma, Ravena, Pisa, as cidades das «sílabas cantantes», e eis que em Veneza de novo o fere profundamente o encanto místico de tudo o que morre, o único verdadeiro encanto das cousas, a condição essencial para o êxtase supremo do amor, porque Veneza é como as rosas e as flôres da magnólia : «*qui n'offrent jamais d'odeur plus enivrante, ni de coloration plus forte qu'à l'instant où la mort y projette ses secrètes fusées et nous propose ses vertiges.*»² Todo o poder que essa cidade exerce sobre os sonhadores deriva de aí : «*dans ses canaux livides, des murailles byzantines, sarrasines, lombardes, gothiques, romanes, voire rococo, toutes trempées de mousse, atteignent, sous l'action du soleil, de la pluie et de l'orage, le tournant équivoque où, plus abondantes de grâce artistique, elles commencent leur décomposition.*» . . .

Foi esta a revelação definitiva que Veneza lhe fêz, com as suas «imagens fúnebres e raras», lançando um «canto que para a morte se evola», fazendo ouvir ora o seu silêncio, ora um vento de agonia. «*L'artiste et le philosophe*», exclama êle nessa atmosfera, e o grito ergue-se-lhe do íntimo das entranhas, «*aiment à peser cette désolation presque palpable et lourde, comme la vraie beauté.*»³ E explica-nos que na Itália as intermediárias, para fazerem com que as raparigas sejam admiradas, as assentam sobre os túmulos das igrejas. Isto toma para êle aspectos de símbolo ; e representa a obediência instintiva a uma lei oculta, misteriosa, que se impõe.

Ao livro, delicioso e estranho, em que se canta assim a eterna morte de Veneza, intitulou Maurice Barrès : *Amori et Dolori sacrum*, porque fôram estas as palavras que encontrou na fachada rocóco de *Santa Maria della Passione*. O título ficou um tanto àquém do significado e da amplitude do livro. *Morti et Amori sacrum* é que seria justo ; e que curta visão não revela o Sr. Charles Maurras, quando, a propósito de tais páginas, chama ao seu autor simplesmente : *sacerdote da morte*,⁴ pois nelas Maurice Barrès surge sacerdote de toda uma mística mais profunda e soberba, duma doutrina que se ergue acima das cousas terrenas, e que tem por base, não a morte em si, mas a sua aliança com o amor !

Errou o Sr. Charles Maurras, como errara já, poucas linhas antes, ao dizer-nos : «*ce livre de gémissments est ordonné avec l'entente et le goût du sinistre*», porque não

¹ *Idem*, pag. 69.

² *Amori et Dolori Sacrum*, pag. 22.

³ *Idem*, pag. 43.

⁴ *Gazette de France*, 19 de Março de 1903.

ê o gôsto e a vertigem de quanto é sinistro o que dá alma àquelas páginas, e sim a delícia, o êxtase inerente a presentir-se a graça rara que a beleza, por fim, ostenta, quando se desprende da vida terrena. Sim, em *Amori et Dolori...* há logo de entrada o leito mortuário duma cidade, e depois três túmulos; mas a cidade fôra princesa do Mediterrâneo, e enriquecera-se com os tesouros do Oriente... Enquanto aos túmulos, são-no de dois poetas e duma imperatriz da beleza e da solidão. Escreveu algures o Sr. Charles Maurras que Bérénice — aquela que a Filipe interrogava, num tom de voz infantil e dolente: «*A quoi pensez-vous?...*» — escreveu algures o Sr. Charles Maurras que Bérénice «*est une amoureuse, c'est pour quoi elle comprend tout*»¹, fazendo assim seu, inconscientemente, tenho a certeza de que o mais inconscientemente possível, um princípio fundamental do Romantismo. Ora o chefe ilustre do nacionalismo integral não *amou* aquelas páginas de Barrès. Elas queimavam-lhe as mãos!...²

São páginas do *Amori et Dolori...* E essas páginas datam de 1903. Já então Maurice Barrès empunhara a bandeira do *nacionalismo* — sem flôres de liz — e lançara os princípios da energia nacional. Não houve, pois, duas fases sucessivas, distintas, na vida do poeta: uma romântica, seguida de outra tradicionalista e clássica. Enquanto prégava o regresso à inspiração sugada nas raízes da raça, os impulsos românticos não lhe desapareciam das veias. Já tinha então escrito: *L'Appel au soldat e Leurs figures*. Mais ainda: «*l'affaire douloureuse*», o caso Dreyfuss, de tão grande repercussão mesmo na vida literária da França, já se agitara e alagara febre. Foi depois disso que êle, ardente e entusiástico organizador da *Liga da Pátria Francesa*, ao Romantismo deu a joia preciosa de *Amori et Dolori...*, e, peregrino do sônho, foi até Veneza, a sentir bem no fundo que o sumo prazer só é coroado de rosas pela morte; e os que êle lá via *reais* eram: Goethe, Wagner, Byron, ao lado de Chateaubriand, dos dois amantes infelizes, e de Taine. Êle o disse: dessas sombras augustas é que para o seu espírito ficava eternamente composto o verdadeiro *Conselho dos dez*. Faltava um. Um lugar ficava vago. Coloquemos agora lá, sem hesitar, a êle, ao próprio Maurice Barrès. Os homens positivos e frios, que estudam e sabem muitas realidades, declararão êsse singular *conselho dos dez* bastante heterogêneo, e difícil será vêr surgir do seu seio deliberações unânimes. Com que olhar de espanto não verá Goethe sentar-se assim ao seu lado a êle, ao próprio Maurice Barrès?... Mas não nos demoremos a pensar nisso. Respeitemos as divergências, as discussões que possam nascer dos colóquios tidos pelas grandes sombras.

Reconheço perfeitamente que me podem objectar estar eu aqui a muito demais pôr em realce um só livro — ou dois — do prosador admirável, e sobretudo a alargar, ainda por cima, a doutrina dessas páginas pela alma inteira de Barrès, fazendo convergir nelas toda a sua vida espiritual. Lembrarei já, no entanto, que logo em *Un Homme libre* nós encontramos a seguinte afirmativa: «*Seule nous émeut la beauté que nous ne pouvons toucher*». ³ Ora nesta frase está o germen, que evoluindo, pre-

¹ *La Contemporaine*, 10 de Outubro de 1901.

² Vide: *Gazette de France*, 19 de Março de 1903.

³ Pag. 202.

cisando-se, ganhando misticismo, dará o preceito voluptuoso de que só uma maravilha beijada pela morte provoca o supremo grau de febre, porque se há-de fatalmente acabar por reconhecer, partindo-se daquela primeira afirmativa, que a morte é quem melhor, e em absoluto, nos impede de tocar qualquer beleza. Sim; não foi a atmosfera, para os homens frios, violentamente mórbida de Toledo, ou a de Veneza, que eternamente morre com a graça das magnólias, o que, de fora, a Maurice Barrès inspirou as delícias do *Mors-Amor*. Desde o seu primeiro livro para êsse dogma êle mostrou disposição muito sua.

Isso recorda-me agora que devo ainda notar como não se limitaram à Espanha, e às cidades das sílabas cantantes, as peregrinações devotas dêsse piedoso do Romantismo. Não se esquecera êle das romarias no solo pátrio. . . Quando, em seu ambiente de tragédia, funcionava o tribunal de Rennes, no intervalo duma sessão para outra, Maurice Barrès vai em silêncio e recolhimento até Combourg, e o que Combourg é, na confusa vida do romantismo francês, todos o sabem. Fôra aí, entre aquelas velhas paredes, no meio daquela paisagem, que René, apenas adolescente, era sonhador e triste. Era aí que êle, uma criança ainda, se encantava com as fôlhas murchas caindo das árvores, e com o grande sol morrendo nos crepúsculos. Tudo lhe sugeria a morte, a delícia de morrer, e lhe inspirava o suicídio. . . Mais uma vez: *Mors-Amor*, cujo ritmo perpassava no ar! . . . Bem sei que Maurice Barrès nos diz ter ido a Combourg, num entre-acto do drama de Rennes, como quem ia purificar-se junto dum poeta da honra: «*Avec quelle allégresse je m'épurais de Dreyfuss, dans l'atmosphère d'un grand poète de l'honneur !...*»¹ Mas não é justamente a «honra» um grande sentimento glorificado, cantado pelo Romantismo? . . . Precisarei de citar o que a seu respeito, comparando-o à alvura pura do arminho, disse Frederico Schlegel no seu entusiástico estudo sobre o teatro de Calderon? Deixemos, porém, essas meticolosidades de análise, de que não preciso, pois o próprio Barrès, após ter invocado êsse anseio para ligar a sua peregrinação a Combourg à sua atitude de apóstolo-chefe do tradicionalismo francês, não consegue deixar na sombra o verdadeiro íntimo impulso que até lá o levava. Foi como «*filho de românticos*», regressando, após caminhadas por terras estranhas, ao seu antigo lar, que êle dirigiu os passos para os lugares santos, para o local de melancolia e sonho que êle mesmo, com certa justiça, declara dever ser considerado a *Matriz* do romantismo francês, pousando os seus «*pés indignos nas pègadas do génio*», até ao quarto em silêncio onde: «*René, criança, preparou a sua imortalidade.*» A tentação de o confessar é muito forte, e ei-lo que, deixando vêr a chaga, escreve: «*Fils de romantiques, je rentre dans ma maison de famille et je somme à l'huis d'un château, survivance du passé où je reconnais en même temps le principe de mon activité littéraire*»; e: «*Nous avons dans le sang la fièvre du premier volume des «Memoires d'Outre-Tombe...*»² Com essa febre no sangue lá se foi o apóstolo-chefe do nacionalismo, num entre-acto do julgamento ter-

¹ *Scènes et doctrines du nationalisme*, pags. 144-145.

² *Idem*, pag. 145.

rível de Rennes, a ver o salgueiro sob o qual René passava horas esquecidas com toutinegras e com as suas quimeras, e o sítio marcado pela tradição como sendo aquele em que o encanto da morte ia dominando a pálida criança. Alguém, uma sombra do além, imperceptível, velada, mas tomando-o pela mão, deve ter guiado os passos de Barrès nessa visita: a sombra de Lucília, com o seu ar de esfinge singular, silenciosa; e certamente que Barrès parou naquele patamar da escada abandonada, onde, altas horas da noite, a irmã de René se ia assentar, mecânicamente, esquecida de tudo e de todos, para ouvir o bater do grande relógio antigo a dizer-lhe a monotonia com que, a pouco e pouco, segundo a segundo, o tempo eternamente morre... Assim, Maurice Barrès deixou bem confessado o verdadeiro motivo que o impeliu até êsses lugares sagrados: foi o mesmo que o fazia esperar não acabar os seus dias sem ter ido a Coimbra, piedosamente vêr o local onde mataram a bela Inês: «...*J'ai toujours projeté*», escreve êle, «*de visiter les lieux où sont les racines des grands arbres à parfums, qui, balancés sur le monde, susciterent mon imagination. Je ne mourrai point sans m'être assis, pèlerin enchanté, dans Coimbra, et sous le cyprès de la belle Inês assassinée...*»¹ Os locais onde mergulhavam as raízes das grandes árvores cujos perfumes despertavam todo o romantismo do seu ser. Está certo. Mas esses locais eram os que tinham o solo encharcado de sangue e volúpia. Em todos êles como que voga um lindo anel nupcial «*dans une mare de sang*». Por onde se teriam perdido os finos anéis de ouro que nem Bérénice, nem La Pia chegaram a usar?...

Sim, a alma delicada de Barrès deslisava sempre, e sempre aspirava, para o mais profundo dêsse mistério voluptuoso, tão bem traduzido na ligação dos dois vocábulos intensos, enormes, com que um nosso grande poeta encimara um dos seus mais formosos sonetos.

É-me grato recordá-lo aqui, embora os catorze versos de Antero — espírito também embebido de pensamento alemão — tenham um sombrio vincado de água forte, que não corresponde à febre esvaída, em melancolia e encanto, da prosa artística de Barrès, quando êste se entrega ao tema para o qual converge tôda a sua inspiração romântica. Vêde como admiravelmente êsse mesmo tema surge resumido nos dois tercetos:

.....

 Um cavaleiro de expressão potente,
 Formidável, mas plácido no porte,
 Vestido de armadura reluzente.

Cavalga a fera estranha sem temor,
 E o corcel diz: «Eu sou a morte!»
 Responde o cavaleiro: «Eu sou o amor!»

Mas não teria Barrès jamais conseguido, na verdade, curar-se dessa volúpia de-

¹ *Ibidem.*

liciosa de aspirar à posse da ignota sensação que deve nascer de se receber, num só beijo supremo, os dois beijos eternos : o da Morte e o do Amor? Não o teriam finalmente curado dêsse anseio nem as lutas políticas, nem a defesa, que tão galhardamente êle tomou, das igrejas francesas? . . .

Foi em 1914 que apareceu o seu livro *La Grande Pitié des Églises de France*, e é aí, numa das suas páginas, que lemos, precisamente quando dirigia aos jovens escritores o sublime apêlo para que defendessem os templos nobres e as modestas capelas da França : «*Point n'est besoin qu'ils aillent désormais à Venise, à Tolède, pour voir mourir la beauté. . . Mais non, je me reprends, ne parlons pas de beauté qui meurt : des images divines veulent vivre et nous appellent au secours.*» ¹

Veio tarde a semi-retratação : o sentimento estava confessado. O que prendia a alma de Barrès às egrejas da França era o beijo mortuário que lhes escorria ao longo dos muros vetustos. Elas tinham chegado àquele «*. . . tournant équivoque où, plus abondantes de grâce artistique, elles commencent leur décomposition*»; para quê pois ir-se até às fachadas bizantinas, sarracenas ou góticas de Veneza? . . . De mais, serão mesmo as derradeiras duas linhas, ao menos, uma semi-retratação? Nem isso. Barrès limitou-se a acrescentar que não se falasse em beleza moribunda — mas não a nega — e acrescentou isso naquele momento, porque a morte eterna das egrejas francesas — o que êle via — estava ameaçada de desaparecer sob a acção duma política de bárbaros — «*la Bête puante et méchante*» — de homens que em política se guiavam pelas «*aspirações do ventre*».

Do mesmo modo procederia êle se visse a agonia eterna de Veneza correr riscos às mãos de bárbaros vindos de florestas sombrias.

A. ROCHA PEIXOTO.



¹ Pag. 393, nota 24.

No Teatro Nacional

O PAI — 3 actos de Strindberg.

Pela Companhia Argentina Rivera de Rosas.

O grande drama de Strindberg, escrito há cerca de cincoenta anos, nem por isso deixa de ser uma peça de *exame* e de actualidade.

Na vida como no palco só se olvida o medíocre e a mentira. O *Belo* e a *Verdade* são eternos. É o caso desta grande peça. Nela se debate um conflito entre a inteligência, a fôrça e a legitimidade do mando, que assiste ao homem na educação dos filhos, e a *velhacaria* calculada e fria da mulher que acaba por triunfar.

As almas grandes são sempre vítimas da perfídia e da traição. Assim sucede com Adolfo, oficial de cavalaria, sábio, filósofo, geólogo e livre pensador, que quer a filha educada na Capital por um espírito liberal semelhante ao seu.

Laura, essa sinistra figura de mulher, obcecada pela religião até ao fanatismo, lança a dúvida sôbre a paternidade no espírito forte de Adolfo, a fim de se revestir da necessária autoridade para que a educação da filha única lhe seja exclusivamente entregue.

Matilde Rivera tem nesta peça, a meu ver, a sua melhor interpretação. Esfíngica e fria, podendo parecê-lo demasiado, encarnou com verdade a sua personagem. Os fanáticos não têm coração. Raciocinam apenas e não há entraves que os demovam. Friamente, calculadamente, calam qualquer sentimento *bom* — se é que êstes sêres o podem albergar — para realizarem o seu objectivo, única razão da sua existência.

Minado pela dúvida angustiosa que o leva à loucura, Enrique de Rosas, no capitão de cavalaria, do princípio ao fim da peça, afirmou-se um grande actor. Não perdeu um detalhe.

Que grande lição de teatro clássico nos não deu no segundo acto em que, senhor de si, consegue desempenhar a cena de maior intensidade dramática, entre a mesa e a cadeira. Qualquer actor, que não fôsse um grande actor contemporâneo, tomaria todo o palco — que seria sempre pequeno — para movimentar essa figura humana, que

vai desde o arrebatamento próprio dum sêr ameaçado já pela loucura até cair de joelhos num chôrno convulsivo de prostração e quási impotência !

No terceiro acto Enrique de Rosas surpreendeu-nos. Esperávamos vê-lo desabrido, de cabelos em pé e gestos descompostos. Chocou-nos de entrada para... vencer ainda. A sua interpretação está certa. Não precisou trazer o cabelo absolutamente desgrenhado, nem dar-nos esgares forçados e repetidos para nos acharmos em frente dum louco.

Há vinte anos não se compreenderia a sobriedade que deu à personagem. Hoje, estou certo, não se toleraria êsse exagêro de processos. E... quanto mais fácil lhe não seria fazê-lo diferentemente.

A sobriedade é de tal modo vincada que até a cena da morte quási passou despercebida...

Enrique de Rosas impõe-se pela verdade que revela em tôdas as personagens que nos apresenta. Põe rugas de alma na sua fronte vincada e faz renascer em si mesmo, ante os olhos de quem o contempla, uma galeria intérmina de espíritos que pertencem à vida ou aos livros.

Milagros de la Vega, na *ama*, não me sensibilizou por falta de verdadeiro carinho. Dir-se-ia conivente no trama friamente planeado.

Ascension Navarro, na *filha*, foi uma ingenuazinha que começa e que promete...

Carlos Belluci mostrou-se no *pastor* um actor correto. Articula bem e imprime à personagem um cunho verdadeiro.

CUANDO LOS HIJOS DE EVA NO SON LOS HIJOS DE ADAN — 3 actos de Benavente :

Jacinto Benavente, êsse grande dramaturgo contemporâneo, que tem uma maneira tão sua de fazer teatro — que é inconfundível —, nesta sua peça, que conta apenas 3 actos e que foi estreada no teatro Calderon, pode dizer-se que tem a sua melhor obra. Em quási tôdas as peças que lhe conhecemos, limita-se a mostrar conflitos não os resolvendo.

Na *Cuando los hijos de Eva no son los hijos de Adan*, o Mestre, encorajado pela grandeza do assunto escolhido, sai da sua maneira de sêr habitual, para encarar de frente o problema, não se restringindo à simples exhibição do tema, mas dando-lhe uma solução.

A falta de verdade é uma forma de suicídio. Talvez por sentir, Benavente quis resolver com verdade o tema complicado que escolheu.

A acção passa-se num *chalet* na Suíça onde vivem um célebre maestro judeu com os filhos. Como o título da peça deixa antever nem todos são filhos dos mesmos pais.

Um filho espiritual do maestro enamorou-se duma sua irmã uterina, ignorando os dois o parentesco. Dá-se o incesto.

Benavente resolve o conflito corajosamente. O maestro que é o único sabedor

das relações de consangüinidade que existem entre os dois amantes, êle, que é o pai da rapariga, cala a sua dôr e oculta o seu segrêdo, consente no casamento porque «a culpa dos pais não deve recair sôbre os filhos».

Estamos assistindo a uma remodelação profunda em tôdas as manifestações de espírito e que tem de influenciar forçosamente a própria estrutura da velha moral.

A arrojada concepção de Benavente é já um resultado dessa influência. E, coisa curiosa, Benavente mergulha na profundidade dos séculos para ir buscar a base da sua nova moral à velha moral das Sagradas Escrituras, porque, segundo elas, tôda a humanidade provém incestuosamente do mesmo e único par.

Enrique de Rosas no maestro judeu deu-nos a sua melhor interpretação. Poucas vezes temos visto exteriorizar com tanta verdade.

A cena da embriaguez no segundo acto, gradual e comedida, acompanhada por uma bronquite própria dum vicioso fumador de cachimbo, foi plena de beleza e naturalidade. No terceiro acto, o grande actor foi de uma sobriedade e exactidão inigualáveis.

Ascension Navarro no terceiro acto confirma a minha expectativa : é uma ingénua que promete...

Os outros artistas num desempenho cuidado e honesto.

CASTANHEIRA LOBO.

Nota — Pena tenho de não poder falar de todo o belo reportório da Companhia Argentina. Pela imensidade de originaes e pouco espaço de que se dispõe nesta secção, sou forçado a sintetizar estas críticas e a referir-me apenas às peças de Strindberg e Benavente, tendo-as escolhido de preferência por serem as que mais me impressionaram, já pelo desempenho, já pelas teses debatidas.

C. L.



Notas sobre a função das classes sociais

Desde que as classes sociais, definidas e determinadas pelos seus conteúdos psíquicos e materiais, existem, é provável que o processo de transformação da vida social leve à sua extirpação definitiva por um processo natural e imaneente, como sustenta algures uma sociologia «soi-disant» materialista e determinista?

Procuraremos resolver a questão proposta, estudando o papel que as diferentes classes existentes no decurso da história desempenham e por que modo se veem substituindo umas às outras.

Sabe-se que por função se entende ou o conjunto de necessidades a que corresponde um órgão, ou o modo de actividade, a série de movimentos, que êle realiza na consecução de uma obra comum a outros órgãos.

Estas noções de órgãos e função, transpostas do campo biológico para o sociológico, foram de um grande alcance, não obstante as críticas a que se sujeita a teoria chamada organicista, óptima hipótese de explicação científica, pois evitou, de uma maneira apreciável, o perigo, que resultava, para a sociologia geral e descritiva, de uma atitude puramente finalista. Para o ponto de vista sociológico, a designação de função emprega-se no primeiro sentido, isto é, para determinar o conjunto de necessidades a que corresponde uma instituição, uma lei, um costume, etc.

Aplicando a noção de função aos órgãos da vida social, às classes sociais e especificadamente à burguesia ¹, exponhamos rápida e sucintamente a que necessidades sociais corresponde a sua existência ou o papel que, desenvolvendo-se, preenche ou preencheu na organização social em que foi dominante.

¹ Em trabalho, que temos preparado, caracterizámos desenvolvidamente a burguesia como classe social, diferenciando daqueles que só querem ver nela uma classe económica. Êste artigo é a adaptação de um capítulo desse trabalho.

Lancemos um rápido olhar pelo panorama geral da história e procuremos se aí, de entre as classes privilegiadas no decurso da evolução dos povos, há alguma que mais claramente favoreça nossos intentos; e, procedendo à maneira dos geólogos, para maior facilidade, observemos aquelas que já estão totalmente sepultadas, quais camadas estratificadas na quietação da crosta. Encontramos um modelo facilmente observável na pristina nobreza medieval, quer seja ou não de carácter feudal.

Entre as múltiplas características que salientam o papel desta classe como instrumento de acção social, nós verificamos, através do seu cavalheirismo, dos seus princípios de moral, do seu sentido económico, das suas aspirações, dos móveis vários da sua acção, a predominância dêste facto: manter e impor a pureza da tradição. Esta era a fonte do seu prestígio. Ela era, como refere Halbwachs, «uma forma de vida e de pensamento, antes que um instrumento do corpo colectivo».

Enquanto a nobreza guardava para si êste papel de «manter a tradição e mesmo criá-la», adianta o mesmo autor, as condições gerais da vida e com elas os modos de actividade iam-se desenvolvendo e criando exigências que, fora do papel da nobreza e subordinadas à superior posição de que ela gozava, deslocaram o eixo em volta do qual se giraria um novo prestígio. Não mais a notoriedade viria de um passado puro de sangue, mas antes a importância da actividade é que grangearia a superioridade.

A consciência social, definida pelo tipo de relações sociais ou modos de actividade inerentes aos indivíduos em sociedade, encarregar-se-ia de prestigiar superiormente aqueles que ocupavam funções de maior utilidade social.

Dêste modo se estabeleceu o quadro dos funcionários, consequência das perturbações da estrutura da sociedade que, alargando-se com o incremento das forças de trabalho, se constituiu num grupo social de formação morosa, mas segura. Mas, assim como a nobreza guarda em si a tradição constituída pelo conjunto de valores sociais, independentes das condições de fortuna e de antiguidade de cada família, também a burguesia actual não será o sustentáculo de uma tradição que a sua consciência colectiva criou independentemente das categorias profissionais de cada grupo?

Mais concretamente, diremos, do mesmo modo que a nobreza constituía na sociedade o suporte da memória colectiva, não terá a burguesia na sociedade ulterior o mesmo papel?

Não desenvolveremos neste lugar como as condições da vida profissional não são por si só capazes de dar unidade aos grupos profissionais e como os valores de uma maior generalização e mais alta universalidade superam os particularismos, vivendo os primeiros no íntimo da consciência colectiva, enquanto os segundos são postergados no contacto social.

Ora, se a consciência colectiva é anterior às diferenças profissionais e se, por outro lado, a burguesia nos aparece como classe imperante, guardadora de valores morais e de instituições sociais, mantendo, enfim, uma tradição enformada em poucos séculos, nós inferimos que a memória colectiva, que dá continuidade à sociedade, se organiza fóra das condições diversas do trabalho. Estas determinam a formação de grupos, que, enquanto no exercício das ocupações, procedem de modo condicionado pelas representações dominantes na profissão, mas que, logo que estabelecem con-

tacto com o meio social (família, relações mundanas, desportivas, políticas, etc.), se diluem no conjunto social caracterizado por um complexo de representações colectivas, fruto da estrutura da sociedade, que as relações sociais determinam.

O próprio operário sofre desta influência, embora não tão profundamente, porque, como escreveu algures Halbwachs, êste, no exercício das suas actividades, «é pôsto em contacto com as coisas e não com os homens», o que ocasiona durante um lapso de tempo, que é tanto maior quanto mais demorado fôr o trabalho e menor o salário, um completo afastamento do convívio social exterior à oficina.

A actividade técnica difunde-se numa actividade de conteúdo atécnico.

Ê este meio social, atécnico, imperante, coercitivo, que sustenta e detém uma certa tradição por todos os meios possíveis que uma sociedade sabe criar para se conservar, de acôrdo com o princípio da economia do esfôrço.

Simplesmente, a diversificação de funções técnicas, que por efeito da divisão do trabalho se vai acentuando cada vez mais, com alteração dos níveis de vida tendentes a uma média que é o nível de riqueza e de posse das classes médias, tem como consequência que a consciência colectiva da burguesia perde decrescentemente em nitidez focal para se ampliar e esbater num limiar mais extenso.

Do mesmo modo que as representações colectivas da nobreza, sob a pressão dos burgueses, que pouco a pouco ocupavam funções exigidas pela estrutura social e que, pelo seu próprio conteúdo mental colectivo, estavam à nobreza vedadas, com novos aspectos passavam para a burguesia, investindo esta na função de sustentadora da nova tradição, também pelos motivos, que vimos indicando, podemos dedutivamente aceitar que esta será substituída por outra classe, que está nascendo da confusa amalgama das classes médias.

No exercício das ocupações, ao mesmo tempo que há um aspecto técnico impressionante, há outro, mais esconso, individualmente imperceptível, que é constituído pelo valor social, valor que lhe é atribuído pela sociedade e que resulta, em grande parte, não da maior utilidade, mas da tradição que o enforma.

Uma reversão na ordem dos valores pode determinar a elevação dos mais úteis a um plano até aqui ocupado por aqueles que a tradição pospunha com um prestígio, filho da riqueza, que tornava possível tal actividade técnica, e daí a derivação da superioridade para os de maior utilidade.

Os valores sociais alteram-se e com êles a consciência colectiva que os impõe.

Quando referimos o prestígio da riqueza, não queremos significar que esta exista, na verdade.

Basta que a opinião colectiva atribua méritos morais e económicos a certas actividades, méritos só possíveis, na origem, com a riqueza, para que, por crença, se continue a considerar o exercício de certas funções técnicas unicamente compatíveis com a riqueza.

Se a riqueza foi na antiga burguesia origem de prestígio e se as funções que exercia participavam dêsse prestígio, continuaram posteriormente a fruí-lo, mesmo sem serem ricos aqueles que as desempenharam mais tarde.

Desde, porém, que uma classe se constitui fixada pela tradição, torna-se inca-

paz de se adaptar às condições novas que vão surgindo. O seu carácter misoneísta leva-a a desadaptar-se da vida social, que se perturba nos fundamentos, alterando a sua estrutura por processos que conduzem a uma nova ordem de valores. Essa mudança na estrutura impõe novas distinções fundadas em outros modos de pensar e diferentes processos de vida, que, estratificando-se na consciência colectiva, constituem o fundo tradicional de novas classes dominadoras. É uma nova vida moral que surge, impossível, como é, existirem simultâneamente, no mesmo ciclo evolutivo, morais diversas, que correspondam a ideas diferentes.

A classe guardadora do ideal, sustentadora da tradição, torna-se por natureza conformista, conservadora, contra-revolucionária.

A função que na sociedade vem preenchendo a classe burguesa é, como vimos, a de sustentar e conservar uma tradição que criou conquistando na vida da sociedade um lugar de secular predominância.

Prestes a perdê-la sob a imposição do momento catastrófico que nos impele nublidamente para mais além, ela quer manter-se senhora e dominadora dos produtos da sua acção civilizante : a técnica da produção capitalista, por um lado, e a massa esforçada dos assalariados, por outro.

Dominará, porém, aquele que tiver maior unidade colectiva nascente sob a forma de unidade de interêsses, conseqüente na criação de um novo ideal moral.

Nova fonte de uma tradição que perdurará, enquanto subsistir a ordem justa que ela estabelecer.

A. A. DE FREITAS E SILVA.



VIDA DESPORTIVA

A moral no desporto

Embora só no século XIX o desporto tivesse reaparecido na Europa e desde então para cá tenha tomado um desenvolvimento intensivo, apaixonando tôdas as classes sociais, certo é que as suas origens remontam à antiga Grécia e Roma. Nenhum povo soube até agora compreender os cuidados do corpo como o souberam fazer os Espartanos e Atenienses; por isso, puderam cometer os actos sublimes das Termópilas e de Maratona. Roma, a Roma conquistadora, pôde ver avançar triunfantes as suas imensas legiões enquanto cuidou a sério dos seus soldados. Mas, num e noutro povo, os prémios monetários vieram corromper os bons costumes e o que até então consistia num dever cívico metamorfoseou-se num profissionalismo egoísta, num profissionalismo aviltante que arrastou consigo ao caos do abastardamento moral êsses povos que lhe não puderam sobreviver. Dos jogos Olímpicos, onde o homem se impunha pelas qualidades morais e viris, pelo carácter e virtudes, passou-se ao servilismo repugnante do Circo de Roma em que o homem feito fera mata o adversário para gáudio e prazer duma assistência pervertida e devassa. A moral, que era a orientadora dos seus jogos e certamens foi banida, e, triunfantes, a vaidade, a mentira e o cinismo foram os seus novos orientadores para nos darem os espectáculos vergonhosos que antecederam a queda do império, para reviverem hoje nos jogos Olímpicos que Georges Herbert acertadamente classifica de feiras internacionais do músculo, sem nenhum objectivo prático de utilidade reconhecida. Que os gregos e romanos se preocupassem com que os seus soldados fossem velozes, ótimos saltadores, compreende-se, mas hoje, em que as características bélicas são tão diferentes, em que as necessidades são tão inteiramente outras, que vantagens adveem para as nações concorrentes de enviarem ali os seus representantes? Pode o facto de um país apresentar um Nurmi, um Ritola ou um Paddock, servir-nos de índice de perfeição física dêsse povo? É evidente que não. E essas máquinas de correr, de saltar, são

verdadeiros fenómenos mas que nada dizem do valor real dos povos a que pertencem.

Reviveu sob maus auspícios o culto dos exercícios do corpo, porque, em vez de o evitar, foi-se cair novamente no êrro já experimentado do desporto espectáculo, o desporto feito de terra em terra, a título de propaganda, mas cujo fim real são as receitas que permitam satisfazer os encargos dos clubes que numa luta de vida ou morte têm, por sua própria culpa, de acarretar com as consequências desastradas dum falso amadorismo muito mais danoso e mau do que o profissionalismo declarado.

Assiste-se então a um multiplicar crescente de clubes que pululam de todos os lados, sem condições de vida, sem condições de luta, tendo como bagagem desportiva os homens indispensáveis para satisfazerem as condições de inscrição. Conceito desportivo não existe. Os dirigentes vão escasseando; uns retiram-se vencidos pelas novas correntes que envenenaram o desporto, outros são banidos porque, tendo orientado os seus actos pelo culto da honra, da dignidade e do dever, se tornam obstáculos irritantes às ambições dos que chegam. Pode faltar-lhes o senso, a cultura geral e as qualidades morais de um educador, mas que importa se êles trazem ideas novas, promessas animadoras! Com pouco se satisfazem as multidões ignaras, tão pouco, que uma simples promessa por mais mesquinha que seja, as leva a insultar e a achincalhar aqueles a quem horas antes mendigavam favores e de quem se diziam fervorosos amigos.

Assim, o desporto tem vivido entre nós tolerado ou escarnecido por uns, odiado e combatido por outros, sem que uns e outros vejam que não é o desporto em si a causa de tantos desmandos, mas a maneira atrabiliária como tem sido orientado e dirigido embora algumas vezes tenha a justificá-la a necessidade de satisfazer os encargos que oneram os clubes desportivos.

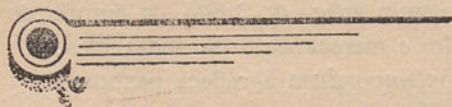
Saíndo do caminho plano que lhe indicam as ciências biológicas e sociais, o desporto foi levado para os atalhos ásperos e cheios de precipícios onde tudo se improvisa. Com mágua sentimos que os nossos mestres, os nossos pedagogos, os nossos médicos e os nossos homens públicos ainda se não tivessem apercebido da necessidade de voltarem as suas atenções para a causa desportiva, que é em síntese a causa do próprio povo. Sim, se S. Ex.^{as} se tivessem interessado, os seus conhecimentos, dentro do campo das suas actividades, não teriam permitido que uma causa útil se pudesse tornar numa causa perniciosa para a sociedade. E, digo perniciosa, porque ela tem afectado com os seus desmandos a saúde física e moral dos seus praticantes.

As lutas desportivas, onde devia imperar a lealdade e a correcção, transformam-se em verdadeiras batalhas de homens que se odeiam e detestam.

Do desporto feito com o fim de manter em forma as qualidades físicas adquiridas e recrear o espírito; do desporto em que o ganhar e o perder era um mero acidente secundário, passou-se, por um fenómeno especial, para o desporto em que a finalidade é vencer, seja qual fôr a forma ou manigâncias empregadas. Surge então uma moral nova que se funda na necessidade de vencer ainda que para isso tenham de se inutilizar grosseira e barbaramente os adversários ou tenham que se formular protestos em que campeia a mentira e a dignidade se avilta.

O desporto, que devia ser uma escola de formação de caracteres, transformou-se entre nós numa escola onde se faz o culto da mentira, do ódio e da má fé. Falsificada a sua missão, arredada dela a sã moral desportista cujos sólidos princípios assentam no cumprimento exacto do dever, a sua obra tornou-se nefasta por ser a negação do próprio desporto.

REBELO DE ALMEIDA
PROFESSOR.



**Este número foi visado
pela Comissão de Censura**

Nós e a Imprensa

À parte um ou outro prudente silêncio, a imprensa do nosso país referiu-se, com palavras de imerecido elogio, à saída do 1.º número da *Vida Contemporânea*.

Antes da sua publicação, com uma gentileza que muito nos penhorou, dirigiram-nos palavras de incitamento e anunciaram o nosso próximo aparecimento o *Diário de Lisboa*, *Primeiro de Janeiro*, *Revista Portuguesa de Seguros* e num longo e interessante artigo o nosso prezado amigo Raul Esteves dos Santos na sua *Revista Portuguesa de Comunicações*.

Depois de ter sido posto à venda, os mesmos jornais dirigiram-nos saudações conjuntamente com o *Diário de Notícias*, *Democracia do Sul*, *Montanha*, *Diário do Alentejo* e *Voz da Justiça*.

Justo é destacar dentro dêstes a *República*, *Montanha*, *Voz da Justiça* e *Diário do Alentejo* que num artigo de fundo, da autoria do ilustre jornalista Julião Quintinha, aludiu ao valor e merecimento da nossa idea.

A todos a *Vida Contemporânea* agradece penhorada.

Almôço de confraternização

No dia 20 do mês passado e num dos *restaurants* da capital reuniram-se num almôço íntimo, presidido pelo nosso director engenheiro Cunha Leal, algumas das pessoas que mais contribuíram, com o seu trabalho e boa vontade, para a publicação da *Vida Contemporânea*.

Embora com um reduzido número de convivas esta pequenina festa marcou pelo seu entusiasmo, tendo todos os oradores manifestado o seu contentamento por tão útil iniciativa que, a vingar, muito virá a contribuir para o prestígio da cultura portuguesa.

Num discurso de académica elevação o nosso director agradeceu as homenagens prestadas, vincando o seu desejo de que a *Vida Contemporânea* preste, na medida das suas posses, serviços à Pátria e à República.



MANNHEIMER V. G.

Antes de fazer os seus seguros
peça as nossas condições

▲
A economia obtida
compensar-lhe-á
o tempo que despendeu
com a sua consulta
▼

Largo Barão de Quintela, 11, 2.º
Telefones 2 3533 e 2 4464

— LISBOA —

OURIVESARIA

JOALHARIA

— E —

RELOJOARIA

●
Variado sortido
de objectos de

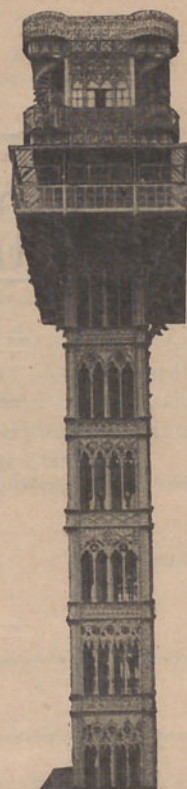
PLATINA

OURO

PRATA

E

RELÓGIOS



W. A. Sarmiento

RUA DO OURO, 251

(Esquina da R. de Santa Justa)

LISBOA Telefone 2 6774

A. D'ANDRADE & C.^A

EXPORTAÇÃO — IMPORTAÇÃO

Metais novos, minérios, sucatas de ferro forjado, fundido e metais. Placas d'acumuladores. Terras e resíduos metálicos. — Estamos sempre interessados na compra de oficinas completas, máquinas, ferramentas, automóveis, camions e navios para demolir. No próprio interesse de compradores ou vendedores dos artigos da nossa especialidade, agradecemos que consultem a nossa Casa antes de fazerem qualquer transacção. Compra de sucatas de metais provenientes de África

Rampa dos Marinheiros (Em frente da estação de Alcantara-Mar)

— LISBOA —

Dirigir toda a correspondência ao Tel. 2 2497 — Apart. 168

COMPANHIA INDUSTRIAL
DO ALGARVE

S. A. R. L.

F A R O

TELE } gramas: MOAGEM
 } fone: 9

APARTADO: 3

Moagem de Cereais

Massas Alimentícias e Panificação
Mecânica

CASA HAVANEZA

FUNDADA EM 1861

O maior estabelecimento do género da Península

AGENTES EXCLUSIVOS
DOS
CHARUTOS «MÉLIOR»
MELHORES QUE OS HAVANOS

34 marcas diferentes
desde 55 centavas a 4\$00
dos conhecidos cigarros JORRO
Da COMPANHIA NACIONAL DE FUMOS
« V E A D O »

ÚNICOS IMPORTADORES
Dos afamados papeis de fumar
ZIG-ZAG

Os melhores do mundo
Double, Simple, Ramses, Alcatrão gomado
e sem goma, Ambreado, Ponta dourada,
Goudra, Dernières cartouches e Zuavo
Tubos de papel ZIG-ZAG,
branco e alcatrão em caixas de 100

24 — LARGO DO CHIADO — 25

End Tel. HAVANEZA

Apartado do correio n.º 303

Tel. 20340

LISBOA



Venda à chavena e a kilo

ROSSIO CHIADO

Vendas para tôda a parte
Pedidos ao escritório

12, Largo de S. Domingos, 13
Telefone 2 5066 — LISBOA

SOCIEDADE
RIBADOURO, L.^{DA}

Vinhos e Azeites

DEPOSITÁRIA DA CERVEJA
"Portugália"

TELEFONE 3181 N

Cod. A. B. C. 5.^a Edição

Avenida da Liberdade, 155

Rua do Salitre, 2 a 12

LISBOA

RIBEIRO & LOPES, L.^{DA}

CAMBISTAS

Telefone: 2.3818

Telegramas: APINO

Moedas e Notas Estrangeiras – Papeis de Crédito
Coupons Nacionais e Estrangeiros

103, Rua Áurea, 105 – LISBOA

Alhambra

O Salão mais alegre
do PARQUE MAYER

Cabaret Dancing Restaurant

Aberto tóda a noite

Casa Frazão

Esta casa é a que apresenta sempre os artigos de maior novidade
para senhoras. Preços sem receio de concorrência

Rua Augusta, 259 a 265
LISBOA

A ESSÊNCIA
JOUR DE NOËL

é a maravilha
dos perfumes

À venda
em frascos e a pêsso

NAS PERFUMARIAS:

ROSA D'OURO

Rua do Ouro, 279 e 281

MIMOSA

Rua do Ouro, 102 e 104

J. GOMES PINTO L.^{DA}

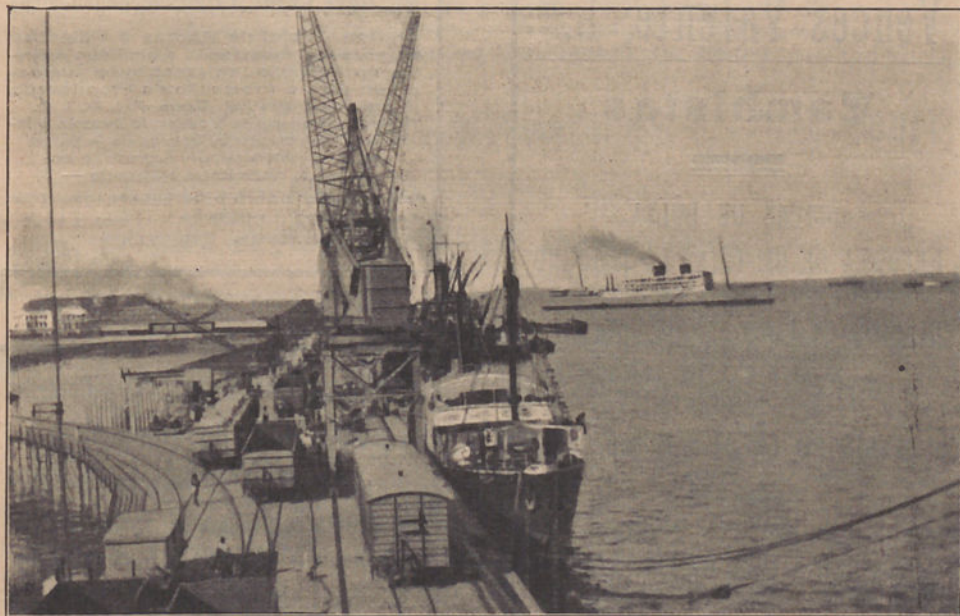
Alfaiates

Mercadores

Novidades

141, Rua do Ouro, 143

LISBOA Tel. 2 6234



UM ASPECTO DO PORTO DA BEIRA



Gomes
e
Do Rio, L. da

COMPRAM E VENDEM

MÁQUINAS E FERRAMENTAS

MOTORES a gás pobre, a gasolina e eléctricos.
TUBOS de ferro fundido boca cordão de 7",
em ferro preto e aço de 2" a 8".
VIGAS U e I de 100, 200 e 300 m/m.
SUCATAS diversas.

Não devem comprar nem vender sem consultar a nossa casa

29 — RUA FRADESSO DA SILVEIRA — 35
(Alcântara)

Rampa dos Marinheiros G. P.
(à doca de Alcântara)

LISBOA

Vences Valente, L.^{da}

Cambistas

ORDENS DE BÓLSA
REFORMA DE BILHETES DO TESOURO

Cobrança de Juros e Dividendos
Moedas e notas estrangeiras

PAPEIS DE CRÉDITO E COUPONS

Código RIBEIRO Telef. 2 7324
58, Rua Aurea, 58 e 60
133, R. da Conceição, 135 e 137
LISBOA

Dr. Raul Cesar Ferreira (Engenheiro)

Agente Oficial de Marcas e Patentes
Membro da Associação Alemã dos Agentes de Patentes, da Associação Internacional para a Protecção da Propriedade Industrial dos Ing. Cons. F. I. D. I. C.
Registos no estrangeiro Patentes de invenção e introdução de novas indústrias. Registo de marcas nacionais e internacionais. Registos de modelos, recompensas e desenhos

Informações sobre propriedade Industrial
Rossio, 93 — LISBOA — Telef. 2 5852
End. Teleg. ENGINEERING 3

Câmbios, Papeis de Crédito e Lotarias

CASA D. E. Gouveia e Silva
SUC. Manuel Alves da Silva Neves

Lotarias. Vende esta casa
constantes sortes grandes
84, Rua da Assunção, 86
Próximo da Rua do Ouro

OS FÓSFOROS: Pátria, Águia, Vulcano, Domésticos, Severa, Nacional, Mondego

vão distribuir entre os seus consumidores por sorteio regulado pela lotaria do Natal de 1934

UM BRINDE VALIOSÍSSIMO

- 1.º Prémio à escolha { **Um automóvel** ou **Um camião** ou **Compras na casa Grandela** na importância de Esc. 28.000\$00 com direito ao Dia de Graça o que duplicará a importância do brinde
- 2.º Prémio à escolha { **Um automóvel** ou **Compras na casa Grandela** na importância de 17.000\$00 com direito ao Dia de Graça.

EUROPÊA

COMPANHIA DE SEGUROS

FUNDADA EM 1922

Seguros de incêndio, Seguros marítimos, Seguros de cauções, Seguros de automóveis, Seguros de acidentes individuais, Seguros de acidentes de trabalho, Seguros de roubos e de tumultos, Seguros de responsabilidade civil, Seguros de mercadorias e bagagens em serviço combinado com os Caminhos de Ferro

Séde em Lisboa — R. Nova do Almada, 64, 1.º — Tel. 20911

Representada no Porto pela firma :

JOSÉ DA SILVA REIS & C.ª, SUCESSORES — Rua da Fábrica, 5 — Telef. 631

Cannas, Martins & Oliveira, L.^{DA}
CAMBISTAS

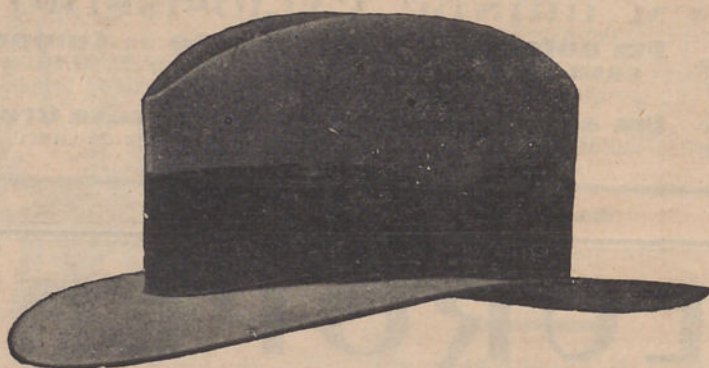
AGENTES DA COMP.ª DE SEGUROS «ARGUS», PORTO

Compra e vende aos melhores preços

MOEDAS E NOTAS ESTRANGEIRAS, PAPEIS DE CRÉDITO,
BILHETES DE TESOIRO, FUNDOS PÚBLICOS

RUA DO OURO, 81 — Telefone 20609 — LISBOA

CHAPELARIA ELITE



DE TODOS OS MAIS DISTINTOS

151 — RUA AUGUSTA — 153

LISBOA

LA GARE

O melhor situado dos cafés de Lisboa

ABERTO TODA A NOITE

Perto da estação do Rossio

TUDO O CONFÔRTO

Rebuçados peitorais de S. Paulo

8 MEDALHAS DE OURO

Premiados em todas as exposições
a que tem concorrido

Sem rival — Contra a tosse

Sempre imitados — Nunca iguallados

CENTRO DE NUMISMÁTICA

— ALMEIDA, L.^{DA} —

CAMBISTAS

COMPRAM E VENDEM Moedas e Notas de Banco Estrangeiras
Títulos e Coupons Nacionais e Estrangeiros — Moedas para coleção

Tel. 22076

52, R. do Ouro, 54

LISBOA

Companhias Reunidas
GAZ E ELECTRICIDADE

APLICAÇÕES INDUSTRIAIS DO GAZ

Fornos para recoser
Fornos para temperar
Fornos para galvanizar

Orcamentos e montagens

RUA DA BOA VISTA, 31 Telef. 2 0011
LISBOA

Companhia
de Seguros
Portugal

S. A. R. L.

Fundada em 1884



SEGUROS DE FOGO, GREVES, TUMULTOS, TERREMOTOS e AGRÍCOLAS

Agências em todo o País

SÉDE EM LISBOA AGÊNCIA NO PORTO

Rua do Ouro, R. Infante D. Hen-
100-2.º-T. 25761 rique, 39-2.º-T. 8

Teleg. LAGUTROP Teleg. KLENDEN

Agentes gerais de PEARL ASSU-
RANCE, COMPANY Ld^a, de Londres,
cujo Capital e Reservas ascendem
a 78 milhões de libras, mais de 8
milhões de contos.

AUTO ELECTRO, L.^a

Oficina de reparações de dínamos,
motores, magnetos, bobines, ins-
talações eléctricas e montagens,
reparações de baterias e cargas.

Fornecimento de materiais

Direcção técnica do sócio :

ANTONIO BERNARDO

42, R. das Flores, 44-T. 26567-LISBOA

C. VINHAS, L.^{DA}

Escritório e séde: R. dos
Correiros, 29-2.º — Telegrama TE-
LHÉPA, Telefone 2 0600.

Armazém: R. do Açúcar, 105
— Telefone P. B. 32.

Vinhos para exportação das mc-
lhores procedências

CARDIAL FINE Finíssima aguardente
velha, rivalizando com os melhores conhaques
estrangeiros

CAMBISTA TESTA

SEMPRE SORTES GRANDES

Loterias semanais, bilhetes 170\$00

meios 85\$00 — décimos 17\$00 — cautelas 8\$50

74 — RUA DO ARSENAL — 74

LISBOA

COMPANHIA DE SEGUROS

“TAGUS”

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

FUNDADA EM 1877

CAPITAL SOCIAL ESC. 1:200 000\$00 — CAPITAL EMITIDO E PAGO ESC. 500 000\$00
FUNDOS DE RESERVA ESC. 3:700 000\$00

SEDE NO SEU PRÉDIO

48-Rua do Comércio-56-LISBOA

Telefone 2.2183

End. teleg. SEGUTAGUS — LISBOA

Efectua : SEGUROS TERRESTRES, MARÍTIMOS, AGRÍCOLAS, VIDA (em diversas modalidades), POSTAIS, GRÉVES, E TUMULTOS, etc.

Aos melhores prémios

Seguros em libras sterlinas e outras moedas

Agentes e correspondentes nas principais terras do Continente, MADEIRA, AÇORES E ULTRAMAR

Alfaiataria Inglesa

DE

MANOEL L. BRAZ

Grande sortimento
em fazendas
Nacionais e Estrangeiras

▲
CASA RECOMENDADA
▼

29 — RUA DE SANTA MARTA — 31

LISBOA

IMPRENSA LUCAS & C.^A CASA FUNDADA — EM 1850 —

Composição e impressão de Livros e Revistas
Trabalhos comerciais em todos os generos

— RUA DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 61 —

Telefone 21469

LISBOA

FIBRO-CIMENTO NACIONAL
"LUSALITE"

Tubos de 50 a 400^{mm} de diâmetro interior
resistência até 25 quilos por cm²

Chapas onduladas para telhados

Chapas lisas para divisórias, tectos, etc.

Agentes gerais

Corporação Portuguesa Mercantil, Limitada

— RUA DO ALECRIM, 10 — TELEF. 23948 e 28941 —

L I S B O A

PAVILHÃO PORTUGUÊS PARQUE
MAYER

Cinema Sonoro
e
Variedades
AO AR LIVRE POR
1\$60
Com entrada
livre no
Parque e Pavilhão

Tôdas as noites
Programas novos
O recinto mais
elegante do
PARQUE
MAYER



O local mais aprazível de Lisboa

OS ARMAZENS

— GRANDELA —

OS MAIS ANTIGOS — OS MAIS VASTOS
— OS MAIS IMPORTANTES —
OS MAIS LUXUOSOS DE TODO O PAÍS

APRESENTAM SEMPRE

DISTRIBUÍDOS **72 SECCÕES**
PELAS SUAS

Todos os artigos necessários à vida
desde o mais modesto e mais barato
até ao mais rico e mais dispendioso

Barros & Santos

70, Rua do Carmo, 70

SECCÃO DE SEDAS Crêpes da china, Georgettes, Marrocaíns, etc.

SECCÃO DE FANQUEIRO Tecidos novidade para verão

SECCÃO DE CAMISARIA Camisas, Cuecas, Pijamas, etc.

SECCÃO DE MEIAS DE SENHORA Seda animal de 1ª escolha 12\$50

SECCÃO DE MALHAS Coletes e Pull-overs, Novos modelos

SECCÃO DE LUVARIA Luvas de Bede dos últimos modelos

CAMISA RECLAME de Bede inglesa, branca e côres da moda com meia manga — uma 15\$00, três 40\$00.

Retalhos todas as 2.^{as} feiras — Venda de retalhos

Livraria
Bertrand